

Cadernos de Campo

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara**

Reitor: Prof. Dr. Julio Cezar Durigan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof. Dr. Eduardo Kokubun

Pró-Reitora de Pesquisa: Profa. Dra. Maria José Soares Mendes Giannini

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-Diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lucia de Castro

Vice-Coordenador: Prof. Dra. Eliana Maria de Melo Souza

Comissão editorial: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha;

Prof. Dr. Marcelo Santos; Profa. Dra. Maria Jardim

CADERNOS DE CAMPO

Avaliadores Ad Hoc

Aline Prado Atássio (UESC)

Daniel Pícaro Carlos (UFSCar)

Daniela Magalhães da Silveira (UFU)

Diego de Freitas Rodrigues (FIT)

Elisabeth da Fonseca Guimarães – (UFU)

Elnora Maria Gondim Machado Lima (UFPI)

Fátima Aparecida Cabral (UNESP/FFC)

Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)

Giulia Crippa (USP/ FFCLRP)

Grasiela Lima (FJAU)

José Benjamim Gomes (UFPE)

Kátia Medeiros de Araújo (UFPE)

Luís Antônio Francisco de Souza (UNESP/FFC)

Marcos Cassin (USP/FFCLRP)

Maria da Conceição dos Reis (UFPE)

Paula Regina Pereira Marcelino (USP/FFLCH)

Paulo Roberto Ceccarelli (PUC/MG; UFMG; UFPA e

Université de Bretagne Occidentale)

Priscila Faulhaber Barbosa (UFAM e UNIRIO)

Rafael Orsi (UNESP/FCLAr)

Renata Medeiros Paoliello (UNESP/FCLAr)

Renata Ovenhausen Albernaz (UFPE)

Rodrigo Czajka (UNESP/FCLAr)

Sônia Regina Corrêa Lages (UFMG)

Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar)

Valéria Mendonça de Macedo (UNIFESP e USP/FFLCH)

Editor chefe

Jessica Grava da Conceição

Comitê Editorial

Aline Michele Nascimento Augustinho

Ana Carolina Câmara

André Rocha Rodrigues

Jessica Grava da Conceição

Luís Michel Françaço

Michele Rodrigues Bizzio

Revisores

Aline Michele Nascimento Augustinho

André Rocha Rodrigues

Jessica Grava da Conceição

Diagramação

Eron Pedroso Januskevictz

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Impressão

Gráfica Faculdade de Ciências e Letras Câmpus Araraquara

Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3301-6219 – Fax: (16) 3301-6267 (Departamento de Sociologia)

E-mail: cadernosdecampounesp@gmail.com

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo	Araraquara	n. 18	p. 1 - 168	2014
-------------------	------------	-------	------------	------

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <i>Jessica Grava da Conceição</i>	7
OS CAMINHOS DE UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DEPRESSÃO NA UMBANDA <i>Helaysa Kurtz Gressler Pires</i>	11
AS IDEIAS E O BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE OS USOS DA MEDICINA SOCIAL À BRASILEIRA <i>Livia Maria Terra</i>	27
DISCURSO E PODER NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DO PRINCIPE ELETRÔNICO <i>Alexandre A. Santos</i>	41
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EROSÃO COSTEIRA E OS CONTORNOS DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE <i>Giverage Alves do Amaral</i>	55
QUANDO FALAM AS FIGURAS: HUMANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER NUM QUARTEL DE POLÍCIA MILITAR <i>Fábio França</i>	69
O TRABALHO FEMININO NA POLÍCIA MILITAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE LABORAL DAS POLICIAIS MILITARES <i>Francisco Malta de Oliveira, Caroline Marci Fagundes Coutinho Maria da Luz Alves Ferreira</i>	85

DOCÊNCIA, TAREFA TRANSFORMADORA

Elaine Barbosa dos Santos 101

O MARXISMO MADURO DE LUKÁCS ENCONTRA
BOURDIEU: NOTAS PARA UM DIÁLOGO PROFÍCUO

Leandro Módolo Paschoalotte 115

FAMÍLIA OPERÁRIA, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE
EM UMA NARRATIVA DE RONIWALTER JATOBÁ

Ettore Dias Medina 131

OS ALICERCES DA CIDADANIA EM KANT E RAWLS

Eduardo Seino 147

RESENHA

SKOCPOL, THEDA. ESTADOS E REVOLUÇÕES SOCIAIS:
ANÁLISE COMPARATIVA DA FRANÇA, RÚSSIA E
CHINA. LISBOA: EDITORIAL PRESENÇA, 1985.

Mauricio Gonçalves 163

APRESENTAÇÃO

A revista **Cadernos de campo** é uma produção do corpo discente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, campus de Araraquara. Em sua décima oitava edição, a revista mantém o compromisso de avaliar e divulgar artigos, trabalhos, traduções, entrevistas e resenhas produzidas por discentes de pós-graduação de diversas universidades do país.

Todos os trabalhos recebidos são avaliados três vezes. Uma primeira avaliação relacionada às normas para a publicação, a segunda avaliação realizada por um seleto grupo de doutores com especialidades nos temas dos artigos e uma terceira avaliação realizada pela comissão de publicação da Faculdade de Ciências e Letras.

Em processo de digitalização a revista pretende ampliar sua circulação e passar a ter duas edições anuais, abrindo maior espaço para a divulgação de trabalhos acadêmicos da pós-graduação.

A revista *Cadernos de campo*, edição 18, traz temas distintos que coadunam diversas áreas do conhecimento e possibilitam ao (a) leitor (a) olhar para a diversidade dos assuntos e abordagens. Pensando em contribuir com os debates contemporâneos, esta edição trouxe artigos que tratam de problemas atuais e debates teóricos de profundo aporte para pensar questões basilares, sempre recorrentes.

Nesta edição são apresentados dez artigos e uma resenha de autores de diversas partes do país, tratando de temas diversificados, conquanto pertinentes a uma gama de assuntos abordados nas ciências sociais e com um diálogo lógico entre si.

O artigo que abre esta edição, **Os caminhos de um estudo de caso sobre a depressão na umbanda**, foi elaborado por Helaysa Kurtz Gressler Pires. A autora faz apontamentos teóricos acerca de sua experiência de campo em um terreiro de umbanda no Rio Grande do Sul. Através das observações das reuniões e de entrevistas/falas coletadas pela pesquisadora, é elaborado um roteiro que nos permite entender a forma como o terreiro pesquisado trabalha com a depressão.

Além do relato de sua rica experiência de campo a autora desloca o debate para temas claros às ciências sociais brasileiras como a relação eu/outro e a religiosidade afro-brasileira. Outro tema que perpassa o artigo é o debate entre a medicina tradicional e as alternativas no tratamento das desordens mentais fornecido pela lógica do sistema de uma determinada crença.

É, justamente, acerca da medicina e de seu diálogo com o social que o segundo artigo da revista, **As ideias e Brasil: apontamentos sobre os usos da medicina social à brasileira** se debruça e desenvolve um rico e substancial resgate teórico. Neste trabalho, Lívia Maria Terra apontará o interesse da medicina pelas questões sociais entre os séculos XVIII e XIX e seus desdobramentos do Brasil. A autora traça um cuidadoso histórico do desenvolvimento da medicina no país e suas ligações com os processos históricos do final do século XIX. Assim, demonstra as relações ocultas, latentes e/ou evidentes entre o poder, político e social, e a medicina.

Pensando as relações de poder, em amplo sentido, Alexandre Aparecido dos Santos, em seu artigo **Discurso e poder na contemporaneidade: o caso do príncipe eletrônico**, realiza uma análise das relações entre a mídia e a política. Articulado três autores de suma importância às ciências sociais: Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Octávio Ianni, trazendo à tona as complexidades da prática política contemporânea e dos aparelhos midiáticos, cada vez mais acionados e destacados no cotidiano político. O artigo carrega, sobretudo, grande densidade teórica e conceitos de destacada relevância em análises hodiernas.

Pensando problemas e questões também ligados à contemporaneidade, Giverage Alves do Amaral em seu artigo: **Construção social da erosão costeira e os contornos da gestão dos recursos naturais em Moçambique**, trata da questão ambiental em diálogo com as disputas políticas e sociais. Inserindo grandes autores das ciências sociais no debate sobre o meio ambiente, impactos sociais e disputas de legitimidade, o autor realiza uma rica análise a partir de dados de fontes especializadas em diálogo com importantes questões teóricas. Seu texto, rico em referências, proporciona a ampla compreensão da problemática traçada e suas implicações.

Tratando, ainda, das relações de poder na contemporaneidade, Fábio França demonstra em seu artigo, **Quando falam as figuras: humanização e relações de poder num quartel de polícia militar**, como estas relações permanecem nesta instituição, mas de forma velada. O trabalho traz um amplo material etnográfico, muito bem analisado que demonstra como figuras são utilizadas para “humanizar” a formação militar, conquanto fixam posições e relações pré-

-estabelecidas. Com base na relação saber-poder, evidenciada por Michel Foucault, o autor demonstra como os mosaicos e as figuras servem para assegurar a disciplina e a obediência ocultadas pelo discurso humanizador.

O sexto artigo desta edição, da tripla autoria de Francisco Malta de Oliveira, Caroline Marci Fagundes Coutinho e Maria da Luz Alves Ferreira também debate a carreira militar, entretanto cortada pela questão do gênero. **O trabalho feminino na polícia militar: considerações sobre a realidade laboral das policiais militares** trata do trabalho feminino de forma geral e na polícia militar, com o foco na adequação do trabalho ao gênero, que pouco é reconhecido dentro da instituição. O texto traz conceitos importantes ao pensar o mote do trabalho e das relações de poder no cotidiano demonstrando que mesmo teorias clássicas não conseguem contemplar a complexidade do gênero no mercado de trabalho. A importância do reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras aponta para a necessidade de transformações profundas na concepção de gênero incorporada pela sociedade.

O próximo artigo **Docência, tarefa transformadora** de Elaine Barbosa dos Santos demonstrará a potencialidade de desalienação incrustada na docência. A autora demonstra através da técnica da observação participante como a prática do ensino pode colaborar para o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte do discente. Vale destacar, contudo que longe de uma perspectiva idealizada da função docente, a autora traz problemas estruturais na carreira e desenvolvimento da prática pedagógica, colocando a transformação da educação em mercadoria. Assim, considera que apenas uma educação para emancipação poderá romper com este sistema e produzir sujeitos críticos e conscientes.

O artigo seguinte de autoria de Leandro Módolo Paschoallote é um exercício teórico de aproximação das teorias de dois autores basilares nas ciências sociais, especialmente na sociologia. Um também de tradição marxista, György Lukács, e o outro de tradição francesa, Pierre Bourdieu. **O marxismo maduro de Lukács encontra Bourdieu: notas para um diálogo profícuo** traz apontamentos importantes na contribuição que determinados conceitos dos autores podem produzir contribuições nas teorias mutuamente. Através de aproximações e distanciamentos, o autor realiza uma cuidadosa jornada teórica pensando um diálogo inovador e relevante para as ciências sociais.

O nono artigo, de Ettore Dias Medina: **Família operária, memória e subjetividade em uma narrativa de Roniwalter Jatobá**, defende como literatura de testemunho a obra *pano vermelho*. Segundo o autor a narrativa em questão traz importantes elementos para análises sociológicas do período histórico de

referência. A condição de migrante e operário em São Paulo em meados do século XX é tão bem exposta por Jatobá e as problemáticas de sua condição são evidenciadas e discutidas com propriedade, mesmo aquilo que não é lembrado, mas referenciado pode ser tido como uma possibilidade de rememoração. O texto traz uma interpretação sociológica desta leitura e apontamentos para um debate teórico e profundo sobre o período.

O artigo de Eduardo Seino, **Os alicerces da cidadania em Kant e Rawls**, retorna ao debate teórico e indica possibilidades de se pensar a cidadania – no sentido dos direitos prescritos – a partir destes dois autores. Com uma análise cuidadosa de conceitos basilares nas teorias destes autores, Seino aponta como a cidadania é fundamentada em suas obras, tratando-se de dois momentos históricos nos quais a modernidade é concebida de forma diametralmente diferente. Em Kant ela é posta como uma promessa de progresso e civilidade, em Rawls como frustração e decepção. O autor ressalta a importância destas perspectivas para fortalecer seu argumento e a análise das transformações que a ideia de cidadania terá ao longo da história do pensamento político.

O último texto desta edição trata-se de uma resenha de autoria de Maurício Gonçalves da obra de Theda Skocpol, **Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China**. Na resenha o autor demonstra as contribuições da obra às ciências sociais de forma ampla. Apesar das ressalvas feitas pelo autor, a obra em questão permite realizar uma cuidadosa revisão da forma como as ciências sociais têm abordado as revoluções sociais ao longo da história.

Todos os textos contidos nesta revista, certamente, contribuirão para que o leitor (a) atento (a) possa reconhecer temas atuais e de profundidade teórica para as ciências sociais. Esperamos que estas valiosas contribuições possam colaborar para o desenvolvimento de pesquisas, estudos e leituras. Desejamos que possam apreciar a obra.

Jessica Grava da Conceição

Editora-chefe da edição 18 da Revista

Cadernos de Campo – UNESP

rp.jessica@gmail.com

OS CAMINHOS DE UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DEPRESSÃO NA UMBANDA

Helaysa Kurtz Gressler PIRES*

RESUMO: No presente artigo exponho dados de uma etnografia que estou realizando em um terreiro umbandista do interior do Rio Grande do Sul desde 2012. Observando diferentes formas de apreensão da depressão através dos dados obtidos no trabalho de campo, percebo que a inserção dos médiuns ocorre por um desencontro entre espírito e corpo. Nos casos dos médiuns do terreiro chama-se “desajuste mediúnico”. Desse modo, inicio uma reflexão quanto à possível apreensão da dimensão terapêutica da umbanda na medida em que o grupo busca tratar a depressão através da “incorporação”, que proporciona uma transformação no comportamento. Tal metamorfose se dá gradualmente, perpassa as noções de “aceitação” e “firmeza”, levando os médiuns a articularem os duplos dentro/fora, eu/outro, a partir da participação contínua no terreiro e das experiências na incorporação, por onde o espiritual e o material transitam/fluem.

PALAVRAS-CHAVE: Umbanda. Mediunidade. Depressão. Terapia. Etnografia.

Pé no chão do terreiro de umbanda

Este artigo é oriundo de uma etnografia que realizei desde 2012 num terreiro de umbanda da região central do Rio Grande do Sul, a poucos quilômetros de Santa Maria¹.

* Mestranda em Ciências Sociais. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Santa Maria – RS – Brasil. 97105900 – hkgpires@gmail.com

¹ Respeitando a vontade dos informantes dessa pesquisa, não irei identificar o terreiro, nem sua localização precisa e utilizo nomes fictícios para os relatos de entrevistas, de forma a não revelar fatos que identifiquem e/ou comprometam os entrevistados. O consentimento das entrevistas se deu informalmente no ato da entrevista, selo tal comprometimento ético da pesquisa. Sendo fiel a relação de confiança estabelecida, não julgo necessário o crivo

Para entender a especificidade das categorias empregadas neste terreiro, por não serem necessariamente adequadas às categorias genéricas da literatura antropológica, é importante definir o que significa o termo mediunidade para o grupo e seu caráter de intermediação. Primeiramente, a visão reencarnacionista que percorre o grupo cria uma distinção entre os espíritos e entidades que não habitam o corpo/matéria – os “desencarnados” –, e os espíritos e entidades que habitam o corpo/matéria – os “encarnados”. Entre esses últimos, os médiuns são aqueles que possuem a capacidade de comunicar-se com os desencarnados. Tal distinção está incutida nas definições de depressão fornecidas pelo Guia-chefe do terreiro, “Pai Ogum Beira-mar”, pois se baseiam na ligação/separação entre espírito e corpo, que se dá no “processo encarnatório”, quando a ligação entre espírito e corpo se completa.

Entende-se que a mediunidade é uma forma de perceber a condição corporal do ser humano – tal qual a “corporalidade” definida por Philippe Descola (2005) –, que comporta dois tempo-espacos distintos: o dos espíritos e o dos corpos, nos quais os espíritos são eternos e os corpos são mortais. Os corpos/matérias nascem e morrem, e são ocupados por espíritos no intervalo entre esses dois acontecimentos. Dessa forma, a mediunidade diz respeito à capacidade de perceber o tempo-espaco espiritual enquanto o sujeito ocupa o tempo-espaco corporal/material. Podemos reconhecer, aqui, um “religare”, inerente à “religião como um sistema cultural”, como destacou Clifford Geertz (1989).

E, em vista da diversidade cultural e religiosa do Brasil, é possível compreender a umbanda como um sistema religioso complexo e especificamente brasileiro, perpassado de acordo com François Laplantine e Alexis Nouss (2002) por um “processo de mestiçagem”, no qual as culturas africanas, europeias e ameríndias entrecruzam-se em múltiplas tramas sociais. Tal multiplicidade levou Cândido Procópio F. de Camargo (1961) a elaborar seu conceito de “continuum mediúnico”; Marion Aubrée e Laplantine (1990) a distinguir os espiritismos “kardecista” e “umbandista” neste complexo; assim como levou Renato Ortiz (1978) a pensar o “embranchamento” e o “empatecimento”. Nessas condições, entendemos que definir a umbanda genericamente é um ato audacioso.

As especificidades do terreiro estudado demonstram uma ambiguidade característica dos discursos ideológicos engajados num “movimento espírita” (AUBRÉE; LAPLANTINE, 1990). De um lado, estes reforçam uma apreensão

de um Comitê de Ética sendo que o presente trabalho segue os acordos selados nas relações entre a etnógrafa e os “informantes”, não comprometendo sua integridade.

dualista conferindo uma superioridade espiritual do “cogito” sobre o “corpo” (LE BRETON, 2011). De outro lado, eles permitem uma apreensão da experiência enfatizando o caráter de continuidade e horizontalidade entre corpo e espírito, ou seja, dualidades, tais como descreve Monique Augras (2008) analisando a transformação dos duplos em metamorfoses nos ritos nagô. Tal ambiguidade aparece mais nitidamente quando, na vida deste terreiro, as “doutrinas” e os “estudos” (teoria) se fazem tão importantes quanto os rituais de possessão (prática), as sessões cuja participação contínua dá a expressão “pé no chão do terreiro”, proporcionando uma série de aprendizados que conjuga teoria e prática.

Para tanto, o terreiro organiza-se em torno de três tipos de encontros: 1) as “sessões de desenvolvimento”, destinadas aos médiuns que fazem parte da “corrente mediúnica”, o semi-círculo voltado para o altar (congá) formado pelos médiuns do grupo, cujo intuito é proporcionar os aprendizados e as experiências transformadoras; 2) as “sessões de caridade” cujo intuito é o atendimento da “assistência”, público formado pelos chamados “consulentes”, pessoas que procuram o terreiro para a solução dos seus sofrimentos; e 3) as “doutrinas” são espécies de palestras em que o “Cacique-chefe” (substituto do termo Pai-de-santo) da casa transmite seus estudos aos médiuns do terreiro. Durante o ano de 2012, essas doutrinas ocorriam em dias específicos marcados com antecedência, ou no início de uma sessão de desenvolvimento, ou a substituindo-a.

Entre as diferentes categorias de médiuns que circulam pelo terreiro, os “não-desenvolventes” vão ao terreiro para participar das sessões de caridade como consulentes, quando recebem o convite para participar do grupo, o qual interpreta seus desencontros como “desajustes mediúnicos”. Estes são definidos como perturbações e desordens causadas por um excesso de energia inerente à condição de médium. De outro lado, os “médiuns desenvolventes” são pessoas que passam a participar da corrente mediúnica do terreiro e precisam aprender a se comunicar, se concentrar e permitir que as influências espirituais ajam sobre si. Os “médiuns passistas” são aqueles que já conseguem ser influenciados pelos Guias² ao ponto de transmitir energias e orientações aos consulentes.

Os “caciques-auxiliares” são médiuns cujo grau de influência dos Guias produz a capacidade para dirigir sessões. E, por fim, os “caciques-chefes”, são aqueles que têm como responsabilidade dirigir um terreiro e sua ação de sacer-

² O termo Guia define de forma genérica os espíritos que participam do terreiro, mas também existem “as guias” (colares de contas) que fazem parte da dimensão mágica da religião. Para diferenciá-los utilizarei a inicial maiúscula para os espíritos e a minúscula para os colares.

dote lhe exige uma maior influência dos Guias, também chefes, pois sua comunicação sustenta o terreiro enquanto coletividade.

Além disso, todos esses médiuns podem trabalhar como “cambono/cambona”, aquele médium que tem a atribuição de mediar a relação entre os Guias “incorporados³” (dentro) e os consulentes (fora). Para tanto, os cambonos não atuam incorporados e executam tarefas de ordem prática, como anotar receitas de banhos, alcançar velas, distribuir senhas por ordem de chegada aos consulentes, chamá-los para serem atendidos, levá-los até os Guias incorporados em seus médiuns, etc.

Todavia, a aparente banalidade das tarefas dos cambonos não subentende que o trabalho⁴ de “cambonear”, ou seu estatuto, sejam subalternizados/inferiorizados no terreiro. Como aprendi: “A diferença é não estar incorporada dando passes, mas doamos energia como cambona através da força mental de conseguir ajudar as pessoas a fazer algo simples que é ir até os Guias. Significa mais que isso, pois a forma com que ‘passamos’ as pessoas faz diferença.” (Diário de campo, 23/03/2012) Dentre todos os lugares através dos quais é possível observar o terreiro, escolhi o lugar de cambona como lente interpretativa através do qual seria possível certo distanciamento.

Aprender umbanda pela etnografia

O percurso dessa pesquisa iniciou-se no final de 2011, em uma doutrina dominical quando o cacique-chefe do terreiro perguntou: “Quem aqui nunca tomou remédio tarja-preta?”. As reações subsequentes instigaram-me a buscar compreender a concepção e o tratamento da depressão nesse grupo umbandista. Em decorrência disso, iniciei uma observação exploratória de aproximadamente três meses quando decidi deslocar-me do olhar de “médium passista”, para participar do grupo como cambona, pois nesse novo lugar seria possível um distanciamento maior que me possibilitasse compreender o funcionamento do terreiro.

Nos primeiros meses de 2012, passei por aquilo que Roberto Damatta (1978) chama de “tornar o familiar em exótico”. Mais do que um processo de estranhamento através de um deslocamento, foi um momento de “ser pega”

³ Termo nativo que designa o transe e possessão no grupo, definido a baixo.

⁴ Uso o termo de “trabalho” no mesmo sentido da Física, enquanto a medida de uma “energia” transferida pela aplicação/atuação de uma força ao longo de um deslocamento/desenvolvimento.

que Jeanne Favret-Saada (1990) chama de “*prise*”. No meu caso mais pareceu um “*re-prise*”, pois a objetividade das tarefas de cambona me mostrou, através de diversas frustrações e conflitos, como seria possível ser simultaneamente médium e cambona durante a etnografia. Dessa forma, o conceito da autora de “ser afetado” se distancia daquele estado romântico de uma etnógrafa que visita o exótico.

Segundo a Favret-Saada (1990, p.5), a ilusão de transparência assinala “a desqualificação da palavra ‘nativa’, [e] a promoção daquela do etnógrafo.”⁵, cujo valor científico e objetivo não se deixariam contaminar pela feitiçaria. Cambonear seria uma forma de observar de um lugar aparentemente objetivo, ou seja, um “*dé-prise*”. Tal qual a “*prise*”, reações que escapavam ao controle de Favret-Saada e indicavam que ela era pega pelos efeitos reais dos atos e palavras rituais dos nativos, percebi que o lugar de aquele distanciamento buscado no lugar de cambona não me podia ser exatamente identificado ao processo pelo qual passou a autora. Mesmo assim, me deparei com uma “*re-prise*” e com a sensação de desmoronamento: “[...] se eu ‘participasse’, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse ‘observar’, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para ‘observar’.” (FAVRET-SAADA, 1990, p.5). Portanto, enquanto uma médium que “camboneava”, precisei esquecer que estava pesquisando e aceitar ser pega (“*prise*”), ou “virar Bororó” (LÉVI-STRAUSS, 1981), ou “Estar lá” (GEERTZ, 2002), pois não poderia realizar a pesquisa sem assumir o lugar de cambona.

Vagner Gonçalves da Silva (2006) escreve sobre o processo de imersão referindo-se à subjetividade dos antropólogos em pesquisas realizadas nesses espaços religiosos e suas duas dimensões: registros e afetos.

Assim, se o empreendimento etnográfico situa-se sempre além das possíveis lições de método e técnicas de pesquisa, é porque os antropólogos **aprendem**, no campo, que as anotações no diário, as imagens “congeladas” nas fotografias ou “revividas” nas fitas de videocassete e os registros [...] são frágeis fios de Ariadne que precariamente nos ajudam a não nos perdermos nos labirintos da cultura do outro, mas que em si mesmos pouco revelam sobre a extensão das experiências vividas nos caminhos percorridos nesse labirinto. (SILVA, 2006, p.66, grifo nosso).

⁵ Tradução em Favret-Saada, Jeanne. “**Ser afetado**”. Tradução de Paula Siqueira. Cadernos de campo, Araraquara, n. 13, p.155-161, 2005.

Os labirintos culturais e as experiências vividas que forjam a participação do pesquisador como meio de obter um conhecimento são descritos por Philippe Descola (2006) como uma série de aprendizados, no nosso caso, aprender a cambonear. Laplantine (2004), problematizando o “dar a ver” da descrição etnográfica, diz que o olhar etnográfico pressupõe uma ignorância semântica, supõe uma aprendizagem e a necessidade de dar lugar à atenção fluante.

Mais do que isso, o aspecto dialógico da atividade antropológica refere-se a um “trabalho de relacionamento” que faz da descrição etnográfica “[...] uma atividade que se reforma e se reformula permanentemente através do contato com determinada cultura.” (LAPLANTINE, 2004, p.121). E ainda, um trabalho que impõe resistências e conduz o etnógrafo á renúncias, pois ele não pode ser nem um porta-voz do grupo, nem um ideólogo da sua sociedade, mas um observador crítico das duas culturas.

Portanto, é no momento da escrita que os limites da linguagem e as perturbações dialógicas se mostram ao pesquisador. Segundo Laplantine (2004), esse processo de nomeação não é fiel à realidade social, mas relativo ao campo de pesquisa que “É esta confrontação e esta interação (e não ‘a metade’) que constituem o objeto mesmo da experiência etnográfica e da construção etnológica [...]” (LAPLANTINE, 2004, p.41).

Na escrita desse trabalho, o diálogo etnográfico se faz através dos aprendizados proporcionados pelo deslocamento para o lugar de cambona e das escolhas descritivas colocando esses registros e afetos em confronto. Além dos registros em diário de campo, realizei dez entrevistas em profundidade nas quais escutei/gravei as histórias de vida de médiuns do terreiro sobre os motivos que lhes levaram a entrar na corrente mediúnica.

Os “tarja-preta”, a depressão e a mediunidade

Depois de um questionamento sobre os remédios tarja-preta que deu o pontapé inicial desta pesquisa, tentei entender a depressão nas histórias dos médiuns e no cotidiano do terreiro. Como resultado, obtive uma diversidade de respostas que levam essa etnografia a outros caminhos, que estão sendo percorridos e serão expostos em uma dissertação de mestrado.

a) A depressão explicada por “Ogum Beira-Mar”

No início da pesquisa, pedi autorização e conversei com o Guia chefe da casa, Pai Ogum Beira-Mar, quando questionei sobre a forma como os espíritos do espaço-tempo espiritual do terreiro compreendem a depressão. Recebi como resposta três explicações sobre a depressão que se referem a desencontros decorrentes do que ele chamou de “más ligações entre o espírito e seu corpo”.

Uma forma de depressão, que ele apontou como rara, ocorre quando o espírito que encarna é “muito evoluído”. Com isso, torna-se uma pessoa “fora”, ou “além”, de seu tempo terreno. Deprime-se por não ser compreendido pelos outros, e por não entender a vida naquela sociedade. Normalmente, essas pessoas têm suas “energias concentradas na cabeça”, ou no “chakra coronário⁶”, por isso, possuem um corpo frágil. Em decorrência disso, adoecem facilmente vindo a desencarnar cedo, muitas vezes.

Na segunda explicação, o desencontro ocorre porque a pessoa não foi recebida com amor por seus pais. Desse modo, próximo aos sete anos de vida, ela finaliza o seu “processo encarnatório” em dissonância/desconformidade com aquilo que seriam os objetivos estipulados para a sua encarnação, ou, nos termos dos Guias no terreiro “a sua missão na Terra”. Esse desencontro de si mesmo causa a depressão e a pessoa perde seu foco de vida, “seu querer” foge dos seus propósitos enquanto espírito.

O tipo de depressão que o Guia considerou como mais frequente atualmente, é o que ocorre com quem, mesmo sendo recebido com amor pelos pais, passa grande parte da sua vida focado(a) somente nas coisas materiais, “preocupados com o Ter”. Esse desvio leva a pessoa a fazer escolhas que divergem da sua vontade mais íntima (espiritual). Portanto, esse desencontro ocorre porque depois das “escolhas tortuosas” (termo do Guia) a pessoa sente-se perdida, já que o sentido do ter não seria compatível com o que foi planejado em espírito.

Segundo “Pai Ogum”, essa depressão serve como uma forma da pessoa entrar em concordância consigo mesma e se valorizar, buscar um auto-conhecimento. Portanto, os dois últimos tipos de depressão parecem mostrar que há uma dissonância entre o que a pessoa escolhe antes de encarnar, em nível espiritual, e o que ela escolhe depois de estar totalmente encarnada, em nível material do corpo.

⁶ Esse termo se refere ao que o grupo concebe como um centro de energia localizado no alto da cabeça e constitui um corpo de matéria rarefeita, que é o corpo espiritual. Definição extraída do material fornecido no “Curso de Teologia de Umbanda” ministrado em 2013 (2014).

Pai Ogum Beira-Mar ainda falou dos “remédios da Terra”, os medicamentos anti-depressivos. Segundo ele, esse tratamento age sobre as consequências físico/corporais da depressão e ajudam a pessoa a se reabilitar por adormecer os processos orgânicos da doença. No entanto, ele alertou que o uso prolongado traz prejuízos, pois o medicamento não fará mais o efeito necessário. Além disso, bloqueará o trabalho espiritual que se realiza por meio de “desdobramento”, ideia segundo a qual o ser humano, enquanto corpo e espírito, pode se afastar do corpo na noite de sono e, por alguns momentos, em estados de meditação ou transe. Através desse processo a pessoa poderá gradativamente ser curada da depressão, suspendendo o uso de antidepressivos.

b) Desajustes mediúnicos e a depressão a partir das histórias dos médiuns

A partir das entrevistas, percebi que a inserção dos médiuns no terreiro se deu em decorrência do que o grupo chama de “desajustes mediúnicos”. Depois que os médiuns integram-se ao grupo e participam da corrente mediúnica, inicia-se um processo de transformação no qual os sofrimentos passam a ser tratados através da contínua participação no terreiro e das experiências de transe e possessão, que no grupo chama-se “incorporação”. Para além de um estado alterado de consciência ou do corpo, a incorporação parece ser mais uma “articulação de duplos⁷”.

Observando as sessões de caridade, notei que quando os problemas pelos quais a pessoa está passando são atrelados a desajustes mediúnicos, ela é encaminhada para Pai Ogum Beira-Mar que, conforme a hierarquia do terreiro, é quem pode fazer tal convite. Tal relação hierárquica se define desse modo por que Ogum Beira-Mar é a entidade que fundou o terreiro, junto com o médium Paulo (2012, 9 anos)⁸, e coordena todas as entidades e pessoas que se vinculam

⁷ Para Jean-Marie Gibbal (1994), transe é um estado do corpo que registram perturbações neurofisiológicas. Para Georges Lapassade (1997) o estado modificado de consciência como mudança qualitativa da consciência ordinária, da percepção do espaço e do tempo, da imagem do corpo e da identidade pessoal. Uma interpretação mais próxima de uma abordagem cognitivista, a outra mais cultural. No entanto, essas duas definições não se excluem e descrevem um mesmo processo a partir de apreensões diversas, mas, ao contrário: “É constante o vaivém entre a terra e o além. São mais do que espaços, são dimensões da existência, que se completam e se interpenetram.” (AUGRAS, 2008, p.56).

⁸ Conforme as práticas de datação dos informantes, lhes confiro um ano referente ao tempo de participação do terreiro em 2012. Como o terreiro estava em seu sexto ano de funcionamento, somo mais 3 anos ao tempo de Paulo referentes ao período em que ele iniciou como desenvolvevente.

à corrente. Depois do convite, o médium não-desenvolvente visita a sessão de desenvolvimento como espectador/consulente para decidir quanto a sua filiação ao grupo. Se a pessoa gostar e sentir vontade de participar dos trabalhos na corrente mediúnica (“se afinizar”), ela irá fazer a sua “roupa branca”, suas “guias de iniciante”¹⁰ e começar a participar das sessões.

Inserindo-se na categoria de médium desenvolvente, o sujeito irá aprender sobre a incorporação e receber a influência dos espíritos. Muitos passam por outros sistemas religiosos (igreja evangélica, centro espírita, cultos de nação, igreja católica, outros terreiros de umbanda, etc.) configurando o que alguns autores chamam de itinerários terapêutico-religiosos (reiki, pilates, yoga, medicinas xamânicas, danças circulares, etc.).

Como vimos, esses desajustes apareceram como desordens que se configuram em sofrimentos e carregam a ideia de desencontro como pano de fundo. Os médiuns se expressam através dos sentimentos de descontrole, frieza, apatia, ansiedade, raiva. Por exemplo, Olinda (2012, 6 anos) contou, sem utilizar o termo de depressão:

Eu fiquei bem maluca da minha cabeça, que eu não sabia o que era eu, o que era Olinda. Eu sei que [...] eu brigava com Deus e todo o mundo, e todo mundo para mim não prestava.

Nádia (2012, 2 anos) e Paulo (2012, 9 anos) utilizaram tal termo, como vemos nos seguintes relatos, respectivamente:

Eu tive uma depressão, assim... horrível. [...] de estar dentro de um táxi e de ele [seu marido] estar me segurando, por que eu queria abrir a porta, por que eu queria me atirar.

Até que na virada do século, movido por negócios no campo material, eu tive a grande oportunidade de ter a minha empresa e saí da capital, Porto Alegre, para cá. Quando eu cheguei naquilo que eu mais queria, que era ter a minha própria empresa, me deparei com um vazio na alma que me colocou

⁹ É uma espécie de uniforme que simboliza uma igualdade da condição mediadora de médiuns. Todos possuem o “ponto riscado”, uma identificação gráfica, de Ogum Beira-Mar bordado no lado direito; e abaixo, é bordado o ponto do Guia que trabalha com o médium, no caso dos que possuem tal identificação.

¹⁰ Uma feita de sementes, atribuída aos pretos-velhos; outra de miçangas brancas simbolizando Oxalá como orientador da pessoa no encontro com seu Guia; e outra, de aço com sete ferramentas, que representam a proteção de dos sete Orixás.

na fase mais triste da minha existência. Eu já tinha dois filhos, já tinha um casamento, já tinha a minha empresa, porém uma vida vazia. E a depressão tomou conta de forma bem grande.

Ambos os relatos referem-se a diferentes formas de sofrimento que, além da ideia de desencontro, associam a depressão ao suicídio e à tristeza antecedente. Em geral, os entrevistados que não passaram por pensamentos ou tentativas suicidas não utilizaram a palavra depressão para caracterizar seus sofrimentos. Considerando isso, realizei uma sistematização das narrativas que mostrou uma similaridade entre os sintomas e consequências descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2000) para casos de Transtorno Depressivo Maior, a saber: brigas domésticas, irritabilidade, desejos e tentativas suicidas, abuso de álcool, uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, culpa, sentimento de desvalia, etc.

Tal comparação alerta para a complexidade na apreensão dessa desordem tanto no que concerne ao manual quanto a noções correntes no grupo, e abre a possibilidade de refletir sobre as psicopatologias a partir do aporte teórico-metodológico da Etnopsiquiatria¹¹, forjada a partir do encontro disciplinar entre etnologia e psiquiatria. Laplantine (1978) mostra que a “simultaneidade” entre antropologia e psiquiatria evita a dupla armadilha de relativizar toda a psiquiatria e psiquiatrizar toda a cultura. E, nem “[...] reduzir pura e simplesmente o absurdo aparente dos sistemas religiosos, dos rituais de feitiçaria e das práticas terapêuticas tradicionais a comportamentos neuróticos.” (LAPLANTINE, 1978, p.102).

c) Duplos e metamorfoses

Entrar para a corrente mediúmica do terreiro remete a uma postura de enfrentamento dessas desordens e carrega um sentido de “rito de passagem¹²”, porque significa o começo de um processo de modificação pessoal através da participação coletiva das sessões. A expressão “assumir a mediunidade”, recorrente

¹¹ Podemos contextualizar sua gênese a partir da Etnopsicologia (ou a dita “psicologia dos povos”), da Antropologia Cultural e seus estudos sobre “Cultura e Personalidade”, da Antropologia Psicanalítica a partir das obras de Sigmund Freud e, enfim, da Etnopsiquiatria e suas variantes (etnopsiquiatria psicanalítica, etnopsicanálise), novo campo aberto por GézaRóheim.

¹² No sentido de iniciação no sistema simbólico do grupo que marca, segundo Arnold Van Gennep (1977), uma troca de estatuto do sujeito, neste caso a passagem de médium não-desenvolvente para o de desenvolvente.

nas entrevistas e nas conversas informais em campo remetem a esse enfrentamento, na medida em que os conflitos e as dificuldades dos médiuns são gradativamente transformados.

Além dos seus conflitos, os médiuns relataram também como se sentiram depois de assumir a mediunidade. Por exemplo, quando Nádia (2012, 2 anos) diz “e agora eu estou mais tranquila, graças a Deus, já me sinto mais firme. Mas não vou te dizer que eu estou bem firme, porque não.”, referindo-se à sua recente condição de médium passista. E quando relata sua vida profissional: “E assim, eu sinto que tudo está indo para frente, devagarzinho, mas tudo se encaminhando”.

Já Olinda (2012, 6 anos) relata suas sensações de outro modo:

Claro que quanto menos raiva eu sentisse das pessoas, eu não ia sentir dor. E de fato, hoje eu sinto assim. [...] Eu sou tipo uma pluma, eu me sinto assim ó, com os pés no chão, mas tipo uma pluma, leve. [...] Olha, eu não deixava a pessoa conversar porque era eu que queria falar, era eu que sabia e era eu que entendia.

No entanto, essas sensações de mudança/transformação/passagem não ocorrem sem um esforço como mostra o relato de Gabriela (2012, 6 anos):

Só que até tu entender que o ‘fazer tudo certo’ [...] não é botar o branco e ir para a corrente e trabalhar pela parte espiritual. O ‘fazer tudo certo’ é aqui fora também. Não adianta tu estar lá dentro e agir de uma maneira, se estando aqui fora tu age de outra. Então, isso é ‘o fazer tudo certo’. Só que [...], certo e errado, existem vários mistérios, por que [...] o que pode ser certo para ti, é errado para mim.

Desse modo, vemos que a transformação não ocorre somente por uma (re)interpretação cognitiva/intelectual dos sofrimentos, mas pela busca de um constante equilíbrio entre os duplos que perpassam as experiências cotidianas expressadas, por exemplo, pelos termos “dentro” (espiritual/sagrado) e “fora” (material/profano) do terreiro, que refletem dois tempo-espacos da vida cotidiana dos médiuns. E, nesse trecho, Gabriela alerta para o trânsito de energias, orientações, posturas, sensações do sagrado/espiritual para o profano/material.

O relato de Marta (2012, 6 anos), que entrou no terreiro em decorrência de conflitos com seu esposo, tem sentido semelhante, porém, traz outro duplo: o “eu” e o “outro”.

Por que não adianta. Se eu estiver lá dentro da terreira e eu continuar pensando [...] que o outro está errado, que o outro é tal coisa e achar os defeitos no outro. Não vai mudar nada em mim, porque na verdade eu quero mudar a outra pessoa.

Nesse duplo, também estão incutidas as ideias de **aceitação** e de **firmeza**. A primeira se refere a uma aceitação do “eu” enquanto algo diferente do “outro”, tanto um “outro” encarnado quanto desencarnado. A segunda noção depende da primeira na medida em que essa diferenciação promove um saber sobre si, o “eu”, que leva à superação daqueles sofrimentos que levaram os sujeitos a proximidade de uma depressão e ao terreiro. Considerando os desajustes mediúnicos e o tratamento pela incorporação, a aceitação se refere a uma suspensão do “eu” e à influência dos Guias sobre os médiuns. Já a firmeza gradativamente alcançada indica o reencontro desse “eu” através do trânsito entre o espiritual/sagrado/dentro e o material/profano/fora.

Portanto, a metamorfose (AUGRAS, 2008) ocorre pelo esforço de articular e reconhecer essas dualidades. Em decorrência disso, há uma interpretação dos sofrimentos e uma compreensão do seu grau de responsabilidade sobre aqueles comportamentos geradores das desordens. O tempo de terreiro dos entrevistados e os esforços dos médiuns parecem ser os fatores, sociais e individuais, que gradativamente promovem a transformação dos desajustes (desencontros) em firmeza através da influência dos Guias pela incorporação.

Abrindo caminhos

A busca por respostas prontas e imediatas levam as pessoas aos terreiros, com a ilusão de que um “passe de mágica” dissolverá todos os problemas. Porém, os sofrimentos endógenos exigem uma transformação que prescindem de uma reflexão, permitindo aos sujeitos encontrarem sua medida de responsabilidade neles, ao invés de buscar por uma fuga. Num primeiro momento, apreendendo a umbanda e o terreiro como um sistema cultural, no sentido utilizado por Clifford Geertz (1989), observei os sofrimentos/desencontros psíquicos como mais uma forma de tratamento que fornece explicações e símbolos, permitindo uma resignificação simbólica dos sofrimentos.

A seguir, notei que a riqueza do campo de pesquisa não estava somente na sua sistemática simbólica, mas na sua realização concreta no corpo, nos atabaques, nas velas, nas roupas, nas pembas (espécie de giz que risca somente

madeira e é utilizado para riscar “pontos”, símbolos sagrados dos orixás ou dos Guias), nos perfumes, nas defumações, nas ervas, enfim, em tudo aquilo que é sensível.

Nessas “técnicas corporais” (MAUSS, 2003) que encontrei observando o terreiro, é possível perceber que o corpo é atingido pelos sons, cheiros, ritmos, ervas, fumaças, etc. que provocam sensações diversas e adentram as entranhas dos corpos e espíritos humanos que circulam por aquele espaço, desencadeando metamorfoses profundas através de atos performáticos (TURNER, 1986).

José Jorge de Carvalho (1994, p.113) escreve sobre o terceiro estado dos rituais religiosos de transe e possessão cuja abertura do ser é oposta a civilidade que fecha as possibilidades de ser, criando uma oposição entre corpo/espírito. Quer dizer, é nesse terceiro estado que corpo e espírito menos se separam.

Dessa modo, chegamos ao problema dos dualismos e das dualidades, pois enquanto aquele cria uma hierarquia que opõem o espiritual ao material, este apreende uma relação de interpenetração entre corpo e espírito que parecem ser mais pertinentes com aquilo que observo no terreiro. Dentre outros apontamentos que não couberam aqui, este é o centro a partir do qual se desenrola esta pesquisa.

THE PATHS OF A CASE STUDY ABOUT DEPRESSION IN UMBANDA

ABSTRACT: *In this paper I aim to expose datas from an ethnography realized since 2012 in a centre of umbanda localized in the interior of the state of Rio Grande do Sul. Observing the different forms of apprehension of depression I collected there, I understood that the inclusion of the mediums is done by a discord between body and soul, that they call “desajustemediúnico”(medium misadjustment). Then I begin a reflection regarding to a possible apprehension of the therapeutic dimension of umbanda in as much as the group intend to treat the depression through the “incorporação” (incorporation), which provides a behaviour transformation. This metamorphosis is gradually done, pervaded by the notions of “aceitação” and “firmeza” (acceptation and firmness) and leading the mediums to articulate the double-binds dentro/fora (inside/outside), eu/outro (I/other), from a continuing participation in the terreiro and from the incorporation experiences, through which the spiritual and the material transit and flow.*

KEYWORDS: *Umbanda. Mediumship. Depression. Therapy. Ethnography.*

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION [APA]. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. Arlington: American Psychiatric Association, 2000.

AUBRÉE, M.; LAPLANTINE, F. **La table, le livre et les esprits: naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil**. Paris: Éditions JCLattès, 1990.

AUGRAS, M. **O duplo e a metamorfose: identidade mítica em comunidades nagô**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAMARGO, C. P. F. **Kardecismo e Umbanda**. São Paulo: Pioneira, 1961.

CARVALHO, J. J. Violência e caos na experiência religiosa: a dimensão dionísica dos cultos afro-brasileiros. In: MOURA, C. E. M. (Org.). **As senhoras do pássaro da noite**. São Paulo: AxisMundi: EDUSP, 1994. p.85-120.

DAMATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter “*Anthropological Blues*”. In: NUNES, E. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23-35.

DESCOLA, P. Aprendizados. In: _____. **As lanças do crepúsculo: relações jivaro na alta Amazônia**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.59-70.

_____. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

FAVRET-SAADA, J. Être affecté. **Gradhiva**, Paris, n.8, p.3-9, 1990.

GEERTZ, C. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: _____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002. p.13-39.

_____. A religião como sistema cultural. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p.101-142.

GENNEP, A. Van. Classificação dos ritos. In: _____. **Os ritos de passagem**. Tradução de M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1977. p.25-33.

GIBBAL, J. M. Trance, possession and possession cults. In: _____. **Genii of the River Niger**. London: The University of Chicago Press, 1994. p.172-174.

LAPASSADE, G. **Les rites de possession**. Paris: Anthropos, 1997.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. Tradução de J.M.R. Coelho, S. Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

_____. **Etnopsiquiatria**. Tradução de M. L. Boavida. Lisboa: Editorial Veja, 1978.

LAPLANTINE, F.; NOUSS, A. **A mestiçagem**. Tradução de A. C. Leonardo. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Tradução de F. S. C. Lopes. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Lisboa: 70, 1981.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.399-422.

ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, V. G. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: EDUSP, 2006.

TURNER, V. **The anthropology of performance**. New York: PAJ Publications, 1986.

UMBANDA EAD. Bauru: Associação Brasileira de Educação à Distância: Instituto Cultural Aruanda. Disponível em: <<http://www.umbandaead.com.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

AS IDEIAS E O BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE OS USOS DA MEDICINA SOCIAL À BRASILEIRA

Lívia Maria TERRA*

RESUMO: O pensamento médico-social no Brasil esteve imbricado com o desenvolvimento da história do país. É no arcabouço da reflexão sobre o passado que os médicos diagnosticaram os males nacionais e prognosticaram as soluções para o projeto do Estado Nacional. Encarregado de sua nova missão, o médico lançar-se-ia frente à Nação como um novo sujeito social: um “médico político”, uma mistura de médico com cientista social, preocupado com a coletividade enfraquecida pelos males supostamente inerentes à população, amparados por instituições comprometidas com a ordem e o progresso. O artigo pretende apresentar como a medicina social, através do médico-político, foi convidada pelo Estado, a intervir em um contexto com objetivos de formar um projeto de desenvolvimento nacional. A partir daí, observar o florescimento da medicina como um pensamento social que, para além da análise sobre a realidade, buscava prevenir e remediar os males da Nação, dando os primeiros contornos às Ciências Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina-Social. Médico-Político. Estado nacional. Ciências Sociais.

Introdução

A medicina lida desde os seus primórdios com o medo e o sofrimento provocados pela morte. Contudo, a diferença que se estabelece entre a medicina dos clássicos e a medicina moderna é uma sutil reconfiguração da saúde como elemento fundamental na evolução da sociedade, mediada pela noção de

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – livia_terra@yahoo.com.br

prevenção à doença e a epidemia, sobretudo nas sociedades europeias industrializadas do século XVIII.

A transformação da medicina clássica em medicina moderna marcará o indivíduo e o homem como sujeito do conhecimento. De acordo com Michel Foucault (1977), o saber médico da passagem do século XVIII para o século XIX é responsável por uma nova forma de olhar o paciente e a doença. Descrevendo aquilo que estava abaixo do limiar do meramente visível, a medicina de então transforma o diagnóstico em um exercício racional do espírito humano, em um instrumento de produção do conhecimento e da cientificidade.

A análise meticulosa, que proporciona o diagnóstico, introduz o indivíduo em sua qualidade irreduzível, organizando sobre este uma linguagem racional e um dossiê sobre a sua existência humana na forma de **exame**, associando, assim, o saber médico – o conhecimento da natureza – à experiência do comportamento humano em sociedade, localizando no corpo as decorrências patológicas que supostamente estagnariam o desenvolvimento do mundo moderno. O surgimento dessa clínica autorizaria uma linguagem científica e racional, uma nova episteme do conhecimento, o que leva Foucault a concluir que a medicina contemporânea nasce já como medicina social (SAYD, 1998).

Ainda segundo Foucault (1977), a transformação da medicina no século XIX se deu pela crença em dois mitos fundamentais. Se por um lado, a medicina começava a se assentar como uma profissão nacionalizada e uma atividade pública, a serviço da nação, cuidando assim da saúde dos corpos, por outro lado, a sociedade europeia pós-revolução de 1789 passava a ser vista através de um prisma histórico-positivista, no qual a dimensão da doença era concebida como um estado que naturalmente seria ultrapassado pelo grau de desenvolvimento atingido pelos seus povos. Desse modo, as doenças e as moléstias variariam conforme as épocas, as gentes e os lugares (SCHWARCZ, 1993).

Essa ideia se torna mais evidente a medida que se observam os relatos médicos, na Inglaterra e na Itália, nos séculos XVIII e XIX. Ramazzini (1713 apud ROSEN, 1983, p.30), preocupado com as condições de vida, de trabalho e com o tratamento dispensado à classe camponesa na Itália, afirma que:

As doenças que costumam atacar a população agrícola, pelo menos na Itália, e especialmente às margens do rio Pó, são pleurisia, inflamação dos pulmões, asma, cólica [...] Os erros que observei no tratamento desta classe de homens

são muitos, e surgem do fato de se supor que a classe camponesa, por causa de sua constituição forte, é capaz de tolerar remédios fortes melhor do que o povo da cidade.

Evidentemente, o elemento humanitário está presente em Ramazzini, sobretudo ao estabelecer uma fisiologia de determinada classe social. Mas ressalta Rosen (1983), é enfática a sua consciência sobre a importância da saúde na produtividade econômica e na consistência social exigida pela ordem capitalista e pelo progresso da civilização.

Com efeito, Ramazzini insinuou alguns elementos que constituiriam a medicina social nos séculos seguintes, incluindo em suas discussões as relações entre as condições de vida dos trabalhadores, bem como fatores nocivos que influiriam na saúde da classe social, ligando sua produção às ideias que então floresciam no período.

Da mesma maneira que outras nações que se consolidavam sob a égide do capitalismo, a França se mostrou uma das pioneiras em matéria de medicina social. As condições de vida dos trabalhadores urbanos em fábricas e lojas, sobretudo, após a Revolução de 1789 e o período napoleônico, eram objetos de investigações e estudos estatísticos dos profissionais da medicina social. Nas palavras de Rosen (1983) essa característica foi posteriormente, em meados do século XIX, ainda mais reforçada, principalmente pela atuação dos higienistas.

Pode-se afirmar, portanto, que a interseção entre a medicina e as ciências sociais deu-se na Europa a partir dos processos de urbanização e industrialização e as decorrentes transformações que se efetuaram no meio social. Afirma Ribeiro (2010, p.16):

[...] seria preciso considerar a Medicina Social como um instrumento de intervenção contra os males consequentes do processo de industrialização e modernização das cidades, pois dentre os seus princípios estaria a preocupação com a saúde pública, vista então como responsabilidade que deveria ser assumida pelo Estado, que por sua vez, desenvolveria ações que em conjunto significariam a elaboração de uma política para a saúde pública [...].

De fato a associação entre a filosofia e a medicina se deu em um contexto bastante diferente daquele apresentado pela sociedade brasileira até o século XIX. Sem as mesmas características das sociedades industrializadas e urbanizadas da

Europa e vivendo sob um estatuto colonial que limitava a ação intelectual, levou tempo para que o pensamento médico no país adquirisse o mesmo formato postulado.

No Brasil, portanto, esse movimento do pensamento médico só ocorrerá nas últimas décadas do século XIX, quando transformações históricas específicas se apresentaram diante da sociedade, projetando publicamente o imperativo de formulação de uma nação voltada ao mundo capitalista e quando a medicina brasileira, após séculos de ensino precarizado, encontraria ares de ciência e legitimidade.

Segundo Ferreira (2003), até pouco tempo grande parte dos sociólogos interessados na área acreditava que a incorporação da medicina no Brasil não havia vivenciado resistências socioculturais, sobretudo, pela ausência de conhecimento sobre as técnicas de curar no período colonial. O que a história nos revela, entretanto, é que durante o período colonial, a medicina foi marcada por três bases culturalmente distintas: a indígena, a africana e a europeia (portuguesa). Predominava no contexto uma gama de não especialistas, dentre os quais curandeiros, boticários, raizeiros, parteiras, benzedeiros, padres, com inexpressiva participação de médicos com formação acadêmica.

O reduzido número de profissionais da medicina no período colonial, para Machado et. al. (1978), era resultado não apenas da proibição do ensino superior nas colônias e da proibição da divulgação de obras médicas não portuguesas, era consequência também das pouquíssimas vantagens profissionais oferecidas, bem como do desconhecimento da flora brasileira que, por vezes, ocasionava a ineficácia terapêutica.

Com isso, a atividade médica era desenvolvida por “herbalistas”, tradicionalmente vinculada aos conhecimentos africanos e indígenas, fiscalizados pelos cirurgiões-mores do Reino. Ainda assim, na sociedade colonial a presença do médico era exigida pela população, nomeadamente, em face da doença e da morte. Para o rei de Portugal, que designava o indivíduo profissionalizado para ocupar a função de médico na colônia, a manutenção da vida nesta era considerada uma questão político-administrativa estratégica, afinal um médico instalado nas principais mediações da colônia poderia garantir efetivamente a existência dos súditos, cuja função era colonizar para o próprio desfrute do rei (MACHADO et. al., 1978). O que, contudo, não significava, de fato, a existência e a designação de muitos profissionais qualificados para a realização da atividade. Como aponta Ferreira (2003, p.102):

Na prática, cirurgiões, boticários e leigos assumiram o papel reservado exclusivamente aos doutores em medicina. A favor dessa subversão da ordem, estava também o fato de que a arte médica executada no Brasil pelos escassos médicos não se distinguia radicalmente daquela exercida pelos populares. A medicina culta assemelhava-se à medicina popular, na medida em que expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundado numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença.

Com o desembarque da família real portuguesa em 1808, a situação dos serviços médicos não se alterou prontamente, apesar dos problemas com a higiene e o saneamento. Sem profissionais para atender a demanda, a solução encontrada foi a instalação de escolas cirúrgicas no território da colônia. No mesmo ano, d. João VI decretaria ainda a criação da “Escola de Cirurgia” na Bahia, sendo que poucos meses depois inauguraria a escola de cirurgia do Rio de Janeiro.

A consolidação das escolas não significou, todavia, uma melhoria no desenvolvimento da profissão. As condições de ensino e aprendizagem eram bastante precárias, sendo frequentes as queixas dos estudantes e lentes. Os professores eram mal qualificados para a docência, suas aulas eram alongadas por leituras excessivas, bem como ministradas com víveres como carneiros, os quais dissecavam e apontavam demonstrando o coração, as tripas, etc., sob o mesmo padrão de ensino português. Por outro lado estavam os alunos, faltosos e com aproveitamento escolar insatisfatório.

A necessidade de reforma educacional não tardou. Em 1832, um decreto-lei transformava as escolas de cirurgias em academias ou faculdades de medicina, organizadas a partir do modelo acadêmico francês, o que conferiu às mesmas o direito de conceder os títulos de doutor em medicina e farmácia. O curso foi estendido para seis anos e no ato da admissão o candidato deveria comprovar proficiência em latim, francês, aritmética, lógica e outros (SCHWARCZ, 1993).

A despeito das reformas, mesmo quando se forçou uma institucionalização dos cursos, sobretudo, com a criação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, ainda se pode considerar a precariedade no ensino e a ausência de laboratórios que pudessem viabilizar o ensino prático da medicina. Além disso, a influência das atividades de curandeiros impossibilitava o desenvolvimento da medicina enquanto ciência, concorrendo com esta diretamente o charlatanismo (FERREIRA, 2003).

O ensino teórico com todo seu aparato espetaculoso de sucessos oratórios, e que na avidez dos aplausos sacrifica, sem pejo, a utilidade do ensino, por mais de meio século de esterilidade banal, esse pendor invencível, símbolo de uma importação estrangeira sem critério, no termo da sua lenta agonia [...] Ilustres observadores bem sabe que a dicção palavrosa, o estilo guindado e elegante não tem mais lugar num curso de ciência onde o que vale é o conteúdo. O tema sofisticado de que fino champanhe requer taça de prata – não consegue mais iludir. Este estertor de aparentar de um lado culto estético e do outro duvidosa ciência é uma associação abominável [...] O que foi o ensino prático no ano de 1986, em que condições funcionaram nos laboratórios [...] São bem escassos e de procedência muito suspeita os documentos que dispõe o historiador [...] Por está lacuna, por está falta de rigor e aproveitamento do ensino só é responsável a própria Congregação a quem o Regulamento cometeu, ou impôs, o dever fiscalizar o ensino e que, apesar disso, nunca tomou a respeito a menor providência [...] (RODRIGUES, 1976, p.14).

A isto se somavam outros problemas de ordem prática, como denuncia o testemunho do professor e médico Nina Rodrigues (1976, p.16-17):

Em matéria de instalação, o laboratório de Medicina Legal é o menos afortunado desta Faculdade [...] A desabar pelos fundos, crivado de goteiras, sem caiação, com o seu instrumental todo incompleto [...] Insisto em declarar, diante dos fatos, que ainda por muitos anos o ensino prático de Medicina Forense há de ser uma simples aspiração entre nós. Nesse resultado entram por partes iguais a responsabilidade do atraso e desorganização da Justiça Administrativa [...] no país e a responsabilidade desta Congregação que não tem querido tomar na devida consideração as exigências desse ensino [...].

A situação encontrada no ensino da medicina não impossibilitou, contudo, que o médico fosse associado a uma prática política específica. À medida que as relações sociais iam se alterando no contexto de fins dos oitocentos, a medicina ia ganhando contornos de medicina social com “[...] um poder especializado que deve assumir a responsabilidade dos indivíduos e da população atuando sobre as condições naturais e sociais da cidade” (MACHADO et. al., 1978, p.149) e do campo (LIMA; HOCHMAN, 1998).

Pouco a pouco, já bastante influenciada por correntes teóricas estrangeiras, a medicina se transformava em um instrumento de análise da sociedade, uma

ciência do social (ANTUNES, 1999). Independentemente das contingências do ensino da medicina:

[...] vamos encontrar os médicos analisando os fatos sociais e avaliando os aspectos relativos à conduta moral. Vamos encontrá-los diagnosticando problemas que não caberia à anatomia patológica comprovar. Veremos esses médicos reconhecendo, reproduzindo e reprogramando a realidade social que os cercava e que constituía a matéria de sua apreciação. Vamos flagrá-los em sua atividade conformadora da vida social, vamos caracterizá-los como um foco de emissão dos preceitos morais. Em outras palavras, vamos encontrá-los produzindo conhecimentos sobre a dimensão coletiva da vida humana, firmando sua especialidade como espaço de uma ciência propriamente social. (ANTUNES, 1999, p.12-13).

Assim, é no desenvolvimento desse conhecimento, regularizado por princípios metodológicos próprios à época, especializado no diagnóstico de fatores sociais como elementos atuantes na disfunção da ordem “natural” da sociedade, que se manifestou a gênese das Ciências Sociais, das ideias brasileiras, tendo não apenas nos bacharéis, nos literatos ou nos engenheiros, mas também no pensamento médico a fonte para as interpretações dos fenômenos sociais.

Os usos da medicina social à brasileira

A história do pensamento médico no Brasil não se deu de modo linear e tampouco a sua consolidação representou um processo que se tenha concretizado sem percalços. Isso porque o seu desenvolvimento esteve imbrincado com toda a história política, social e intelectual do país.

A Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 significaram uma nova guinada sobre as formas e as ideias concebidas pela intelectualidade sobre o Brasil. Formado o Estado republicano, sem, contudo, perder as características conservadoras, descortinava-se a necessidade de articular a formação da sociedade civil, imersa para muitos no vago dos regionalismos rurais. Para estes intelectuais, o Estado deveria se impor na formação da Nação e do povo, considerado atrasado política e intelectualmente. “A partir de então o que estava em jogo era não apenas a construção de um novo regime político, como a conservação de uma hierarquia social arraigada que opunha elites de

proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana.” (SCHWARCZ, 1993, p.27)

Esses objetivos eram apoiados pelo pensamento médico-político, a medida que grassava a medicina social como um aporte teórico na análise do social. Expressamente, a chamada “ensaística” desses autores estava orientada para a obra de conclusão do Estado e da identidade nacionais (VIANNA, 1997), como casos de saúde pública e garantia da ordem social. De tal modo,

[...] muitos estão preocupados em compreender, explicar ou inventar como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, rituais. Preocupam-se com as diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas. Meditam sobre as três raças tristes, explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial. Procuram as desigualdades regionais, raciais e outras na natureza e na história passada. Inquietam-se com o fato de que a maior nação católica do mundo flutua sobre a religiosidade afro e indígena. (IANNI, 2004, p.24).

É no arcabouço desse movimento de reflexão, inteirado ainda por uma ordem conservadora e patriarcal, que as primeiras interpretações sobre as possibilidades do Brasil Moderno, modeladas então pela perspectiva positivista do progresso, apareceram no contexto nacional.

A medicina social e seus profissionais médicos eram chamados pelo ideal de progresso, representado na imagem da ciência, a assumir um papel social diferente daquele engendrado anteriormente. Segundo Mariza Corrêa (1998), esse profissional da saúde do final do século XIX, consistia numa mistura de médico com cientista social, ou nas palavras de Roberto Machado (1978) um “médico político” ambientado pelos conceitos da biologia, mas preocupado com a coletividade social enfraquecida por inúmeros aspectos. (TERRA, 2013, p.10).

São muitos os discursos que aventavam o papel político do médico na formação da Nação e da sociedade brasileira:

Se é bello de contemplar-se o espetáculo singelo da caridade encarnada no medico que allivia padecimentos individuaes, não é menos o daquelle que

compenetrado do papel social da medicina política entrona para todos os lados seus benefícios alargando incomensuravelmente o círculo de suas atividades profissionais, que na escala da perfectibilidade dos sentimentos auxilia à sociedade em sua passagem do egoísmo para o altruísmo. O médico moderno digno de seu nome e condição deve praticar-a plenamente no exercício da medicina política. (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1896, p.398 apud SCHWARCZ, 1993, p.202).

Nesse sentido, o projeto republicano, a “democracia” por assim dizer e a construção de uma identidade nacional são analisadas por médicos e outros intelectuais, é necessário reafirmar, de fins do século XIX às primeiras décadas do século XX. Com o aporte do paradigma da medicina social associada aos ideais do positivismo e do evolucionismo, as análises sobre os males das sociedades modernas deixavam a esfera da doença (dos males causados pela insalubridade do trabalho, por exemplo) e recaíam sobre o indivíduo (ou a sua patologia natural, individual e hereditária). Esse médico político, amparado na medicina social, iria encontrar na conformação racial do povo brasileiro a explicação das possibilidades ou impossibilidades de um projeto civilizatório, capitalista e nacionalizante, atrelado aos interesses da burguesia em transição.

Daí a utilização do termo, medicina social à brasileira. Em outras palavras, uma forma de pensamento modelada às particularidades da realidade brasileira e utilizada como instrumento na viabilização de um projeto cujo um dos principais objetivos era formar o povo, civilizando-o, e criar uma identidade nacional que pudesse nos garantir a ordem e o progresso na perspectiva dos interesses do capital internacional. Dessa monta, as produções teóricas desses homens de “*sciência*” respondiam a uma intervenção social (RIBEIRO, 2010), almejada pelo Estado e pela elite econômica, para que se contivesse o monopólio da ordem e do progresso.

Grosso modo, tais médicos, junto aos bacharéis e engenheiros, pertenciam ao que Antonio Candido (2006) chamou de “tríade de intelectuais” fundantes das Ciências Sociais no Brasil. Estiveram nas análises desses pensadores os grandes temas das Ciências Sociais, que fariam parte, anos mais tarde, da agenda de inúmeros pesquisadores institucionalizados nos cursos de Ciências Sociais da FFLCH da USP e da ELSP de São Paulo, preocupados com as mesmas questões concernentes à ordem pública: a conformação racial do povo brasileiro, a incompatibilidade institucional brasileira à própria realidade, o legado da realidade escravista à cultura brasileira, os regionalismos

que atravancavam o desenvolvimento nacional, os problemas de educação e alimentação, dentre outros.

Nas palavras de Mariza Corrêa (1998, p.33), esse momento de fins do século XIX era para a intelectualidade aquele em que se fazia mais necessário o “[...] debate entre a possibilidade da participação das massas na vida política do país e a reafirmação da sua exclusão [...]”. E segue: “[...] Isto é, no momento mesmo em que se colocavam as questões de cidadania e nacionalidade na sociedade brasileira, tornava-se também um imperativo político definir mais claramente os critérios de inclusão/exclusão ao estatuto de cidadania nacional [...]” (CORRÊA, 1998, p.33).

A disputa pela legitimidade desse campo científico será marcada por uma representação caricaturada de outras áreas do conhecimento e de outros intelectuais, uma vez que:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p.122-123).

O estreitamento das relações entre os homens de ciência e os homens de poder, permitiu a medicina social, ganhar o sentido de via interpretativa e intervencionista – com seus diagnósticos e prognósticos – voltada ao progresso e a concretização da sociedade civilizada e moderna.

De fato, tornava-se imperativo a consolidação de políticas públicas que combatessem não apenas a doença – já que saúde era sinônimo de progresso – mas também a ignorância popular, submersa nos conflitos patrimonialistas locais e na sua conformação racial. Como um projeto do Estado burguês, urgia sanar as doenças naturais, mas, sobretudo, as doenças morais que levavam o país ao suposto declínio produtivo e ao atraso social. Essas ações se dariam em instituições como o Serviço Sanitário, o Instituto Bacteriológico e Vacinogênico e outros, amparados por estudos publicados e difundidos em periódicos, como a *Gazeta Médica da Bahia* e o *Brazil Médico*.

Nessas revistas, temas de jaez higienista sobre os núcleos urbanos (o que vinculava a medicina social à nascente arquitetura), a degeneração biológica, psicológica e social, a loucura, o crime e o criminoso, a prostituição e as doenças venéreas, dentre outras, revelavam a variedade de discussões, mas também o intercâmbio de informações e a busca por uma identidade dentro dos diversos núcleos de estudo (SCHWARCZ, 1993).

A preocupação com a higiene e a reforma social do meio seria mais um instrumento da medicina social na busca pelo desenvolvimento nacional do progresso. Das revistas especializadas às ações cotidianas individuais e coletivas, a atuação da medicina social se efetivava na intervenção estatal, especialmente através de campanhas, visitas de inspeção e fiscalização, vacinação, instituições hospitalares e uma rede de infraestrutura que, a bem da verdade, atingia, pelo menos até a década de 1910, unicamente os centros urbanos. Além do mais, a prerrogativa das campanhas de higiene motivava à ideia de prevenção, afinal prevenir era melhor que remediar. “Higiene aqui é, portanto, uma atividade referente ao próprio indivíduo, ao controle do seu corpo mais do que do meio ambiente. Coerentemente, há inúmeras prescrições da ordem da higiene individual [e acrescentaria moral] com vistas à manutenção da saúde na década de 1880 a 1890.” (SAYD, 1998, p.82)

Concatenada a ideia de higiene preventiva, figurava a ideia de saneamento. Destarte, “[...] caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação [...]” enquanto os higienistas ficavam responsáveis pelas “[...] pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças [...]” (SCHWARCZ, 1993, p.206).

Para fins de conclusão

Historicamente, a medicina social conquistou o campo científico, ou se quisermos o campo das ideias legitimamente autorizadas. O fato possibilitou que a mesma se transformasse em um instrumento de intervenção da realidade, a saber, em um momento no qual a sociedade e o Estado se voltavam para a organização de um projeto nacional de desenvolvimento, a medida que novos elementos sociais se apresentavam diante dos microscópios sociais. A Abolição da Escravidão, o Advento da República são apenas alguns exemplos dos motores que impulsionaram o Brasil à possibilidade de uma nova sociedade e nação. O desenvolvimento adquirido pela medicina social, também em virtude das concepções estrangeiras, veio socorrer a demanda do progresso na vida coletiva, pois,

tanto a ciência quanto a sociedade estavam, naquele momento, sob a égide do positivismo (TERRA, 2013).

Desse modo, ao passo que os primeiros anos da República trouxeram uma aceleração no campo científico do país, a produção dos intelectuais vinculados à medicina social construiu um aparato teórico e institucional para o enfrentamento dos “males da nação”.

Como podemos supor, conforme a voga científica predominante nas últimas décadas do século XIX, as condições de atraso da sociedade brasileira eram identificadas na brutalidade e ignorância da sua população, bem como nos seus aspectos de miscigenação, na pobreza e na suposta promiscuidade do povo, associado como um elemento pernicioso à própria civilização, malfadado na sua sina biológica e hereditária. Daí se refutava a ideia de igualdade e liberdade, dando suporte a uma noção conservadora de sociedade, na qual os direitos individuais, casados com o liberalismo que se desenvolveu no Brasil, permaneciam limitados a determinados grupos sociais com suporte e respaldo da ciência de então.

Um país “doente”, como passava a ser visto o Brasil, carecia de uma rede de profissionais especializados e de uma gama de instituições capacitadas na intervenção sobre a sociedade com o anteparo do Estado. Diagnósticos e prescrições sobre os rumos da sociedade, portanto, passam a caracterizar a atuação desses profissionais, o que indica que, a imagem que a ciência médica queria para si era aquela de “[...] tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir [...]” (SCHWARCZ, 1993, p.202). Nas palavras e na imagem definida pelo professor Clementino Fraga, em discurso aos doutorandos de 1914:

[...] uma imensa sciencia na força e disciplina de seus conhecimentos de longe domina a obra das grandes transformações humanas, multiplicando os seus officios para a perfeita eurythmia da vida social quer estendendo suas azas tutelares na proteção e amparo às colletividades, quer no aperfeiçoamento das raças, na formação das nacionalidades, no destino do mundo. Eis senhores a medicina! (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1914, p.241 apud SCHWARCZ, 1993, p.202).

Em suma, uma disciplina exercida por homens de ciência em extrema harmonia com os interesses dos homens de poder. Sem sombra de dúvidas, o emprego da medicina social no Brasil, frente à realidade político-social que se

desenhava no quadro do último quartel do século XIX, atribuiu à disciplina um peso que seria quase impossível pensar, dentro daquela conjuntura, em atitudes, condutas e mesmo formas de organização que não estivessem subsidiadas pela ordem médica.

IDEIAS AND BRAZIL: NOTES ON THE USES OF SOCIAL MEDICINE TO THE BRAZILIAN

ABSTRACT: *The medical and social thought in Brazil was combined with the development of the country's history. It is in the framework of reflection about the past that doctors diagnosed the national ills and predicted solutions for the design of the national State. Charge of his new assignment, the doctor would be a new social subject to the Nation: a "doctor politics", a mixture of physician and social scientist, concerned about the weakness of society, supposedly originated from population, supported by institutions committed to order and progress. This paper aims to present how Social Medicine, through the medical-political, was invited by the state to intervene in a context with the objectives of form a national development project. So, analyze the development of medicine as a social thought, beyond analysis of reality, seeking to prevent and cure the ills of the nation, forming the first characteristics of the Brazilian Social Sciences.*

KEYWORDS: *Social-Medicine. Political-Doctor. National state. Social Sciences.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral:** pensamento médico no Brasil (1870-1930). São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v.18, n.1, p.271-301, jun. 2006.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade:** a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

FERREIRA, L. O. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, S. et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p.111-122.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p.23-40.

MACHADO, R. et. al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RIBEIRO, P. S. **“Prescrições médicas” contra os males da nação: diálogos de Franco da Rocha na construção das Ciências Sociais no Brasil**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

RODRIGUES, R. N. Memória histórica apresentada à Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 29 de março de 1877. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v.73, p.7-30, 1976.

ROSEN, G. A evolução da medicina social. In: NUNES, E. D.; DONNÂNGELO, M. C. F. (Org.). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, 1983. p.25-82.

SAYD, J. **Mediar, medicar, remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TERRA, L. M. Medicina e nação: aspectos da formação das Ciências Sociais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013. p.1-23. Disponível em: <http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-1007-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

DISCURSO E PODER NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DO PRÍNCIPE ELETRÔNICO

Alexandre A. SANTOS*

RESUMO: Apresentamos aqui uma reflexão sobre as possíveis relações entre o campo político e o campo midiático hoje. Tomando como pressuposto o que coloca Octavio Ianni ao teorizar sobre as práticas políticas contemporâneas e o papel que a mídia exerceria em seu desenvolvimento, uma vez que este propõe que as práticas políticas – as práticas de disputas políticas propriamente ditas – teriam sofrido um deslocamento essencial, não se encontrando mais ligadas às estratégias partidárias, mas sim, diluídas no universo midiático moderno. E na medida em que encontramos na obra de Michel Foucault e Pierre Bourdieu questões sobre relações discursivas e relações de poder, buscaremos – levando em consideração às particularidades de cada autor – estabelecer um arcabouço conceitual que nos permita enfrentar, a partir da relação entre discurso e poder, questões próprias a nossa contemporaneidade, como, por exemplo, a questão do príncipe eletrônico descrita por Ianni.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Cultura e política. Discurso e poder.

Introdução

Encontramos na obra de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, questões sobre as relações discursivas e as relações de poder, por isso aqui, levando em consideração as particularidades de cada autor, propomos uma reflexão na tentativa de olhar para as possíveis proximidades e continuidades entre essas duas propostas teóricas com o objetivo de estabelecer um arcabouço conceitual que nos permita enfrentar, a partir da relação entre discurso e poder, questões pró-

* Mestrando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – alexandre.sociais@hotmail.com

prias do campo midiático contemporâneo. Começando pela proposta de Foucault, tentaremos marcar pontos de seu pensamento que tocam questões sobre: o discurso; as formações discursivas e a função-autor. Buscando, através de suas particularidades, retomar as questões sobre as relações possíveis entre as práticas discursivas e as práticas poder.

Em seguida nos deteremos sobre a proposta de Bourdieu, principalmente nos momentos em que esta se volta sobre temáticas como: as funções políticas da linguagem; a complexidade presente no paradoxo da doxa e os desdobramentos do chamado efeito teoria. Em uma tentativa de entender a relação entre os discursos sociais e a ideia de poder simbólico tal qual proposta pelo autor. Por fim, tentaremos estabelecer – através das noções de função-autor, efeito teoria, poder simbólico e poder relacional – um arcabouço conceitual que nos permita analisar a manifestações da mídia pensando as a partir da noção de príncipe eletrônico apresentada por Ianni (1999), tendo em vistas as possíveis homologias existentes entre o campo midiático e o campo da política em nossa contemporaneidade.

O poder relacional e o discurso

Nossa reflexão se inicia a partir daquilo que coloca Foucault sobre as relações entre discurso e poder. Assim entendemos o discurso como um tipo específico de conhecimento, uma vez que constitui um conjunto de saberes sobre determinado fato, também entendemos que por isso o discurso não pode ser pensado sem que se leve em consideração às questões de poder que perpassam o contexto social em que circula. Segundo Foucault as ideias de saber e de poder por um longo período da história estiveram juntas, fato pelo qual o mesmo cunhou conceitos como o de “saber-poder”, em sua concepção “[...] saber e poder eram exatamente correspondentes, correlativos, superpostos, não podia haver saber sem poder. E não podia haver poder político sem a detenção de um certo saber específico.” (FOUCAULT, 1978, p.39) É dentro dessa relação saber-poder que propomos pensar os discursos midiáticos enquanto conjuntos de saberes que, portanto, se encontram diretamente ligados às questões de poder contemporâneas a eles.

Sendo assim, a efeito de análise, pensaremos os discursos midiáticos como uma espécie de documento histórico, tendo em vista que, para Foucault todo o documento histórico é um conjunto de saber construído socialmente e que tem sua construção transpassada por relações de poder. Para Foucault: “[...] o sentido

criado, no texto histórico é produto da intenção do historiador que escolhe os documentos, atribuindo-lhe, um valor de testemunho, que, pelo menos em parte, depende de sua própria posição na sociedade de sua época.” (GREGOLIN, 2008, p.110) Assim ao pensar os discursos como um documento histórico busca se aqui entendê-los como “[...] um agenciamento de signos, que, ao produzir ‘efeitos de verdade’, levam uma sociedade a interpretar-se e compreender-se através dessa interpretação [...]” (GREGOLIN, 2008, p.111), e chamar a atenção para o lugar estruturante que pode ser ocupado por estes conjuntos de saber, dentro dos diversos contextos sociais contemporâneos.

Mas para tentarmos entender um possível lugar da ideia de discurso na teoria de Foucault, temos que primeiro buscar entender o que são os enunciados e qual o lugar ocupado por estes nesta construção teórica. Nesse sentido podemos dizer que segundo Gregolin (2008), para Foucault o enunciado seria a parte fundamental dos discursos, uma vez que:

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se a ou não frase, preposição, ato de linguagem [...] ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim, uma função que cruza um domínio de estruturas possíveis e que faz com que apareçam, como conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 1986, p.98-99 apud GREGOLIN, 2008, p.115).

Ainda, segundo Gregolin (2008), podemos pensar sobre o enunciado – dentro da teoria de Foucault – tendo em vista sua importância na construção daquilo que se entende por discurso. Assim o enunciado seria o lugar da expressão das disputas de poder que perpassam e que configuram todo o discurso, por isso, pensando as disputa de poder presentes em toda prática discursiva, ela diz que para Foucault:

O enunciado é entendido como um bem (finito, limitado, desejável, útil) que tem suas regras de aparecimento e também condições de apropriação e de utilização – e que coloca, por conseguinte, desde sua existência, a questão do poder, que é objeto de uma luta de uma política. (FOUCAULT, 1986, p.139 apud GREGOLIN, 2008, p.120).

Também podemos apontar para a importância dos enunciados na teoria de Foucault quando o mesmo define o conceito de formações discursivas. Conceito

esse que permite localizar e analisar as condições de organização da produção e da circulação dos discursos em uma sociedade, segundo Foucault em todo o caso:

Em que se puder descrever, entre um certo numero de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1997, p.43).

Ao nosso entender é através dessa ideia de formação discursiva que podemos tentar compreender melhor o que Foucault buscou problematizar com a noção de função-autor – noção que tomamos como fundamental para se pensar as relações contemporâneas entre discurso e poder – segundo ele:

A função-autor esta ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos, não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização, não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma serie de operações específicas e complexas, não reenvia pura e simplesmente para um individuo real, podendo dar lugar para vários “eus” em, simultâneo, a varias posições de sujeitos, que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. (FOUCAULT, 2006, p.56).

A ideia de função-autor – em nossa leitura – se coloca como fundamental, por exemplo, para uma reflexão contemporânea sobre as relações entre a esfera da mídia e da política. Uma vez que é por essa função e a partir dela que podemos problematizar as relações entre o campo midiático e as relações políticas, colocando como pressuposto que a mídia exerceria a função-autor nos diversos contextos em que se localiza. Essa hipótese de aproximação entre a noção de função-autor e o campo da mídia, talvez fique mais clara quando pensamos sobre o que colocou Foucault ao dizer que: “[...] a função-autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.” (FOUCAULT, 2006, p.46). Na medida em que entendemos que essa característica pode expressar uma particularidade nos dispositivos midiáticos, tendo em vista que estes têm por função produzir e fazer circular discursos e formações discursivas nos contextos em que se localizam.

E dessa forma, pensando a função-autor exercida pela mídia, podemos tentar problematizar as relações entre as formações discursivas que circulam hoje em um contexto social e as disputas de poder que estruturam este mesmo contexto. Mas não antes de tentar compreender melhor – junto a teoria de Foucault – a questão do poder propriamente dita, para isso se faz necessário apontar que:

Não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamando poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO, 1979, p.X).

Temos aqui um ponto nodal à ideia de poder em Foucault, a noção de que o poder não é um objeto e que por isso não pode ser localizado ou personificado em nenhum tipo de instituição social. Ponto esse que nos leva frequentemente a encontrar com questões do tipo: Como se analisa um poder que não pode ser localizado institucionalmente? E que, ao nosso entender, podem rapidamente – porém não de maneira simples – ser respondidas quando pensamos esse poder não enquanto causa ou efeito de alguma coisa, mas sim, enquanto uma forma de relação, admitindo assim que:

Rigorosamente falando o poder não existe: existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (MACHADO, 1979, p.XIV).

Assim sendo o que discutiremos, por enquanto, não é um poder centrado nas instituições do estado ou do mercado, mas sim uma concepção de poder relacional, uma ideia de poder que:

Coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em

que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas as outras). (FOUCAULT, 1995, p.240).

Essa ideia de uma relação de poder estabelecida entre parceiros a princípio pode nos parecer contraditória se pensarmos, dentro de um contexto social, em uma espécie de parceria entre os dominantes e os dominados, mas não é esse o sentido atribuído por Foucault a esse tipo de parceria, característico desse poder relacional. Em nossa leitura Foucault tentou ao pensar o poder através dessa noção de relação entre parceiros, demonstrar que:

O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relações de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem que esta acorrentado (trata-se então, de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar, no limite, escapar. (FOUCAULT, 1995, p.244).

Acreditamos que agora podemos tentar relacionar as noções de discurso e de poder segundo Foucault, tendo em vista suas especificidades, dizendo que primeiramente se faz necessário distinguir as relações de poder das relações de comunicação, ou seja, na teoria de Foucault as relações discursivas não são relações de poder, segundo ele:

Sem duvida, comunicar é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objeto ou por consequência efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas. Passando ou não por sistemas de comunicação, as relações de poder tem sua especificidade. (FOUCAULT, 1995, p.240).

Então o que temos é que as relações de comunicação, constituídas por formações discursivas, não representam relações de poder, mas são responsáveis

por estabelecer efeitos de poder, para Foucault: “[...] as relações de comunicação implicam atividades finalizadas (mesmo que seja apenas a ‘correta’ operação dos elementos significantes) e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação dos parceiros.” (FOUCAULT, 1995, p.241) Assim podemos finalizar essa primeira parte, lembrando que Foucault apresenta em sua teoria uma visão relacional do mundo social e, assim, das relações que o constituem, por isso, nos permite retomar nossa proposta reflexiva de relacionar as esferas do discurso e do poder, pensado as relações entre mídia e política na contemporaneidade.

O poder simbólico e o discurso

Pensando a proposta teórica de Pierre Bourdieu se faz necessário dizer que a ideia de discurso será agora tratada como prática de linguagem, uma vez que, como colocou Bourdieu:

Ou falamos da linguagem como se ela só tivesse a função de comunicar, ou tratamos de procurar nas palavras o princípio do poder que se exerce, em certos casos, através delas (tenho em mente, por exemplo, as ordens ou as palavras de ordem). Na verdade as palavras exercem um poder tipicamente mágico: fazem ver, fazem crer, fazem agir [...] o poder das palavras só se exerce sobre aqueles que estão dispostos a ouvi-las e a escutá-las, em suma, em crer nelas. (BOURDIEU, 2000, p.61).

Nessa perspectiva podemos dizer que em Bourdieu a ideia de linguagem assume o caráter de um bem simbólico e por isso passa a ser legitimada pelas disputas que estruturam o campo em que circula. É, por exemplo, enquanto bem simbólico que o “[...] discurso deve sempre suas características mais importantes às relações de produção linguística nas quais é produzido.” (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.159) na medida em que todo o discurso “[...] supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor.” (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.161).

Seja o discurso pensado como bem simbólico ou como prática de linguagem, é certo que na teoria de Bourdieu, ele aparece sempre transpassado e orientado pelas questões políticas e econômicas, ou seja, pelas questões de poder existentes no campo em que é produzido. Sendo sempre pensado enquanto matriz geradora de práticas sociais, uma vez que possibilita a manutenção ou a

transformação de um conjunto das práticas dentro de um campo social possibilitando assim a manutenção ou a transformação do próprio campo em que circula. Assim o discurso, como todo o bem simbólico, encontra-se sujeito às regras da produção do campo ao qual pertence. Esse campo simbólico, por sua vez, é constituído por disputas de poder particulares que, ao acontecerem, tendem, quase sempre, a atender as questões de disputas de poder que se encontram fora dele, ou seja, no espaço social que o engloba (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983).

Sendo assim, podemos pensar, por exemplo, que a produção dos discursos veiculados pelos aparelhos midiáticos, é condicionada pela disputa simbólica própria a esse campo, atendendo assim por homologia¹ as questões de disputa de poder que estruturam o espaço social em que esse campo midiático se localiza. Essa possibilidade de homologias entre o campo da mídia e o campo político pensando os usos sociais das práticas de linguagem – dos discursos, se pensarmos o caso midiático – é fundamentada quando levamos em consideração a lógica da disputa simbólica própria ao campo político como descrita por Bourdieu, segundo ele:

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos. Acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com possibilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção. (BOURDIEU, 2002, p.164).

É através dessa lógica de disputa que podemos apontar para a possível importância que o campo midiático pode assumir como orientador das escolhas desses agentes consumidores dos produtos políticos – os chamados “profanos”, tendo em vista a estruturação e as regras de funcionamento do campo político – em relação, por exemplo, a uma disputa partidária em um ano eleitoral específico. Na medida em que simbolicamente o campo político é “[...] o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de

¹ Sobre a homologia dos campos podemos dizer que: “[...] estes, em consequência das particularidades das suas funções e do seu funcionamento (ou, mais simplesmente, das fontes de informação respectivas), denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos [...] uma das propriedades mais importantes de todos os campos de produção cultural, que é a lógica propriamente mágica da produção do produtor e do produto como feitiço.” (BOURDIEU, 2002, p.67).

uma parte ou da totalidade dos profanos.” (BOURDIEU, 2002, p.185) É nesse sentido que a produção e a circulação de discursos, tarefa que hoje é realizada em sua maioria pelos aparelhos da mídia, é aqui pensada como fundamental em um contexto de disputa de poder no campo político. Principalmente se entendermos o contexto dessa disputa como proposto por Bourdieu e pensarmos que na disputa simbólica política “[...] nada é mais realista do que as brigas de palavras. Usar uma palavra no lugar de outra é mudar a visão do mundo social e, com isso, contribuir para transformá-lo.” (BOURDIEU, 2000, p.62)

Assim quando Bourdieu afirma que “[...] se o trabalho político é, quanto ao essencial, um trabalho sobre as palavras, é porque as palavras ajudam a fazer o mundo social.” (BOURDIEU, 2000, p.61) ele nos permite retomar a questão da relação entre o discurso e o poder, pois essa afirmação remete a um tipo de poder social que, a princípio, aparece como advindo do uso social das palavras, ou melhor, do uso das práticas discursivas. Na teoria de Bourdieu essa ideia de poder recebe o nome de poder simbólico e remete a um “[...] poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo.” (BOURDIEU, 2002, p.14) Esse poder, que como vimos pode ser exercido pelo uso social das palavras, é definido pelo autor como:

Um poder (econômico, político, cultural ou outro) que esta em condições de se fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder, de violência arbitrária. A eficácia própria desse poder exerce-se não no plano da força física, mas sim no plano do sentido e do conhecimento. (BOURDIEU, 2000, p.60).

Temos também que através da noção de poder simbólico – localizado nas relações de conhecimento e de reconhecimento provenientes do que Bourdieu apresenta como o “paradoxo da Doxa”² – encontramos uma forma específica de violência chamada de violência simbólica. Uma espécie de violência que:

Apoia-se em uma teoria das crenças ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, no trabalho de socialização necessário para produzir agentes

² Expresso “[...] quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão configurados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão.” (BOURDIEU, 1999, p.14).

dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhe farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedece-las. (BOURDIEU, 1996, p.171).

Também é dessa ideia de poder simbólico – expresso pela possibilidade de se construir o dado pelo enunciado, ou seja, pela possibilidade de conformar ou transformar contextos simbólicos, portanto, sociais, pelos discursos legitimados nesses contextos – que Bourdieu constrói a noção de efeito teoria. Uma noção que remete a construção de realidades a partir de contextos simbólicos estabelecidos e possibilitados por estas mesmas realidades. Para Bourdieu o efeito teoria pode ser facilmente localizado em contextos do campo científico, tendo em vista a produção de realidades a partir das teorias, mas não se restringe a ele, uma vez que esse efeito se particulariza como um “[...] efeito propriamente político que consiste em fazer ver (theorein) uma ‘realidade’ que não existe inteiramente, já que não é conhecida e reconhecida.” (BOURDIEU, 1996, p.25).

Podemos finalizar essa segunda parte dizendo que, em nossa reflexão, é desse ponto que podemos analisar as relações desenvolvidas pela mídia contemporânea. Entendo que hoje o campo midiático, devido à legitimação social que o constitui, possui o caráter de fazer ver e fazer crer em realidades, sem que elas existam necessariamente, ou seja, possui o caráter próprio do efeito teoria, e que, por isso, esse campo pode ser entendido como um canal de exercício do poder simbólico no universo social em que se localiza.

O príncipe eletrônico: algumas considerações sobre mídia e política na contemporaneidade

Como antes dito nossa reflexão sobre as possíveis relações entre o campo político e o campo midiático na contemporaneidade brasileira se constrói tendo em vista as considerações que Octavio Ianni (1999) formulou sobre os novos contextos políticos modernos ao apontar para uma mudança substancial construída e operacionalizada na organização dos contextos políticos, dada a partir da produção dos meios de comunicação. Estas formulações se mostram importantes para nossa reflexão na medida em que ao pensar sobre as possíveis relações entre as práticas políticas contemporâneas e o papel da mídia em seu desenvolvimento, Ianni (1999) propõe que as práticas de disputas política teriam sofrido um deslocamento essencial não se encontrando mais ligadas as estratégias dos partidos mais sim diluídas no universo midiático moderno, afirmando que:

As instituições ‘clássicas’ da política estão sendo desafiadas a remodelar-se, ou a ser substituídas, como anacronismo, já que outras e novas instituições e técnicas da política estão sendo criadas, praticadas e teorizadas. Em lugar de *O príncipe* de Maquiavel e de *o Moderno príncipe* de Gramsci, assim como de outros ‘príncipes’ pensados e praticados no curso dos tempos modernos, cria-se o príncipe eletrônico, que, simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros. (IANNI, 1999, p.12).

Assim sendo podemos dizer que as práticas políticas contemporâneas – entendendo por isso desde as disputas sociais cotidianas até disputas eleitorais – têm seu desenvolvimento transpassado por um conjunto de práticas e de questões provenientes do universo midiático, ou seja, trabalharemos aqui com a hipótese de que contemporaneamente as disputas políticas também se estruturariam a partir das condições estabelecidas por interesses veiculados – e de certo modo produzidos – através do campo da mídia. Portanto é a partir da noção de “príncipe eletrônico” apresentada por Ianni (1999) que propomos questionar os desdobramentos das práticas midiáticas nas disputas políticas, partindo da ideia de que as formações discursivas que delas resultam:

Quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos transforma-se em técnicas sociais. Passam a dinamizar, intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Nesse sentido é que adquirem presença, força e abrangência de técnicas sociais de organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais. (IANNI, 1999, p.20).

Mais especificamente podemos dizer que aqui trabalharemos a partir da ideia de que as práticas políticas contemporâneas estariam em uma relação de reciprocidade, que em momentos específicos – como, por exemplo, uma eleição – tende a tornar-se uma relação de dependência, junto às práticas midiáticas, uma vez que “[...] em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião.” (IANNI, 1999, p.24)

E assim partindo dos pontos aqui considerados da análise de Octavio Ianni sobre as relações entre mídia e política, podemos retornar nossa proposta de aproximação entre os discursos produzidos pelo campo midiático e as práticas políticas contemporâneas, tendo em vista o arcabouço conceitual elaborado a partir das teorias de Foucault e Bourdieu, que juntamente com as particularidades da noção de “príncipe eletrônico” nos permite questionar sobre as relações entre estes dois campos sociais.

A hipótese que aqui apresentamos é de que o fenômeno do príncipe eletrônico – que ao nosso entender se consolida contemporaneamente pelas particularidades dos efeitos teorias possibilitados pela função-autor estabelecida pelo campo da mídia – nos permite analisar as relações entre o campo da mídia e o da política, na medida em que expressa a condição do campo midiático de conformar ou de transformar um contexto político específico através da veiculação dos discursos produzidos por seus dispositivos. Nossa hipótese fica mais plausível quando pensamos essa condição posta em um ano de disputa eleitoral, por exemplo, pensando as potencialidades do fenômeno do “príncipe eletrônico” no contexto contemporâneo brasileiro temos a possibilidade de questionar sobre a importância das formações discursivas estabelecidas por um periódico semanal que apresente uma tiragem média de 1.194.66³, perguntando sobre o impacto, nessa disputa eleitoral, das formações discursivas estabelecidas e veiculadas por esse periódico? Também nos permite questionar, em relação á disputa eleitoral, sobre os desdobramentos dos efeitos teoria estabelecidos a partir de uma formação discursiva amplamente legitimada como está?

Apesar de não podermos, por hora, confirmar empiricamente tal hipótese, acreditamos que o fenômeno do príncipe eletrônico descrito por Ianni seja de fato um possível ponto de aproximação entre as noções teóricas de Foucault e Bourdieu que tocam as questões do discurso e do poder, principalmente se pensarmos seus desdobramentos no campo da mídia e da política, tendo em vista as homologias possíveis entre estes campos sociais. Na medida em que, ao pensar a produção midiática contemporânea através de conceitos como os de função-autor e de efeito teoria, o que encontramos são as características do fenômeno do príncipe eletrônico descrito por Ianni.

Por fim, acreditamos que o fenômeno do príncipe eletrônico pode ser teoricamente representado pelo exercício por parte do campo midiático, de uma

³ Como é o caso específico, no mercado brasileiro, da revista Veja, segundo o portal de publicidade da editora Abril. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

função-autor que expressa uma forma de poder relacional, por parte dos dispositivos midiáticos responsáveis por produzir formações discursivas que, por sua vez, estabeleceriam regimes de verdade capazes de produzir efeitos teoria – efeitos estes pensados enquanto um desdobramento que potencializa o exercício de um possível poder simbólico do campo midiático em relação ao campo político contemporâneo – nos contextos simbólicos em que estas formações discursivas são veiculadas.

SPEECH AND POWER IN CONTEMPORARY: THE CASE OF ELECTRONIC PRINCE

ABSTRACT: *Here are a reflection on the possible relationship between the political and the media field today. Taking for granted that puts Octavio Ianni when theorizing about contemporary political practices and the role that the media exert on their development, since this suggests that political practices – the practices of actual political disputes – would have suffered a major shift, not lying more linked to party strategies, but rather diluted in the modern media universe . And as we found in the work of Michel Foucault and Pierre Bourdieu questions about discourse relations and power relations, seek – taking into account the particularities of each author – establish a conceptual framework that enables us to address, from the relationship between discourse and power, our own contemporary issues, such as, for example, the issue of e- prince described by Ianni .*

KEYWORDS: *Media. Culture and politics. Discourse and power.*

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Nova Veja, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC, 1978. (Cadernos da PUC/RJ. Série letras e artes).

GREGOLIN, M. R. **Análise do discurso: história, epistemologia, exercícios analíticos**. 2008. 276f. Texto crítico (Livre-docência em Análise do Discurso) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, p.11- 29, 1999.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.VII-XXIII.

ORTIZ, R. (Org.). **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais).

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EROSÃO COSTEIRA E OS CONTORNOS DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

Giverage Alves do AMARAL*

RESUMO: O presente artigo constitui uma reflexão através da qual pretendemos perceber os contornos da gestão dos recursos naturais em Moçambique, tendo como objecto de análise a erosão Costeira na praia da Costa do Sol. A costa moçambicana é caracterizada por uma grande diversidade de habitats e o litoral possui uma grande riqueza natural, mas em contrapartida, este litoral possui um ecossistema muito debilitado, e isto constitui um dos problemas ambientais mais gritantes da actualidade moçambicana e é sem dúvidas, um reflexo de um contexto de conflitos sócio-ambientais que em si estabelece um grande desafio para a implementação da política ambiental em Moçambique, cuja lei determina a utilização e gestão racionais dos componentes ambientais como forma de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Erosão costeira. Meio ambiente. Sustentabilidade. Legislação ambiental.

Introdução

O presente artigo tem como objectivo central, desenvolver uma análise reflexiva sobre os contornos da gestão dos recursos naturais em Moçambique na era da sustentabilidade, procurando entender o fenómeno da erosão costeira na praia da Costa do Sol como resultado da acção humana sobre o meio ambiente à

* Mestre em Sociologia. UFF – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Niterói – RJ – Brasil. 24220-900 – tagivera85@gmail.com

luz do construcionismo ambiental, visto tratar-se de um dos problemas ambientais mais gritantes na actualidade Moçambicana.

O significado do **construtivismo** foi discutido por vários autores, tanto da Sociologia como da Psicologia, assim por exemplo, segundo Becker (1992), falar de **Construcionismo** significaria dizer que o conhecimento não é estático e está em constante transformação. Entretanto, para Piaget, na Psicologia e bastante influenciado pela física relativista, esta ideia da transformação encontra-se no que ele denominou de “Epistemologia Genética”, que quer dizer que o homem possui uma carga hereditária ao nascer, porém esta não lhe permite emitir um pensamento sequer, assim como o sistema social em que o indivíduo nasce não lhe permite ter algum conhecimento objectivo, apesar de sintetizar em si (sistema social) milhares de anos de civilização. Concordando e acrescentando, podemos referir ainda que em Hegel e Marx este movimento dá-se pela dialéctica, onde este princípio da transformação está na essência do próprio ser. Queremos, com estas considerações, simplesmente chamar a atenção ao facto de o indivíduo ou o sujeito humano, ser sempre um projeto a ser construído tal qual o objecto, ora se os dois (objecto e sujeito) têm de ser construídos, significa que eles não têm existência prévia, mas são construídos mutuamente na interação.

Entender isto é importante porque daqui nasce uma negação explícita ao apriorismo e ao empirismo, por onde se entende que o conhecimento não nasce com o indivíduo, e nem é dado pelo meio social, o conhecimento é socialmente construído, e é na interação com o meio físico que o sujeito constrói o seu conhecimento, sendo que tal construção depende das condições do sujeito, conforme pretendemos demonstrar no caso da erosão costeira da costa do sul. Na visão de Becker (1992), construtivismo é a ideia ou teoria de que nada, a rigor, está pronto e acabado, e de que o conhecimento não é dado *a priori*, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interacção do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais e se constitui por força de sua acção, o que nos permite estudar e interpretar o mundo (do conhecimento) em que vivemos:

Vê-se, pois, que, assim como Marx derrubou a ideia de uma sociedade constituída por estratos, ricos e pobres, que existem desde toda a eternidade, e criou a ideia de uma sociedade que se produz e reproduz, estabelecendo um sistema de produção que a perpetua, Piaget derruba a ideia de um universo de conhecimento dado, seja na bagagem hereditária (apriorismo), seja no meio físico ou social (empirismo). (BECKER, 1992, p.88).

Todavia, o “**construcionismo**” se aproxima etimologicamente e conceitualmente do “**construtivismo**”, e parte da ideia segundo a qual, os assuntos ambientais não se materializam por si; eles são construídos por indivíduos ou instituições que definem os problemas ambientais, por exemplo como altamente inquietantes, e que ocupam-se a procurar possíveis soluções para resolver os problemas (HANNIGAN, 1995).

Há porém uma diferença muito importante e a se levar em consideração: quando se fala de **Construcionismo social** refere-se aos aprendizados que são criados através das interações sociais de grupos, enquanto o **construtivismo social** foca no aprendizado do indivíduo, que acontece como resultado de sua interação com um grupo.

Não é nossa intenção fazer uma discussão mais aprofundada sobre esta distinção, visto que nos dedicaremos a usar o construcionismo de Hannigan, para apresentar aspectos da desconstrução do problema da erosão na costa do sol, tendo em conta discursos de grupos envolvidos: O governo e a sociedade civil Moçambicana, e ao facto de Buttell e Taylor (1992), fundamentados no pensamento de Hannigan (1995), argumentarem que a sociologia ambiental deve dar mais atenção a construção social do conhecimento ambiental, pois que a construção dos problemas ambientais ou das questões ambientais é uma questão de construção social e políticas de produção de conhecimento, visto tratar-se de uma reflexão directa da realidade biofísica, e a forma como o conhecimento e os riscos ambientais são conceptualizados e o relativo êxito destas construções, são impelidas e canalizadas para as estruturas existente do poder económico e político, ademais que os problemas ambientais progridem desde a sua descoberta inicial até a politica de implementação, e esta é sua ordem temporal de desenvolvimento.

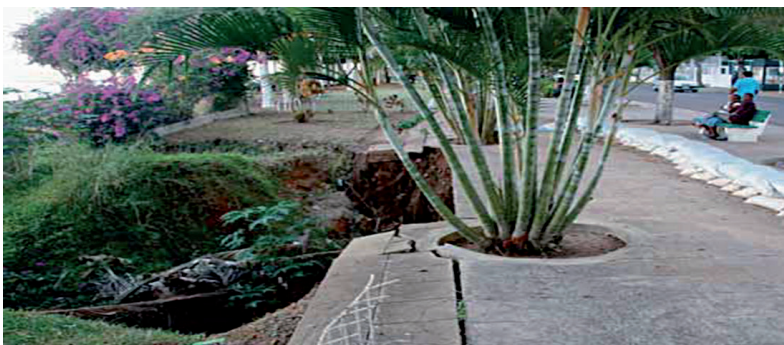
Problemas ambientais na Costa do sol

A costa moçambicana, com cerca de 2.770 km² de extensão é caracterizada por uma ampla diversidade de *habitats* incluindo praias, recifes de corais, estuários, bacias, mangais, tapetes de ervas marinhas. A cidade de Maputo (capital do país), representa territorialmente a área sujeita à mais alta e mais diversificada intensidade de utilização das condições naturais de Moçambique, e é onde se registam por consequência, as transformações mais significativas (HATTON, 1995).

O litoral de Moçambique sem dúvidas, possui uma grande riqueza natural mas, por outro lado, possui um ecossistema frágil (CHEMANE et al.,

1997). Segundo Meneses (2001), parte significativa da população moçambicana vive ao longo do litoral e após um longo período de guerras (1964-1992), esta população está a reinstalar-se ao longo da costa; Para sua subsistência dependem essencialmente de recursos naturais costeiros e da agricultura de pequena escala praticada na base do corte e queima em solos arenosos e pobres em nutrientes; Sem dúvidas, os problemas ambientais na praia da Costa do Sol estão diretamente relacionados com a erosão costeira, sendo que já foram divulgados trabalhos científicos e jornalísticos alertando sobre este problema, indicando como exemplo o possível desaparecimento da estrada que liga a Cidade de Maputo a outros bairros da cidade, bem como o possível desaparecimento de algumas habitações devido a velocidade com que as águas do mar avançam para o interior.

Imagem 1



Fonte: UN Habitat (2007).

Dentro das ciências naturais a **erosão** é considerada como sendo o desgaste da superfície do solo provocado por vários agentes naturais, tais como o gelo, a água e o vento, nessa ordem de ideais, segundo o agente causador, podemos ter erosão hídrica, erosão eólica, erosão costeira etc., assim **erosão costeira** seria um processo, em geral natural, que pode actuar tanto em costa rasa, como praias, e também em costa escarpada batida pelo mar (CRISTOFOLETTI, 1979).

Esta definição permite pensar na possibilidade da consideração do homem como agente causador, mas não toca no aspecto antropogénico da erosão, quem bem o faz é Mungói (1997), segundo este autor, a **erosão costeira**, é um processo de deslocamento de terras ou de rochas de uma superfície, e no caso em análise a erosão relaciona-se com o deslocamento de terras, que pode ser pela

acção natural dos ventos ou das águas ou ainda por práticas humanas de retirada da vegetação.

Aqui nesta definição já temos a componente antropogénica bem presente, e é esta definição que nos permite entender a questão por exemplo do impacto da inoperância de uma lei ambiental sobre o ambiente, ou sobre o agravamento da erosão como vimos falando. Este nosso pensamento vem concordar com o de Moreira (1984), que por seu turno define a **erosão costeira**, como sendo um processo natural através de dinâmicas das marés, eventos e a quantidade de precipitação, mas que pode ser acelerado pela acção antropogénica. Enfim, com isto fica claro que o homem é um fator influente para as alterações no meio ambiente, pois todas as comutações podem induzir a uma erosão acelerada (GTA, 1996).

Com efeito, os estudos anteriores feitos sobre a erosão e degradação ambiental na praia da Costa do Sol atribuem causas humanas e naturais ao problema, sendo as causas humanas designadamente: o aumento demográfico na cidade, a falta de acção consistente das autoridades governamentais, o comportamento dos utentes da praia e da população, que devido a sua condição sócio-económica, recorre ao abate indiscriminado das árvores (casuarianas) e a destruição do mangal, sendo assim, o impacto da actividade humana nesta zona costeira é elevado.

O outro aspeto humano relevante é que estas zonas costeiras, pelas suas qualidades paisagísticas e com uma função de lazer, conheceram o aumento de edificações de unidades turísticas e casas de veraneio, as infraestruturas, neste caso incluindo “barracas” montadas sobre as dunas costeiras, também contribuem para o deslizamento da terra, e devido aos constantes movimentos dos clientes, a degradação das condições ambientais da zona costeira da cidade de Maputo acelera sobremaneira. Os factores naturais são: a redução de sedimentos que alimentavam o crescimento das praias; a acção contínua do mar de transporte de sedimentos dificulta o alcance de um estado de equilíbrio ao longo da costa, contudo, não se descarta a ideia de que o problema da erosão é também causado pelo homem (MUCHANGOS, 1985).

O outro conceito que nos interessa é o de **gestão ambiental**, que seria aqui definido como sendo o manejo, o uso, a reciclagem, a protecção, a conservação, e a utilização racional e sustentável dos componentes ambientais (GULELE, 2004). Esta definição aponta para a existência de práticas de actividades humanas que lesam o ecossistema natural, através por exemplo da pesca ilegal, uso de veículos ao longo das dunas, campismo, onde se considera que a população

litorânea moçambicana, tem trazido mudanças extensivas nos processos geradores da erosão costeira na área de estudo, contudo, para a gestão ambiental deste espaço costeiro, existe a necessidade da consideração da convergência de factores naturais (marítimos, atmosféricos) e humanos.

Ações e discurso governamentais: “o incumprimento das normas ambientais agrava erosão na Costa do sol”

De acordo com os relatórios do Ministério da Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) sobre a erosão costeira, o litoral da Capital do país, mais concretamente, a praia da Costa do Sol (outrora chamada praia da Polana), apresenta níveis alarmantes de erosão do solo que vão tomando proporções gigantescas, por falta de cumprimento das políticas de protecção ambiental e a negligência na efetivação das leis e normas ambientais. Hoje, assiste-se na praia da Costa do Sol, uma forte pressão sobre os recursos naturais e a erosão está a tomar contornos preocupantes pois já não é apenas a praia que se encontra em risco de desaparecer, mas também as habitações e outras infra-estruturas da região, visto que as águas marinhas estão em progressão fazendo frente a muralha protetora, ameaçando o corte da estrada marginal e a invasão das residências periféricas a praia.

Assim, o lixo provocado pela prática do comércio informal, já tomou conta do litoral, perigando por exemplo, a vida dos banhistas que frequentam a praia; Outro aspeto levantado ao nível do governo refere-se a o facto de que nos dias que correm, devido à prática da actividade pesqueira ilegal em larga escala, o litoral da zona dos pescadores está exposto a uma degradação acentuada, as barreiras que antes protegiam a terra do mar já desapareceram, tudo devido ao desrespeito e desconhecimento das leis ambientais pela população. Casos mais alarmantes são os desabamentos de terra na região costeira, largamente causados pela acção do próprio homem, quer dizer, pelos banhistas que utilizando veículos 4x4 passeiam pelas mesmas, e ao abate descontrolado e desnecessário da floresta de mangal.

Para conter o processo erosivo que se verifica na praia da Costa do Sol, o município de Maputo com apoio de algumas organizações não-governamentais, colocou em alguns pontos críticos sacos de areia e construiu uma barreira protetora na zona próxima ao bairro Triunfo. O Município pretende fazer o plantio de árvores, construir muralhas, quebra-marés e gaviões para conter a erosão, estas entre outras ações a serem concretizadas, poderão segundo o Ministério para

Coordenação da Acção Ambiental, reduzir a situação dramática que se vive ao longo da praia da Costa do Sol.

Reconhecendo a gravidade do problema no âmbito do Plano Nacional de combate a erosão, o governo a nível central e municipal, pretende desenvolver infraestruturas ambientais e investir na formação de recursos humanos, pois segundo o Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE, 2003)¹, existem mais de 298 pescadores a exercerem à actividade pesqueira no bairro da Costa do Sol em três (3) centros de pesca.

Apoiando-se no pensamento de Hannigan (1995), podemos conjecturar que os construtores das exigências existentes na formulação de possíveis soluções ligadas ao problema da erosão fornecem dados ou factos básicos que moldam os discursos dos actores envolvidos. Assim, é possível perceber que existe uma tentativa de adequação do discurso sobre o problema ambiental da erosão costeira ao discurso político do governo moçambicano na construção deste problema ambiental. O discurso político baseia suas afirmações retóricas² na teoria da administração por descentralização do poder que sustenta que o envolvimento da comunidade na gestão dos problemas locais passa necessariamente em o Estado descentralizar algumas funções, competências e recursos, ainda que continuem sob o seu controle (MICOA, 2002).

Nesta óptica, o governo considera que uma das vantagens da descentralização é permitir que as decisões sejam tomadas pelas unidades situadas nos níveis mais baixos da organização social, acrescentando que as pessoas que vivem os problemas são mais indicadas para resolvê-los no local, economizando o tempo e dinheiro. A importância da descentralização neste âmbito, deve-se ao seu mérito na defesa da solução local dos problemas pelas comunidades locais e neste caso, incluindo os usuários da praia (os pescadores, por exemplo) e a classe empresarial que explora unidades económicas na sua periferia (MOREIRA, 1984).

Esta teoria usada pelo Governo em seus discursos vem demonstrar a sua convicção de que os problemas da erosão de origem humana podem ter solução através de uma educação cívica e de uma participação pública no processo de gestão ambiental. Porém, analisando o mesmo discurso do governo conclui-se

¹ Para uma informação mais detalhada, vide Gulele (2004).

² Hannigan existem 3 tipos de exigências principais que são as de afirmações retóricas as quais Hannigan considera serem de base, que são: definições, exemplos, e estimativas numéricas; Sendo que as **definições** dão as fronteiras e as dimensões do problema social; os **exemplos** facilitam a identificação com o problema e as pessoas afetadas, principalmente quando se vêem como vítimas indefesas; as **estimativas numéricas** facilitam o estabelecimento da importância do problema, seu alcance, e seu potencial para o crescimento (HANNIGAN, 1995).

facilmente que o problema ambiental da praia da Costa do Sol, está sendo associado também a difícil gestão do ambiente urbano Moçambicano, em virtude da existência de dois sistemas sócio-económico em permanente competição e por vezes com interesses conflituosos, designadamente, o sector tradicional dito informal e rural, por um lado, e o sector moderno dito formal e urbano. O discurso retórico do governo moçambicano oferece garantias³ e baseia-se também na ideia da ilegalidade como "origem de todos os males" e na necessidade da adopção de estratégias e de mecanismos que estejam à pesca e o comércio ilegal.

Podemos portanto, inferir que o problema da erosão costeira da praia da costa do sol, foi construído ao nível do governo ou institucional tendo como contexto, a dependência financeira, a ilegalidade e a necessidade de incremento da capacidade humana, é assim que segundo ilação do pensamento de Becker (1992), o governo Moçambicano, vai "escolher" associar-se, para construção do problema ambientais ou objecto de risco, a diferentes instituições internacionais, capazes de financiar formações de capacitações institucionais e dar doações para a resolução dos problemas ambientais e as actividades ilegais na sua jurisdição.

Para análise dos formuladores de exigências Best (1989) apud Hannigan (1995), aconselha algumas questões tais como, a organização a que eles pertencem ou estão filiados, os interesses que representam, e o grau de experiência que possuem. Considerando esta dica dos autores torna-se possível entender o discurso subsequente da ONU por exemplo, que é a parceira por excelência para o desenvolvimento de Moçambique, segundo o qual "Moçambique apresenta um quadro legal adequado para gestão dos riscos ambientais, e que a política de desenvolvimento visa realmente a promoção de práticas sustentáveis no uso da terra, sendo que os constrangimentos financeiros é que impedem a sua implementação." (UN-HABITAT, 2007), estaria assim dado as "conclusões" retóricas do problema da erosão na costa do sol⁴.

³ **As Garantias**, estas seriam o conjunto de justificações que permitem exigir que seja levada a cabo uma acção, estas podem incluir a apresentação das vítimas como inocentes, ligando as exigências a direitos básicos a liberdade. (HANNIGAN, 1995).

⁴ **As conclusões**, nesta componente das afirmações retóricas, o discurso é feito ou composto de modo a tornar clara a acção que é necessária para aliviar ou erradicar um problema social, geralmente envolve a formulação de novas políticas sociais de controle (KINGDON, 1980 apud HANNIGAN, 1995, p.69) apresenta dois critérios básicos para que as propostas políticas "sobrevivam" na "selva política": primeiro que as propostas sejam tecnicamente exequíveis – "cientificamente são e politicamente administráveis" – e que sejam concomitantemente compatíveis com os valores dos formuladores de políticas; e para além disso, contestar uma exigência ambiental com êxito na arena política "[...] requer uma mistura de conhecimento, tempo e sorte", pois se trata de um "[...] processo altamente casual." (MORO; MIRANDA, 2001 apud HANNIGAN, 1995, p.70).

A sociedade civil: “a utilização múltipla das áreas costeiras requer uma gestão através de agências governamentais a nível nacional e local”

Na óptica da sociedade civil moçambicana ligada as questões ambientais, todas estas facetas da utilização humana da costa produzem resultados específicos em cada lugar, condicionada por circunstâncias históricas e locais, portanto, a erosão na Costa do Sol é causada pela abertura de pequenas machambas familiares, pastorícia, queimadas, corte da madeira para a comercialização e construção de pequenas embarcações, abertura de picadas, trânsito de pessoas e veículos por cima das dunas. Assim, é na conjugação da operacionalidade de todos estes factos que reside à explicação científica do fenómeno da erosão costeira na praia da Costa do Sol, embora a incidência da acção antropogénica seja mais evidente e contribua significativamente para a prevalência dos actuais padrões de erosão (MOREIRA, 1984).

Com a destruição de dunas costeiras e o crescente abate indiscriminado da cobertura vegetal, vão aumentando em toda a cidade os perigos da erosão e o desaparecimento das trolhas freáticas. Acresce-se a este factor a falta de um sistema de planeamento físico que respeite a dinâmica costeira, segundo Muchangos (1985), a construção da estrada hoje denominada Avenida Marginal, foi a razão que concorreu para a destruição das dunas, e aponta o avanço das águas do mar como consequência da destruição das dunas para a construção da estrada, que poderia ter sido evitada com um sistema de planeamento físico que respeitasse mais a dinâmica costeira.

A ausência de uma estratégia oficial para enfrentar o problema, dá lugar a intervenções de carácter “individual” (seja do proprietário, seja dos próprios municípios agindo independentemente), e que sem desejar acabam contribuindo para o agravamento do problema, pois as obras de estabilização rígida (muros) são efectuadas normalmente em carácter emergencial e improvisado, sem a orientação técnica adequada, o que resulta na pequena durabilidade das mesmas.

Para a sociedade civil a degradação da região costeira esta directamente associada a não divulgação das políticas ambientais, bem como a uma ausência de educação ambiental, pois muitos dos comerciantes (ou vendedores informais) atribuem culpas ao Conselho Municipal de Maputo, que segundo afirmam, limita-se a cobrar impostos e nada faz para criar melhorias e repor a ordem social e ambiental. A sociedade civil moçambicana baseia as suas afirmações retóricas de base, na consideração dos comerciantes, pescadores e os outros atores indire-

tamente envolvidos, como vítimas da indolência do governo em oferecer uma educação ambiental de qualidade a população.

Antes de lançar um olhar para as especificidades do discurso da sociedade civil, devemos considerar que falar de Sociedade Civil (SC) em Moçambique, é completamente diferente de falar sobre sociedade civil em qualquer outro contexto, infelizmente não nos vamos ater a detalhar sobre os aspectos específicos da sociedade civil moçambicana, o que poderá ser feito numa outra ocasião, somente referir que ela é composta por ONG's Internacionais, Nacionais, e por académicos que se enquadram inteiramente no pensamento de Hannigan, que considera que hoje em dia os movimentos sociais, que se dedicam as questões sociais actuam como “[...] pessoal administrativo e de investigação remunerados, com programas de angariação de fundos fortes e sofisticados, ligações institucionalizadas em relação aos meios de comunicação social e aos legisladores.” (HANNIGAN, 1995, p.61).

Contudo, a sociedade civil tem como objectivo central ser o “porta-voz” das exigências da população, promovendo o desenvolvimento em todas as vertentes, mas na maior parte das vezes, acabam sendo “a voz”, por inexistência de “vozes” na população, o que até se entende considerando diferentes dados estatísticos que apontam para o elevado índice de analfabetismo e outros problemas sócio-histórico ligados aos sistemas de governação pelos quais o país passou, contudo, se a sociedade civil não tem conseguido ser “porta-voz”, pelo menos tem exercido eficazmente o seu papel de consciencialização sobre os problemas sócio-ambientais.

Lançando agora um olhar sobre a visão da sociedade civil em relação ao problema da erosão costeira, podemos auferir que segundo a sociedade civil a problemática da erosão costeira na cidade de Maputo tem dupla raiz: uma primária e outra secundária. Ao nível da **raiz primária**, encontram-se factores como: as condições naturais, as marés altas, o abate ao mangal, a pesca artesanal e a fragilidade institucional, e na **raiz secundária**, destacam-se: a destruição de dunas costeiras e, a falta de manutenção dos sistemas de drenagem urbana e suburbana, e consideram que estes factores não actuam isoladamente senão numa acção conjugada.

A natureza das exigências e suas afirmações retóricas de base passam consequentemente pela necessidade da definição de lugares de acesso a praia para pescadores artesanais e banhistas, a fixação de dunas costeiras, são entre outras medidas, as de grande vulto para a redução da erosão costeira; urge a proibição do abate ao mangal; replante das casuarianas ao longo da costa para a protecção

da mesma; Assim, a sociedade civil defende que é necessário trabalhar em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Pesqueiro (IDP), no estabelecimento de formas apropriadas de pesca a nível dos pescadores de pequena escala, como forma de garantir que estes tenham o seu sustento a longo prazo.

A educação ambiental é uma das medidas de prevenção que se recomenda aqui, pois que esta permite uma interação entre os vários parceiros na resolução deste problema, tornando-os mais conscientes sobre o problema e preocupados em reagir para reduzir o seu impacto no ambiente, proporcionando um plano preciso e bastante definido, que consolide cada um dos núcleos de população existentes. São igualmente exigidas políticas que não possibilitem a ampliação das habitações, pois a construção de novas habitações sobre as dunas acaba sendo demasiado dispendiosa em termos monetários e em termos ecológicos.

Deste modo as suas conclusões vão de acordo com as inquietações do Governo, que como apontamos acima, incide sobre o problema da escassez de recursos financeiros e humanos para “cuidar do ambiente”, assim, a sociedade civil oferece um conjunto de acções necessárias e que devidamente implementadas evitariam gastos económicos, assim os formuladores dos problemas ou das exigências ao nível da sociedade civil, combinam um estilo retórico certo para a situação e públicos certos, o que é defendido por Hannigan, ao considerar os estilos de criação das exigências, onde refere que para que as formas de uma exigência estejam em sincronia com o público pretendido (Público, burocratas, Artesãos, Governo, etc.), estas tem de ser adequadas ao estilo do público, (seja este científico, estilo cómico, teatral, cívico, legal, subcultural, etc.).

Considerações finais: a erosão costeira: reflexo de conflitos sócio-ambiental na costa do sol

A nossa convicção é a de que uma governação local autárquica assente no princípio de gestão participativa de recursos naturais e dos bens públicos pode solucionar muitos problemas relacionados com a degradação ambiental na área em estudo, num sistema em que o público utente, os pescadores, os residentes, as unidades económicas e as autoridades governamentais estabeleçam um vínculo de parceria em defesa do bem comum. Apesar de nossa análise ser extremamente limitada e parcial, eis uma primeira tentativa desconstrução de um problema ambiental de acordo com a proposta de Hannigan, que brilhantemente evidenciou a necessidade de se desconstruir os problemas ambientais de modo a obter uma compreensão mais apurada do problema e sobretudo facilitar

a compreensão da génese dos problemas, o que vai de acordo com a ideia de Buttel e Taylor (1992).

Assim, foi possível identificar que o problema da erosão costeira, apesar de ser de facto um problema fisicamente identificado, é também uma construção social, trespassada por problemas políticos, seja na conceção do estado ou da sociedade civil. Este artigo mostra também que este problema está associado e pervadido de estratégias retóricas de diferentes estilos, motivos e idiomas, referenciados por Best (1989), Ibara, Kitsuse (1993) e por Hannigan (1995), como predominantes na construção de demandas ambientais, podemos facilmente notar, por exemplo, o quanto o discurso ambientalista do governo apresenta predominantemente um estilo retórico legal e cívico, enquanto a sociedade civil recorre a um estilo mais científico, legal e subcultural. Estilos retóricos, que são possíveis compreender considerando que enquanto o governo pretende convencer seus parceiros de cooperação a financiar as acções a serem levadas a cabo, a sociedade civil está a dialogar com o governo, com o intuito de chamar a sua atenção para diferentes possibilidades de acção.

Claro ficou que os problemas ambientais da praia da Costa do Sol estão associados a difícil gestão do ambiente urbano em virtude da existência de dois sistemas sócio-económico em permanente competição e por vezes com interesses conflituosos, designadamente, o sector tradicional informal e rural por um lado e o sector moderno formal e urbano do outro, contudo, estes factores não atuam isoladamente, senão numa acção que conjugada, acelera sobremaneira a degradação das condições ambientais e concorrem para a sua extinção. Pensamos que assim acontece também por falta de cumprimento e efetivação das políticas de proteção ambiental em Moçambique de modo geral e no município de Maputo em particular, e enquanto isso não se verificar, a erosão costeira na praia da Costa do Sol estará a tomar contornos preocupantes.

Pensamos ainda que as acções a nível local têm como objectivos introduzir valores à gestão ambiental, acompanhados pela valorização do contexto e das tradições locais, o que ajudaria a fortalecer a identidade local, assim, além da comunidade ter que assumir o papel de “comunidade agente”, poder-se-iam induzir políticas de participação e captar recursos e espaços para a sua implementação, de modo que o gozo da independência para a tomada de decisões, resultasse na durabilidade das acções, envolvendo o governo, as organizações da sociedade, e permitindo o exercício de uma cidadania activa em Moçambique. Por último, consideramos que seria uma vantagem para gestão ambiental em Moçambique permitir que as decisões fossem discutidas com as unidades situadas nos níveis

mais baixos da organização político-administrativa, pois as “pessoas que vivem os problemas são mais indicadas para resolvê-los” economizando deste modo, tempo e dinheiro, isto é, “assegurar a sustentabilidade ambiental” local (UN-HABITAT, 2007).

SOCIAL CONSTRUCTION OF THE COASTAL EROSION AND CONTOURS OF NATURAL RESOURCE MANAGEMENT IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT: *This article is a reflection through which we intend to understand the contours of natural resource management in Mozambique, having as object of analysis the erosion Coastal of Costa do Sol beach. The Mozambican coast is characterized by a great diversity of habitats and has a great natural wealth, but on the other hand, this coastal ecosystem is a very weak, and this is one of the most glaring environmental problems of today in Mozambique, and undoubtedly is a reflection of the socio-environmental context of conflicts which itself sets a great challenge to the implementation of environmental policy in Mozambique, whose law determines the use and management of environmental components in order to promote the improvement of the quality of life of citizens.*

KEYWORDS: *Coastal erosion. Environment. Sustainability. Environmental legislation.*

REFERÊNCIAS

BECKER, F. O que é construtivismo? **Revista de Educação AEC**, Brasília, v.21, n.83, p.7-15, abr./jun. 1992.

BEST, J. Rhetoric in claim-making. **Social problem**, Cary, v.34, n.2, p.101-121, 1989.

BUTTEL, F. H.; TAYLOR, P. J. Environmental sociology and global environmental change: a critical assessment. **Society e Natural Resources**. Philadelphia, v.5, n.3, p.211-230, 1992.

CHEMANE, D. et al. Vulnerability of coastal resources to climate changes in the Mozambique: a call for integrated coastal zone management. **Ocean & Coastal Management**, Maputo, v.37, n.1, p.63-83, 1997.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. Hucitec: São Paulo. 1979.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EROÇÃO COSTEIRA E OS CONTORNOS
DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

GRUPO DE TRABALHO AMBIENTAL [GTA]. **Eco jornal**: recursos naturais e as dunas costeiras de Moçambique, Maputo, n.2, 1996.

GULELE, J. J. **Relação entre a expansão urbana e a actividade pesqueira**: estudo de caso do Bairro da Costa do Sol. 2004. 52f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2004.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspetiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HATTON, J. **A status quo assessment of the coastal zone Mozambique** – phase 1: Ponta do Ouro – Xai-Xai. Maputo: IUCN: MICOA: Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

IBARA, P. R.; KITSUSE, J. L. Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, J. A.; MILLER, G. (Ed.). **Reconsidering social constructionism**: debates in Social Problems Theory. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1993. p.25-58.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESCA DE PEQUENA ESCALA [IDPPE]. **Censo Nacional da Pesca Artesanal**: 2002-2003. Maputo, 2003.

MENESES, M. P. G. **A natureza, a biodiversidade e o conhecimento local**: qual o papel dos cientistas sociais? Maputo: Univeridade Eduardo Mondlane: FL: DAA, 2001.

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL [MICOA]. **Estratégia e plano de acção de controle e combate à Erosão dos Solos**. Maputo, 2002.

MOREIRA, M. E. **Glossário de termos usados em Geomorfologia Litoral**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984.

MUCHANGOS, A. Problemas do meio ambiente na cidade de Maputo. **Cadernos de Planeamento Físico**, Maputo, p.35-55, 1985.

MUNGÓI, C. A. **Uma abordagem sobre os processos de erosão antropogênica no distrito de Xai-Xai**: Praia de Chongoene. Praia de Xai-Xai, 1997. Não publicado.

UN-HABITAT. **Perfil do sector urbano em Moçambique**. 2007. Disponível em: <unhabitat.org/?wpdmact=process&did=NjAwLmhvdGxpbms>. Acesso em: 29 abr. 2009.

QUANDO FALAM AS FIGURAS: HUMANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER NUM QUARTEL DE POLÍCIA MILITAR

Fábio FRANÇA*

RESUMO: A pesquisa em questão trata-se de etnografia realizada no Centro de Formação da Polícia Militar da Paraíba. Tendo como foco a análise das relações de poder surgidas do ocultamento dessas através do atual discurso humanizador disseminado pela instituição utilizamos a pesquisa de campo com o uso da observação direta e participante, as quais conduziram o olhar etnográfico para a percepção de mosaicos, painéis e frases que, pela beleza estética que demonstram, foram espalhados por todos os ambientes do quartel de formação policial. Todos os elementos observados nos levaram a constatar que, na verdade, a evidência nas figuras fotografadas omite formas de poder legitimadas por sua positividade e que, desse modo, retira a apreciação crítica de quem as vê, pois essas figuras “falam” bem mais do que evidentemente mostram.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Discurso humanizador. Relações de poder.

Introdução

O trabalho aqui apresentado é um desdobramento da pesquisa de mestrado realizada por este autor entre os anos de 2010-2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Simone Magalhães Brito. Desse modo, a problemática versou sobre as novas relações de poder que estão sendo estabelecidas durante a formação

* Doutorando em Sociologia. UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. João Pessoa – PB – Brasil. 58051-970 – lillehammer@bol.com.br

dos alunos policiais militares (no nosso caso, especificamente, os do Curso de Formação de Oficiais – CFO), os quais são formados no Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Por esse mote, demonstraremos inicialmente como as instituições policiais militares desenvolveram-se com base na disciplina como técnica político-institucional que norteia a condução e subjetivação de seus membros. *Aposteriori*, a partir da perspectiva foucaultiana, lançaremos luz para evidenciarmos como poder e saber se entrelaçam e, no caso da Polícia Militar da Paraíba, como essa relação estabeleceu uma nova configuração na formação dos profissionais policiais militares. Ademais, exporemos sinteticamente qual foi o percurso metodológico da pesquisa para, em sequência, ratificarmos nossas proposições na análise comparativa de duas figuras que foram centrais para nossa pesquisa.

A disciplina como técnica política de poder

Para Weber (2010), foi a partir do Exército que outras instituições da modernidade passaram a utilizar da disciplina para organizar os homens por meio de procedimentos padronizadores. Esse fato diz respeito à condição de que foi primeiramente nos exércitos antigos que a disciplina disseminou-se como técnica para evitar que os homens pudessem agir na guerra de acordo com suas vontades, de forma individualizada. De modo contrário, pois, eles passaram a atuar coletivamente pautados por características como o acatamento exclusivo a uma ordem recebida; pelo condicionamento da conduta; pela uniformização e impessoalidade. Esses princípios passaram a influenciar os homens no seu modo de guerrear, o que significa falarmos de uma racionalização dos atos humanos para a guerra.

Assim, a disciplina é entendida como uma organização histórica que esteve presente enquanto técnica desde as construções faraônicas na Antiguidade, as minas do final do medievo, a plantação monocultora escravista própria da economia das colônias até chegar ao mundo moderno com suas indústrias. Nessas transições, a disciplina foi incorporando novas características e, a Idade Média serve de mote para compreendermos esse processo. Temos, nesse sentido, devido ao sentimento religioso que conduziu a cultura medieval o fato de que, a disciplina esteve presente tanto nos mosteiros como nas seitas protestantes, já que ela passou a ser utilizada como norteadora da conduta daqueles que passaram a disciplinar seus comportamentos em nome de Deus e a confessar seus erros e pecados. No tocante a algumas esferas do protestantismo (calvinistas, pietistas,

metodistas e seitas batistas), estabeleceu-se o vínculo de seus seguidores ao trabalho como vocação, situação essa que os fez passar a agir em nome da obra de Deus assumindo uma atitude ascética na realidade terrena, e não voltados para um mundo sobrenatural como ocorria nos mosteiros. Era necessário trabalhar e economizar, pois não se permitia usufruir dos ganhos financeiros advindos do trabalho se não fosse para a obra de Deus. Tal atitude fomentou a “ética protestante”, que acabou por se transformar num dos mecanismos que propiciou a expansão do capitalismo no Ocidente (WEBER, 2004). Além disso, percebe-se nesse processo que a condução da conduta no medievo por intermédio da disciplina fez com que os indivíduos interiorizassem a vigilância e o controle externos e, cometer atos indisciplinados fazia parte da relação entre punições e recompensas.

Na modernidade, em seus estudos sobre dominação, a qual consiste na probabilidade de haver obediência referente a uma determinada ordem, Weber (2001) destaca a existência da dominação tradicional, carismática e racional-legal. Nesse sentido, trata-se de diversos motivos que ensejam a submissão e como os dominados, racionalmente, colocam em jogo uma série de interesses consonantes com a possibilidade de obter vantagens e desvantagens, numa relação entre meios usados para fins propostos. No primeiro modelo, a dominação baseia-se na crença do poder do senhor perante seus súditos, porque essa “santidade” para ordenar por parte de quem domina assim sempre foi e a personalidade dos atos do senhor é uma das características centrais desse modelo, que se funde de maneira mais pura no patriarcalismo, mas também se classifica na estrutura estamental. Na dominação carismática, o motivo da submissão se justifica pela crença no carisma que possui o líder, ou seja, o mesmo é reconhecido pelos atributos sobrenaturais que o habilitam a liderar e as pessoas que o obedecem são reconhecidas como “apóstolos”. Mas é no terceiro modelo, na dominação racional-legal, que a disciplina desenvolve-se como elemento técnico para garantir a legitimidade da obediência. Essa é regulamentada burocraticamente por estatutos que impessoalizam as relações institucionais, pois a ordem emitida pelo superior se faz valer pela regra estatuída. Desse modo, surge a hierarquia para definir uma cadeia de comando e supervisão em que os funcionários se submetem à obediência em troca de um salário condizente com o cargo que ocupa e com a função que desempenha.

Nesse contexto, estamos a tratar da hierarquia e disciplina como elementos utilizados nas instituições modernas para prover o exercício da submissão. Por esse aspecto, o poder também passa a ser importante para entendermos as engre-

nagens que sustentam as organizações e os efeitos que surgem principalmente no que tange ao trabalho desempenhado pelos indivíduos tanto nas instituições públicas como privadas e, no caso que destacamos, nas organizações de caráter militarista.

O que deve ser ressaltado de antemão é que, se o poder diz respeito ao modo como se determina a vontade própria a terceiros, pela imposição de comportamentos, tem-se que essa relação desigual é de imediato reconhecida por aquele que está na posição de subordinação caso o mesmo seja questionado sobre qual seria seu posicionamento nesse quadro de desequilíbrio (PERISSI-NOTO, 2007). No entanto, como reconhecer a balança do poder quando a dissimetria não é compreendida pelos dominados tendo em vista o reconhecimento da “naturalização” nas condições de desequilíbrio mediante as regras impostas? Tal indagação pode ser respondida ao encontrarmos nos estudos de Foucault (1979, 1987, 1988, 2003, 2010a) a possibilidade de explicação para o uso da hierarquia e disciplina como técnicas de manutenção do poder nas instituições modernas. Nesse sentido, a perspectiva foucaultiana sobre a disciplina se aproxima de Weber quando se busca entender as práticas e reflexões humanas nas sociedades ocidentais, num contexto histórico, de modo que possamos olhar para nós mesmos enquanto sujeitos de uma era moderna (CASTRO, 2009).

Nesse percurso, Foucault (1987, 2003) situa sua análise para definir as instituições modernas como disciplinares e de sequestro. Sua argumentação expõe que após o espetáculo suplicial¹ comum ao Antigo Regime, irrompeu-se um sistema eficaz de controle dos corpos nas instituições que tiveram por objetivo tornar os indivíduos “úteis” e “dóceis” para serem utilizados na produção e manutenção do sistema capitalista em certo sentido. O autor demonstra que essa “tecnologia política do corpo”, que teria encontrado nas prisões surgidas com a suposta humanização da reforma penal europeia seu modelo exemplar, acabou por se disseminar pelas instituições modernas (escolas, quartéis, hospitais, fábricas, manicômios) e, essa “disposição” baseou-se no Panóptico benthamiano² (BENTHAM et al., 2008).

¹ Os suplicios corporais consistiam na expiação e sofrimento físico daqueles que cometessem algum delito na sociedade, o qual consistia numa afronta direta ao soberano. A punição ocorria em praça pública para que todos vissem e servisse de exemplo para se evitar a ocorrência de crimes. Ver Foucault (1987).

² Segundo Bentham, o Panóptico consistia num modelo ideal de prisão cuja arquitetura deveria ter uma forma circular onde se encontrariam as celas dos prisioneiros com uma torre ao centro, de onde um inspetor vigiaria a todos os presos ao mesmo tempo. A intenção era estabelecer a relação do ver sem ser visto. Ver Bentham et al. (2008).

Na verdade, estamos a falar de uma série de elementos que, em conjunto, passaram a fabricar a “alma” do sujeito moderno que passou a estar eivado por relações de poder que não dizem respeito à esfera do Estado e nem à relação entre as classes. São relações de poder vistas como positivas e produtoras ao invés de repressivas ou negativas. Esse poder conceituado por Foucault de disciplinar, visto que a disciplina é sua técnica de proliferação, baseia-se nas relações que os indivíduos estabelecem entre si nas diversas instituições gerando efeitos que eles mesmos desconhecem por conta de uma “estratégia” prefigurada pela correlação entre o saber e o poder. Isso quer dizer que o campo científico, próprio das ciências humanas, passa a se legitimar ao mesmo tempo em que as relações de poder se proliferam, pois, se ninguém detém poder, mas esse se transmite como em uma rede passando por todos os corpos disciplinados e controlados, a ciência alimenta as teorias ao encontrar em indivíduos “anormais” (aqueles que não se enquadram nos ditames disciplinares) sua justificação teórica para comprovar sua **verdade**. Podemos verificar, por exemplo, os dispositivos de sexualidade, através dos quais a ciência busca expurgar da sociedade palavras e comportamentos de cunho sexual com sentido pejorativo (já que passaram a ser vistos no campo das anomalias), mas, que passaram a ser ditos de outra forma, por outros conceitos que carregam a veracidade científica (FOUCAULT, 1988).

É por esse patamar de compreensão que, segundo Foucault, as instituições regidas pelo militarismo podem ser reconhecidas como instituições disciplinares, pois as mesmas apresentam as características apontadas pelo autor que demonstra existir relações de poder que se consolidam tendo a disciplina como técnica. Para ele, pois, nesses locais se desenvolvem juntamente com a disciplina uma série de elementos para organizar os homens e acentuar a dominação e o poder. Tem-se dessa maneira uma arte que distribui os corpos de modo a que cada um deles ocupe um lugar devido, ou melhor, um “quadriculamento”, que seria a divisão do espaço, o qual organiza as distribuições pelos espaços físicos como as tropas enfileiradas nos quartéis. Esse modo de organizar os homens desenvolve-se com a “organização das gêneses”, ou seja, todas as pessoas também passam a ocupar um lugar determinado dentro da hierarquia de cargos desenvolvendo o que o autor chama de “vigilância hierárquica”, onde todos são supervisionados mediante a cadeia de cargos que se estabelece; o tempo é a todo instante controlado de modo a tornar todas as atividades estritamente cronometradas; as forças dos indivíduos passam a serem utilizadas de maneira uniforme e condicionadas, pois o destaque

individual deve ceder espaço para a sincronização dos atos, maneiras de ser e procedimentos num sentido geral. Além disso, o princípio de “anormalidade” perpassa o cotidiano das instituições disciplinares, pois todos os atos que possam ir contra o que prescreve os diversos manuais e regulamentos organizados com base na disciplina devem ser punidos, o que pode ser recompensado caso seja cumprido (“sanção normalizadora”) e, os casos considerados desviantes ou anormais, são acompanhados como forma de se conhecer (“exame”) o que leva as pessoas a desviarem os propósitos da instituição, conhecimento esse que abre espaço para o campo da verdade científica com seus conceitos (psicologia, psiquiatria, pedagogia).

Toda essa trama complexa está baseada no que Foucault (2009) conceitua por práticas discursivas e não discursivas, pois, nessa conjuntura, é o discurso provindo de saberes diversos e, em especial, do saber científico que centraliza a lógica entre o saber-poder, pois de outro modo o poder não poderia existir se não fosse estabelecido um campo de saber que o sustentasse.

Poder, saber e humanização policial

Na pesquisa realizada na Polícia Militar da Paraíba (FRANÇA, 2012) o que se demonstrou foi que, ao invés de termos técnicas disciplinares evidentes, o poder e a disciplina enquanto técnica que o mantém e fortalece estão eivados por transformações discursivas no processo pedagógico da formação policial militar, e a utilização desses novos saberes foi conceituada por paradigmas educacionais. Nesse sentido, consideramos a relação estrita que existe entre o discurso e sua formulação enquanto saber, além de que, “[...] o poder produz saber. Poder e saber estão diretamente implicados. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, 1987, p.27).

Essa implicação entre discurso, poder e saber foi percebida no “dispositivo” (FOUCAULT, 1979) do quartel policial militar com o suporte do olhar sociológico, mas as primeiras indagações surgiram devido à inserção deste autor neste processo educacional alguns anos atrás como aluno policial militar. O estranhamento ocorreu exatamente pelo fato de que, se a Polícia Militar sempre pautou suas dinâmicas culturais institucionais com base no disciplinamento e no militarismo, o que sempre produziu profissionais orientados pelo “*ethos*” guerreiro (ELIAS, 1997), o que faz agora a formação policial militar ser orien-

tada para o discurso humanizador, o qual passa a disseminar a imagem “típica-ideal” de um policial mais humanizado em suas atitudes em relação ao seu agir profissional, o que reflete no modo de tratar as pessoas em sociedade, segundo o discurso da instituição?

Se as observações iniciais levaram a crer que existia um processo contraditório entre a humanização e o disciplinamento, já que a prática policial não condiz com o discurso, a análise das proposições discursivas ensejou a percepção de outra dinâmica comunicativa que não se adequava a um princípio contraditório, mas sim a relações de poder que passavam a mascarar o disciplinamento militar através do discurso da humanização.

Essa nova formação humanizada dos policiais militares pode ser entendida como um “acontecimento” (FOUCAULT, 2010a), que seria a substituição de discursos antigos pela proliferação de novos discursos que passam a influenciar práticas que estão atravessadas por estratégias de poder presentes nas instituições disciplinares (CASTRO, 2009). Segundo Navarro (apud BARONAS et al., 2011, p.142), “[...] uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta pelo emprego de estratégias de manipulação do real, o acontecimento é produto de escolhas orientadas de imagens que lhe imprimem a impressão do vivido mais perto.”

Figura 1 – Segurança e proteção à criança.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – Valores humanizadores policiais.



Fonte: Elaboração própria.

Expomos, nesse sentido, uma “estratégia” discursiva (FOUCAULT, 2009) que passa a atuar de forma a ocultar relações de poder exatamente pela percepção que se cria de que essas relações são positivas e não repressivas. Esses paradigmas educacionais a que nos referimos dizem respeito ao conjunto de discursos que passaram a ser veiculados na instituição policial militar que tiveram como base os princípios propalados pelos Direitos Humanos. Esses paradigmas tanto podem ser aqueles formalizados como disciplinas acadêmicas, que não existiam na formação policial militar antes de 1990 (especialmente os próprios Direitos Humanos), regulamentos institucionais que destacam o respeito pela pessoa humana, as novas palavras que passaram a ser adotadas no cotidiano da caserna destacando princípios humanizadores, bem como os elementos simbólicos como os mosaicos que analisamos e que retratam cenas do cotidiano policial militar em que policiais interagem de forma harmoniosa com a sociedade. Se à época da ditadura militar falava-se no combate ao inimigo interno sob a égide da manutenção da segurança nacional, agora se fala no ambiente intramuros da formação policial militar em igualdade, cidadania, respeito à dignidade humana, proteção ao cidadão.

Figura 3 – Policiais militares brincam com crianças em mosaico.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 – Educação, cidadania e segurança pública.



Fonte: Elaboração própria.

Destacamos, nesse contexto, que esse fenômeno e o objetivo de nossa análise podem ser percebidos de acordo com uma “economia política da formação³”, ou seja, a mudança de um modelo de formação (antes mais próximo da ideologia própria à ditadura militar em nosso país) a outro (que surgiu com as novas configurações da sociedade brasileira devido à promulgação da Constituição cidadã de 1988 e o final do regime militar). A partir dessa ideia deve-se questionar como é que esses novos paradigmas, que na pesquisa foram chamados de educacionais por fazerem parte do processo educacional de formação profissional dos policiais militares, estão se disseminando discursivamente na realidade desses profissionais como uma nova **verdade** que deve traduzir a realidade da instituição policial, que criou a afirmação de que está humanizando seus profissionais em formação tanto para as relações cotidianas durante o processo de formação como para as práticas desenvolvidas nas ruas na interação direta com a sociedade.

Percurso metodológico

O percurso metodológico da pesquisa enveredou-se por dois caminhos. No primeiro, foi adotada a perspectiva goffmaniana e os estudos vinculados às “instituições totais” (GOFFMAN, 2007). Por esse escopo, seguimos as diretrizes proporcionadas pelas técnicas etnográficas. Utilizamos da observação direta e participante para melhor entender o cotidiano do Centro de Formação policial. Destacamos a realidade formativa dos alunos, a interação entre docentes e discentes, a percepção dos ritos institucionais e, para o recorte aqui utilizado, as figuras que demonstramos através de mosaicos, painéis e frases, os quais foram fotografados e analisados para demonstrar como agem as relações de um poder não visto como repressivo. Além do exposto, utilizamos entrevistas semi-estruturadas para apreender as falas de instrutores militares, professores e alunos para entendermos com mais profundidade o que pensam esses atores sociais sobre as transformações que estão ocorrendo no regime intramuros da formação policial militar.

Em outro contexto, mas sem deixar de considerar o conjunto do processo pedagógico, adotamos a vertente foucaultiana de análise documental, o que nos levou a esmiuçar currículos e outras fontes utilizadas pela instituição para legitimar a aplicação dos novos paradigmas educacionais. De modo exempli-

³ Utilizamos essa ideia muito interessante que foi proposta pelo professor Rogério de Souza Medeiros, a qual serviu de forma esclarecedora para designar o processo estudado na formação dos profissionais policiais militares.

ficador, de acordo com Foucault (2005, 1988, 2009), uma disciplina curricular do CFO funciona como enunciado, enquanto o conjunto das disciplinas humanísticas do mesmo currículo forma o discurso. Em consonância com os outros vários elementos discursivos como o conjunto dos mosaicos tem-se os saberes humanizadores (paradigmas educacionais) que foram tratados como arquivos e, a partir das regras institucionais baseadas nesses novos saberes e impostas para serem seguidas, segundo Goffman (2007), podem-se observar as práticas institucionais.

“Quando falam as figuras”

De acordo com o exposto anteriormente, o conjunto das categorias analíticas utilizadas levaram-nos a verificar que, nesse jogo de múltiplos saberes ou, em específico, de paradigmas educacionais, novas relações de poder surgiram e outras formas de controle e vigilância foram detectadas por meio de novas estratégias baseadas no ideal humanizador. Nas figuras abaixo relacionadas, torna-se mais claro a análise adotada.

Figura 5 – Sem título



Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 – Sem título



Fonte: Elaboração própria.

A figura 5 mostra em mosaico alunos do CFO desfilando com um de seus trajés identitários. Ela deixa claro que faz parte do mundo pedagógico policial militar o disciplinamento. No entanto, a figura 6 analisada mostra que a ocultação do poder visa direcionar novas práticas por meio do discurso com ideal humanizador, cuja intenção institucional se revela como efeito desse processo. Vê-se que a polícia agora se preocupa com amor, paz, igualdade e justiça. As pessoas que olharem para os mosaicos devem ter a impressão de que sentimentos como medo não devem mais fazer parte da sociedade em relação à polícia, pois os policiais fardados estão próximos agora de outros conceitos como as quatro palavras destacadas.

O discurso criado no mosaico centra-se na condição de que o “policial humanizado” deva introjetar os princípios elencados nas palavras. Mas, aqui, o objetivo é identificar a maneira que o poder passou a ser ocultado estrategicamente por meio do ideal humanizador, e de como a educação passou a significar vigilância. Deve-se notar a preocupação com o princípio de igualdade nesse processo humanizador com destaque para dois elementos importantes na figura: o negro e as policiais femininas. Numa sociedade como a nossa, que devido às suas estruturações históricas passou por um processo de escravidão e pautou-se no modelo patriarcal e machista, o negro e a mulher tornam-se figuras importantes para mostrar que a humanização policial é algo real, mesmo que, quando

se realiza o concurso público para o CFO, a quantidade de vagas para os homens é três vezes maior que para as mulheres, ou seja, a figura oculta que a polícia militar nega uma sociedade que “[...] é autoritária, racista, sexista; e, no quadro de discriminação de classe, transforma todas as diferenças em desigualdades e as desigualdades em relação entre um inferior que obedece e um superior que manda.” (RIQUE et al., 2004, p.41).

Na figura 6 observa-se ainda que, as palavras em destaque (amor, paz, igualdade e justiça) são elementos que enaltecem princípios que devem ser buscados pelo novo “policial humanizado”. Pode-se dizer que essas palavras funcionam em conjunto como uma “estratégia”, pois, “[...] podemos chamar de “estratégia de poder” o conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder.” (FOUCAULT, 2010b, p.293). As quatro palavras denotam sentido de ação para o “policial humanizado” que deve ter amor pela sociedade, manter a paz, agir de forma a respeitar a igualdade de tratamento entre as pessoas e trabalhar com justiça, por meio do comportamento indiferenciado para com todos que precisem dos serviços policiais. Esses discursos possibilitam ver que o policial militar não pode mais ser aquele que combatia o inimigo interno dos tempos ditatoriais, mas que passou a ser formado para a busca e manutenção da cidadania e do respeito para com a sociedade.

O discurso no mosaico veicula princípios a partir dos quais “[...] a instituição produz uma linguagem que leva cada um dos seus membros a interiorizar suas tarefas como um ideal com o qual deve identificar-se”. (ANSART, 1978, p.90). E, pela análise aqui empreendida, a “[...] educação queria dizer vigilância e interiorização das normas e preceitos morais”. (SALIBA, 2006, p.65). Assim, quando se olha para as crianças na figura, elas estão vestidas com o uniforme azul que é utilizado pelos alunos do Colégio da Polícia Militar que funciona dentro do Centro de Formação PM nos regimes fundamental e médio. Deste fato, destaca-se o princípio de hierarquia em que o disciplinamento se exerce agora na busca do “policial humanizado” desde a formação fundamental e média indicando que esse pensamento tem continuidade até chegar aos alunos do CFO que se encontram na figura.

Temos, portanto, um processo pedagógico de ocultamento de poder onde a instituição fortalece sua imagem mediante o discurso que enaltece o novo processo pedagógico, mas que, na verdade, se trata de uma “humanização disciplinada”, já que as regras disciplinares se mantêm inalteradas fazendo com que os alunos policiais agora enfrentem uma dupla “normalização” (FOUCAULT, 1987).

Considerações finais

A partir da análise do trabalho aqui exposto é possível percebermos que, à luz da abordagem sociológica, o discurso humanizador propagado pela instituição policial militar, no Estado da Paraíba, em específico na formação dos alunos, trata-se, na verdade, de uma estratégia para legitimar relações de poder que ocultam o disciplinamento militarista. Se pela abordagem teórica foucaultiana um quartel de polícia militar carrega em sua cultura interna as referências de uma instituição disciplinar, vê-se, pois, que a análise das figuras aqui destacadas é um dos elementos que ratificam nossas conclusões sobre o fato de que a proliferação do discurso humanizador é um disfarce pedagógico da instituição para melhor controlar e vigiar os alunos policiais. Esses devem ser “normalizados” não só como policiais disciplinados, mas também como policiais humanizados, de acordo com os propósitos que dominam o sujeito e usam dos saberes humanizadores como estratégia institucional.

WHEN TALKING FIGURES: HUMANIZATION AND POWER RELATIONS IN A QUARTERS OF MILITARY POLICE

ABSTRACT: *The research in question it is ethnography at the Military Police Training Center of Paraíba. Focusing on the analysis of power relations arising from the concealment of these through the current humanizing speech disseminated by the institution use these archfield with the use of direct observation and participant, which conducted the ethnographic gaze to the perception of mosaics, panels and phrases that the aesthetic beauty that show, were spread across all environments police training barracks. All elements observed led us to see that, in fact, the evidence in the figures photographed omits forms of power legitimized by its positivity and thereby removes the critical appreciation of the beholder, because these figures “speak” and more which clearly show.*

KEYWORDS: *Military police. Humanizing speech. Power relations.*

REFERÊNCIAS

ANSART, P. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARONAS, R. L. et al. **Análise de discurso: teorizações e métodos**. São Carlos: Pedro & João Ed., 2011.

BENTHAM, J. et al. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ELIAS, N. **Os alemães: aluta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Ditos & escritos IV: estratégia poder-saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 273-295.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Ditos & escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, F. G. **Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância**. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PERISSINOTTO, R. **História, sociologia e análise do poder**. 2007. Disponível em: <http://www.ufpr.academia.edu/renatoperissinotto/papers/156924/Historia_Sociologia_e_analise_do_poder>. Acesso em: 02 jan. 2012.

RIQUE, C. et al. **Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais.** Recife: Bagaço, 2004.

SALIBA, M. G. **O olho do poder.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução de J. M. M. de Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução de A. Wernet. 3.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. v.2.

O TRABALHO FEMININO NA POLÍCIA MILITAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE LABORAL DAS POLICIAIS MILITARES

Francisco Malta de Oliveira*
Caroline Marci Fagundes coutinho**
Maria da Luz Alves FERREIRA***

RESUMO: O artigo aborda a questão do trabalho a partir da atuação feminina. Está organizado da seguinte forma: uma breve abordagem acerca do trabalho e sua relevância social, conceituação de gênero e o trabalho feminino, as transformações do mundo do trabalho, cultura organizacional no ambiente policial-militar e divisão sexual do trabalho, desenvolvimento, além das questões afetas ao reconhecimento do trabalho feminino. Foi possível considerar que as questões ligadas ao reconhecimento do trabalho policial feminino apresentam muitas nuances e encontram-se profundamente engendrados na percepção que a sociedade tem do trabalho executado por mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Trabalho policial feminino. Divisão sexual do trabalho. Reconhecimento.

* Mestre em Desenvolvimento Social. UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-089 – franciscomalta@gmail.com

** Mestre em Desenvolvimento Social. UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-089 – karol_marci@hotmail.com

*** UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-089 – mariadaluz@oi.com.br

Trabalho e sua relevância social

O espaço laboral situa-se como um lugar especificamente organizado para a execução das atividades de produção. Assim, a categoria de trabalho é construída por meio de diferentes tipos de ferramentas que buscam levar as pessoas a terem um modo necessário de sobrevivência. Logo, o trabalho reflete tanto a essência da vida humana como sua evolução.

O trabalho é analisado por Engels (1986) sob a ótica do fundamento para a vida humana, e é através dele que o homem vem a construir seus conhecimentos, desenvolve seus utensílios de trabalho e estabelece sua organização social. Engels (1986) afirma que o homem é oriundo do trabalho, ou seja, não haveria desenvolvimento humano sem trabalho.

[...] O trabalho, primeiro, depois a palavra articulada, constituíram-se nos dois primeiros fatores que atuaram na transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano que, não obstante sua semelhança, é consideravelmente superior a ele quanto ao tamanho e à perfeição. [...] (ENGELS, 1986, p.26).

Karl Marx (1988), na obra “O Capital”, conceitua o trabalho como um processo que se dá entre o homem e a natureza e é através desse trabalho que o homem controla, regula e realiza, por meio de suas ações, um intercâmbio de materiais com a natureza. Para Duarte (1993), é ele – o trabalho – que põe em movimento todas as forças do homem: cabeça e membros superiores e inferiores, para que possa apropriar-se dos recursos naturais na forma mais útil para sua própria vida; o que não significa afirmar, conforme expõe Marx (1993), que o trabalho é uma infinita fonte produtora de valores de uso que produz a riqueza material, mas pelo contrário, significa compreender que o trabalho é a fonte de relações sociais por excelência.

Ávila (2012) analisa a concepção marxista de trabalho através do prisma de que a reprodução é abordada somente um viés do processo produtivo, ao passo em que desconsidera o trabalho reprodutivo, cuja realização se dá no âmbito doméstico e elemento essencial para a reprodução social. Deste modo, Hirata e Kergoat (1988, p.94) corroboram com a análise ao afirmarem que ainda que a “[...] exploração seja um conceito-chave para o marxismo, base da relação antagônica entre as classes, o mesmo é insuficiente para mostrar a opressão sofrida pelas mulheres.”

Karl Marx (1988), na obra “O Capital”, conceitua o trabalho como um processo que se dá entre o homem e a natureza e é através desse trabalho que o homem controla, regula e realiza, por meio de suas ações, um intercâmbio de materiais com a natureza. Para Duarte (1993), é ele – o trabalho – que põe em movimento todas as forças do homem: cabeça e membros superiores e inferiores, para que possa apropriar-se dos recursos naturais na forma mais útil para sua própria vida; o que não significa afirmar, conforme expõe Marx (1993), que o trabalho é uma infinita fonte produtora de valores de uso que produz a riqueza material, mas pelo contrário, significa compreender que o trabalho é a fonte de relações sociais por excelência.

O trabalho ganha ainda uma concepção humanizadora, socializadora e integradora, conforme Langer (2004), que afirma ser o trabalho o fator que permite aos homens a sua humanização e é através dele que os indivíduos se reconhecem e constituem-se seres sociais, conscientes, criativos e reflexivos.

Nessa perspectiva, a categoria de trabalho é, sobretudo, toda atividade que permite ao homem exprimir o seu significado, pois demonstra ao mesmo tempo sua singularidade e participação no gênero humano, servindo de instrumento afirmador e reafirmador de seu pertencimento social, também chamado por Pateman (1983) de “participação”, que a autora caracteriza pelo fato de criar oportunidades para que as pessoas influenciem nas decisões que as afetarão. Influência essa, que pode variar muito ou pouco. A participação é assim, um caso especial de delegação, na qual um subordinado, no contexto das relações de trabalho, obtém maior controle, maior liberdade de escolha em relação às suas próprias responsabilidades.

A partir dessa abordagem, Etulain (2012) elabora o conceito contemporâneo do trabalho em um cenário de permanentes transformações, sobretudo, nas relações laborais: o mundo globalizado é o produto resultante de um processo histórico-social de vastas proporções, responsável por transformar os quadros sociais e mentais orientadores tanto dos indivíduos como dos coletivos. Esse processo de formação, consolidação e globalização do capitalismo têm repercutido sobre a prática do trabalho, sobre os trabalhadores e sobre o papel e o significado que o trabalho adquire e representa na sociedade atual.

Deste modo, todas as abordagens citadas convergem sempre na mesma direção: a concepção, a execução, e as constantes transformações pelas quais passam a esfera do trabalho estão diretamente ligadas à relevância do papel que o indivíduo possui na sociedade, e daí decorrem, em maior ou menor intensidade os reflexos dele (o trabalho) advindos.

Gênero e trabalho feminino

Para a contextualização da variante feminina do fator “trabalho”, faz-se necessário abordar o conceito de “gênero”, que alude à referência social do sujeito masculino ou feminino. Desse modo, Joan Scott (1990), estabelece sua discussão para o termo “gênero” sob diferentes pontos de vista relacionados às correntes teóricas, além de ressaltar a sua relevância para produção de pesquisas históricas que associem a categoria “gênero” ao limbo valorativo das linhas teóricas de patriarcado, marxismo e psicanálise, através da explicação para a situação de subordinação da mulher e a dominação dos homens. Scott analisa o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder, “[...] ao mesmo tempo [que o termo “gênero” representa] categorias vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas.” (SCOTT, 1990, p.19).

Ao ser amplamente difundido e socialmente aceito o trabalho aos coletivos femininos, uma série de questionamentos acerca das peculiaridades e dos cenários nos quais há a distinção entre os segmentos masculino e feminino vem à tona, sugerindo-nos reflexões pontuais, importantes e necessárias. Conforme Capelle e Mello (2010) e Soares e Musumeci (2005), que a mão de obra policial-militar feminina tende a ser empregada sob a ótica de um viés protecionista (ao empregar aquela mão de obra em atividades diversas da atividade operacional de fato que não fossem o combate direto à criminalidade), que também poderia ser compreendido como segregador (ao empregar a mão de obra feminina em atividades popularmente conceituadas como essencialmente femininas) ou inferiorizador (ao subestimar a capacidade laboral policial feminina) aos olhos de outros que não as próprias policiais militares e inevitavelmente, a mulher depara-se com o dilema entre a afirmação e a negação da condição de igual.

Convivendo com antigos e fortes estereótipos, percebem-se várias dificuldades enfrentadas pelos homens e pelas mulheres no contexto organizacional. Os homens tentam manter a postura autoritária, com dificuldades em expor seus sentimentos e trabalhar em equipe; as mulheres submissas a essa autoridade, encontram barreiras para galgar postos de comando. Por outro lado, têm surgido no meio organizacional algumas novidades, como a falsa idéia de que existe o modo feminino de administrar, induzindo a uma suposta guerra dos

sexos, na qual homens e mulheres estão se sentindo inseguros no gerenciamento das organizações. (ROMERO, 2006, p.2).

Os imperativos masculinos acabam sendo a tônica que orienta os processos de trabalho organizacionais policiais-militares, e, devido ao peso que exerce, perpetuado através da cultura presente e característica do espaço laboral. Possui papel crucial nas questões afetas à estima e subestima do trabalho, além do reconhecimento da atividade exercida e o senso de pertencimento percebido pelo colaborador.

As transformações do mundo do trabalho e a divisão sexual no ambiente policial-militar

As transformações do mundo do trabalho permeiam todas as esferas laborais. No que alude à segurança pública, é claro, não poderia ser diferente. A divisão sexual do trabalho nessa esfera, diante de tais transformações, acaba por merecer contornos bastante peculiares.

A participação feminina nas instituições policiais sempre suscitou discussões interessantes. Desde meados do século XX, quando a Polícia Militar de São Paulo admitiu pela primeira vez mulheres em seus quadros e foi a instituição policial-militar pioneira na inclusão feminina no Brasil (Wolff, 2009), tal situação tem sido alvo de poucos, mas importantes estudos, pesquisas e questionamentos.

Contudo, há uma associação entre a profissionalização do trabalho policial e o ingresso de mulheres no aparelho policial militar, uma polícia menos voltada para o uso da força, direcionada para a capacidade estratégica, exigências advindas das transformações pelas quais vem passando o modelo de polícia e o próprio mundo do trabalho. Talvez o importante seja reconhecermos que as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida. (CALAZANS, 2005, p.33).

A condição feminina no universo policial, sobretudo policial-militar, caracterizado principalmente pela hierarquização, enaltece a figura conhecida como “divisão sexual de gênero”. Segundo Nogueira (2010), a divisão sócio-sexual ganha sentido ao dar a conotação de hierarquização de gênero, ao redundar no desabonamento do trabalho feminino assalariado, desvalorizando sua força de trabalho e, por sua vez, representa uma aguda e pejorativa fragilização feminina no mundo produtivo, já que “[...] a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho.” (NOGUEIRA, 2010, p.59).

Diante de tal problemática, faz-se necessário pontuar o conceito de cultura organizacional, que segundo Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), ela – a cultura organizacional – é a base da organização e se caracteriza por crenças comuns que se refletem nos costumes e hábitos, bem como em manifestações mais perceptíveis – histórias, símbolos, ou mesmo edifícios e produtos – que para o autor, a força de uma cultura no ambiente laboral legitima as crenças e os valores difundidos e internalizados pelos membros de uma organização. A cultura organizacional depende das pessoas e não existiria sem elas. A cultura organizacional é um conceito fundamental à construção das estruturas organizacionais. Assim, nota-se então que a cultura de uma organização é um conjunto de características que a diferencia em relação às demais. A cultura tem a função de legitimar o sistema de valores, expresso através de rituais, mitos, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, que assim produzem normas de comportamento genericamente aceitas por todos.

É nesse contexto que a cultura organizacional nas instituições policiais reforça as sólidas concepções do imaginário coletivo que, historicamente, é masculino. O próprio histórico da inserção feminina nos ambientes policiais vem impregnados da cultura organizacional fundada em sólidos alicerces:

[...] sacrifício feminino pela concepção e educação das futuras gerações vistos como atribuições coerentes com suas qualificações naturais de sensibilidade e delicadeza, agora utilizadas em ações que envolvessem outras mulheres, idosos e crianças. [...] A idealização da imagem da mulher policial encontra-se na natureza maternal feminina, bem como o motivo defendido pela instituição viril para necessitar sua presença. Esse corpo feminino [...] é exposto nos espaços públicos centrais [...] de concentração seletiva [...] (MOREIRA, 2006, p.6).

Saffioti (2004) apresenta uma provável origem para o que se denominou de “divisão sexual do trabalho”. Para a autora:

[...] as feministas radicais revelam as bases material e social do patriarcado. Muita discussão foi travada a propósito dos serviços gratuitos – domésticos e sexuais – que as mulheres prestavam aos homens: a seus companheiros e patrões de seus companheiros. Muito se escreveu sobre os privilégios masculinos em geral e as discriminações praticadas contra as mulheres. Convém lembrar que o patriarcado serve a interesses dos grupos/classes dominantes. (SAFFIOTI, 2004, p.123).

As chances para que haja a manifestação no espaço feminino são limitadas e determinadas socialmente, o que representa a obediência aos padrões e normas que registrem sua autonomia, conforme Perrot (2005, p.251):

Atualmente, ainda mais que outrora, as “profissões de mulheres”, aquelas que se afirma serem “boas para mulher”, obedecem a um certonúmero de critérios que também determinam limites. Consideradas como pouco monopolizadas, elas devem permitir que uma mulher realize bem sua tarefa profissional (menor) e doméstica (primordial). A feminização do ensino secundário repousa sobre esta ideia de um meio período consagrado ao estudo pelos clérigos equivalente ao tempo dedicado a mulher pela família.

Pode-se verificar que culturalmente, na corporação, o emprego da mão-de-obra feminina é frequentemente alocada em determinadas atividades tipicamente consideradas como próprias daquele gênero, e não na área-fim, cujo fato traz à tona a análise do emprego feminino: ao lhe serem atribuídas tais atividades há o reconhecimento do trabalho feminino ou pelo contrário, há a segregação de gênero pelo fato de a policial militar ser vista como incapaz de executar os trabalhos que são dominados pelo gênero masculino?

D’Araújo (2004) analisa a questão do trabalho feminino a partir da percepção que as autoridades brasileiras da área de Segurança Pública têm daquele grupo:

[...] o mundo feminino é classificado de forma diferente e desigual e que as qualidades masculinas são exclusivas, assim como as femininas. E, entre as características femininas, a que mais aparece é a fragilidade. Temos assim, um

paradoxo: como admitir mulheres, por natureza fisicamente débeis, em uma instituição que por definição tem que lidar com o monopólio da força bruta? (D'ARAÚJO, 2004, p.446).

Nesse sentido, Cappelle e Mello (2010) abordam a instituição policial-militar a partir do ponto de vista de um ambiente “guetizador”, ou seja, culturalmente apropriado e estimulador da segregação sexual do trabalho, por caracterizar pela presença histórica e maciçamente masculina em suas fileiras, além da clara distinção adotada para emprego de mão-de-obra nas atividades meio e fim, esta última, razão de ser da atividade policial – promoção da ordem pública e manutenção da paz social:

A Polícia Militar, analisada como um espaço organizacional de interação social, pode ser considerada uma espécie de *gueto masculino* no qual se admitiu o ingresso de mulheres há pouco tempo. A inserção de mulheres na organização, principalmente as do oficialato, tem ocorrido, predominantemente, em funções administrativas e de relações públicas – tidas como atividades-meio e não atividades-fim da Polícia –, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional. Somado a isso, tem-se um contexto em que a questão da violência urbana vem pressionando os órgãos de segurança pública por melhores resultados. E percebe-se também uma ação da Polícia Militar no sentido de mudar sua percepção por parte do público, passando de uma organização com a imagem marcada pela agressividade e repressão para outra que se coloca a serviço da comunidade, com um caráter mais preventivo e educativo. (CAPELLE; MELLO, 2010, p.74).

Deste modo, percebe-se a necessidade de se esmiuçar as questões culturais e sócio-institucionais que permeiam o trabalho feminino diante de suas peculiaridades e limitações.

O ambiente policial-militar, por ser historicamente dominado pelo gênero masculino, tende a privilegiá-lo. As relações de dominação e poder apresentam maior relevo e a figura feminina é relegada a um plano inferior. Young¹ (1991 apud HAGEN, 2006) caracteriza tal fato como “marginalidade estrutural”, já que o ambiente policial sempre imprimiu aos símbolos masculinos respeito e

¹ Conferir Young (1991).

propriedade, tendo dificuldade em abordar as dificuldades inerentes a gênero, somente porque a masculinidade encontra-se, historicamente, como detentora da posição principal, fato sobre o qual há consenso e compreensão. Assim, ocorre um “culto da masculinidade”, tendo a função de conferir prestígio à estrutura, fazendo com que as mulheres sejam difamadas, relegadas a um nível inferior, tratadas condescendentemente e tenham seu valor social negado, quando são poupadas do trabalho efetivo de polícia, ou seja, seu emprego nas atividades diretamente ligadas ao policiamento ostensivo que visa à preservação da ordem pública e manutenção da paz social.

Bourdieu (2002) expõe que a dominação masculina se faz está presente em todas as sociedades e legitima-se no fato de que todas essas sociedades se constituem de uma perspectiva androcentrista, já que pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Assim, a dominação masculina é uma dominação simbólica que caracteriza a banalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. Assim, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da violência simbólica, uma “violência doce e quase sempre invisível”, um ato sutil, responsável por ocultar as relações de poder que alcançam não somente as relações entre os gêneros, mas toda a estrutura social.

Para Calazans (2003), o ingresso feminino no ambiente laboral policial-militar encontra sustentação ao ser ilustrado pela pretensão do discurso de que atualmente buscam-se outros valores mais favoráveis com o contexto social atual, como inteligência, a capacidade para intermédio na resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Desta forma, conflitam novas situações em que a força física não é fundamental. Um exemplo é a mediação em situações potencialmente violentas e conflitivas, atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado (minorias e grupos vulneráveis em situação de vitimização) e demandas não-criminais.

Outro aspecto ligado à questão de gênero é a disputa em torno da definição do que seja o ‘verdadeiro’ trabalho policial, ou seja, o trabalho que deve ser valorizado e considerado como o mais importante da instituição. Os homens que se encaixam no perfil de masculinidade caracterizado por força física, disposição para a atividade física intensa e para o confronto armado e uma certa aversão às tarefas que envolvam o trabalho com documentos, costumam afirmar que o ‘verdadeiro’ trabalho da polícia se dá nas ruas, e não ‘atrás de uma escrivaninha’. (YOUNG, 1991 apud HAGEN, 2006, p.13).

Os critérios considerados para que se faça a alocação das mulheres policiais-militares em determinadas atividades reforça o viés machista institucional. A subestimação do potencial feminino merece ser questionado. Conforme Klibsberg (2001) há necessidade de se superar todas as formas de discriminação que ainda subsistem, como as que são exercidas contra as mulheres, já que todos os seres humanos fazem jus ao pleno respeito e os mesmos direitos.

Gênero, desenvolvimento e reconhecimento do trabalho feminino

Para a compreensão do desenvolvimento não apenas como crescimento econômico, mas também como “processo de expansão das liberdades”, a importância de enfrentar a questão da condição da mulher na sociedade torna-se fundamental.

Ao se abordar as questões atinentes ao trabalho feminino, gênero e dificuldades, muito pouco se fala sobre a importância e necessidade do reconhecimento de seu trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento, que para Sen(2000, p.47), “[...] pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.” Assim, o viés machista acaba por subjugar e estigmatizar, relegando o produto laboral das mulheres a um plano inferior, subordinado aos imperativos masculinos, já que inibe, limita, restringe as liberdades que o trabalho (policial) feminino poderia proporcionar.

A partir dessa análise, Sen (2000) destaca a condição de agente das mulheres, que é fundamental à remoção das arbitrariedades que limitam o bem-estar feminino. Pesquisas demonstram que o respeito ao bem-estar feminino aumenta quando elas passam a ocupar posições com maior independência e poder na sociedade – como agentes. Diversas variáveis desempenham o papel de dar poder às mulheres, o poder feminino que influencia os princípios e forças organizadores das instituições sociais e da própria sociedade e da ideia de “mulher”, e traz à tona a questão do reconhecimento vinculado ao trabalho executado por mulheres.

O não reconhecimento do trabalho em função da divisão sexual do trabalho muitas vezes é tido como o ignorar aquele trabalho executado por determinado sexo. Tal concepção é concretamente nociva já que, além de subestimar, rejeitar e discriminar o produto laboral em função de uma segregação sexual, fragiliza, desmotiva e prejudica a produção/produtividade do segmento em questão.

Cabe destacar as considerações de Fraser (2007) acerca da interação que é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que representa algumas classes de atores sociais como pertencentes ao conceito normativo

e outros são percebidos como deficientes ou inferiores: o normal é ser heterossexual, o gay está relacionado à perversão, o correto é que as famílias sejam chefiadas por homens, as famílias chefiadas por mulheres são erradas, pessoas brancas obedecem à lei, as pessoas negras são suspeitas. O efeito em todos esses casos consiste na negação para alguns membros da sociedade a condição de parceiros de fato na interação, capazes efetivarem sua participação como iguais com os demais. Em todos os casos, conseqüentemente, uma demanda por reconhecimento é fundamental, porém percebe-se precisamente o que isso significa: com o objetivo de não valorizar a identidade de grupo, mas suplantar a subordinação, as reivindicações por reconhecimento buscam fazer do sujeito subordinado um parceiro integral na vida social, com capacidade de interagir com os outros como um par. Essas reivindicações pro reconhecimento tem por objetivo “[...] desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam.” (FRASER, 2007, p.9)

Segundo Taylor (2000, p.249), “[...] a projeção de uma imagem inferior ou desprezível sobre outra pessoa pode na verdade distorcer e oprimir na medida em que a imagem é internalizada.” Há, assim, a instalação de um conflito ainda mais intenso, já que a subestimação favorecida pelo meio laboro-social acaba por induzir os sentimentos, de autosubestimação, autoflagelação, autopiedade.

Honneth (2003) afirma que ocorre uma tensão entre as pretensões da individuação e a vontade global internalizada na esfera da auto-relação prática, que, assim, leva a um conflito entre o sujeito e seu ambiente social. Assim, torna-se fundamental destacar o papel do não reconhecimento do trabalho feminino:

O não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. [...] A interação é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativos e outros como deficientes ou inferiores. (FRASER, 2007, p.108).

Nesta perspectiva, a discussão acerca das questões presentes na relação “instituição *versus* gênero” faz-se necessária para a compreensão dos dilemas femininos num ambiente onde o gênero masculino perfaz a esmagadora maioria de seu efetivo, e contribui para a dominação historicamente sociolaboral daquele meio, daquele grupo, daquela instituição.

Considerações finais

O trabalho feminino, por mais incrível que possa parecer, ainda é visto com relativo desdém, descaso, desprestígio, desmerecimento. Tal fato é confirmado pelas recentes e freqüentes estudos que demonstram que a remuneração do trabalho feminino ainda é menor que a remuneração do trabalho masculino. Até hoje, em nenhum lugar do mundo há um real equilíbrio entre os laboros de homens e mulheres.

A situação feminina no mercado de trabalho realmente é bastante peculiar: dupla – ou até tripla – jornada, vitimização à violência simbólica, subestimação, negação de seu valor social, dentre outros fatores. Espera-se que a médio e longo prazo – sobretudo nos meios policiais, ambiente historicamente marcado pela presença masculina, no qual o viés machista acaba por impor condições, limites e dificuldades mais perceptíveis aos olhos vitimizados e subestimados em sua capacidade técnica e intelectual – a mão-de-obra feminina consiga administrar melhor e impor os elementos femininos e masculinos na sua profissão. Inclusive, porque a coerção para que haja os padrões de homogeneização e padronização em função da dominância masculina é mais presente nos primeiros anos de ingresso nas instituições policiais. Com o passar dos anos na profissão, a mulher também tem chances (e não necessariamente oportunidades) de ocupar cargos de comando. O que é bastante salutar, já que está mais do que constatada a importância do papel feminino e sua contribuição para a preservação da ordem pública e promoção da paz social, pilares das atuais políticas de segurança. Além do mais, nota-se claramente que a contribuição que a inserção da mulher nas atividades econômicas e sociais pode trazer melhorias para a situação tanto da própria mulher, como também mudança das estruturas sociais como um todo, afinal, para Sen (2000), o desenvolvimento pode ser compreendido com um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Consequentemente, faz-se necessário que as mulheres policiais tenham a condição de agentes, melhorando seu potencial para cuidar de si mesmas e influenciar o mundo.

Os contornos do circundam as questões ligadas ao reconhecimento do trabalho feminino apresentam muitas nuances e encontram-se profundamente engendrados na percepção que a sociedade tem do trabalho executado por mulheres. Ainda assim sabe-se que os desafios são muitos, assim como as barreiras e a solidez da cultura consolidada ao longo dos séculos, que acabam por dar a tônica do preconceito institucional, muitas vezes (quase sempre) velado; o

que não impede a união de esforços para que a força e a qualidade do trabalho feminino seja cada vez mais notada e enaltecida, visto suas características extremamente peculiares e necessárias.

Não se sugere aqui que haja uma sobreposição de trabalho de uma categoria sexual em detrimento de outra. Não. Propõe-se que se faça uma reflexão acerca dos papéis de cada uma, seus espaços públicos, áreas de atuação e complementaridade, além de uma atenta e profunda análise para as questões que caracterizam a divisão sexual do trabalho e sua influência para o desenvolvimento de um gênero – que tem um peso maior quando há o histórico da maciça presença masculina – há razão de ser? Há justificativa outra que não o peso da misoginia? Tal costume encontra de fato fundamento prático?

É sobre estas questões que se nota uma ausência de reflexão. Reflexão que se faz necessária e que pode ter uma conseqüência verdadeiramente libertadora para o grupo em desvantagem no ambiente organizacional, reflexo da imagem social da qual aquele grupo é visto. Deve haver um ambiente no qual existam oportunidades e condições de participação de todos, independentemente das questões de gênero, a todos os envolvidos. Identidade, reconhecimento, valorização, senso de pertencimento, afirmação individual e de grupo do papel social: fatores responsáveis pelo envolvimento e desenvolvimento da nossa sociedade.

Afinal, a sociedade é plural e necessita do olhar público para sua diversidade. Diversidade presente na pluralidade institucional que dirige os esforços institucionais para o social.

THE FEM WORK IN MILITARY POLICE: CONSIDERATIONS OF LABOUR REALITY MILITARY POLICE

ABSTRACT: *The article addresses the issue of work from the female engagement. Is organized as follows: a brief overview about the work and its social relevance, conceptualization of gender and women's work, the changing world of work, organizational culture environment in military police and sexual division of labor, development, beyond the issues the recognition of women's work. It was possible to consider the issues that binds the recognition of women police work have many nuances and are deeply situated in the perception that society has of work performed by women.*

KEYWORDS: *Gender. Women police work. Sexual division of labor. Recognition.*

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. **Trabalho, desenvolvimento e os impactos na vida cotidiana**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CALAZANS, M. E. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v.10, n.2, 2005.

_____. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.11, n.3, p.71-99, 2010.

D'ARAÚJO, M. C. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. **Security and Defense Studies Review**, Washington, v.3, n.1, p.70-108, 2004. Disponível em: <<http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

DUARTE, R. A. P. **Mimeses e racionalidade**: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno. São Paulo: Loyola, 1993.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3.ed. São Paulo: Global, 1986.

ETULAIN, C. R. **Trabalho**: mal com ele, pior sem ele. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/iiseminario/organizacoes/organiacoes_17.pdf> Acesso em: 2 jun. 2012.

FRASER, N. **Reconhecimento sem ética?** São Paulo: Lua Nova, 2007.

HAGEN, A. M. M. **O trabalho policial**: estudos da policia civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCCRIM, 2006. (Monografias IBCCRIM, n.39).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. O. et al. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p.163-178.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de L. Repa. São Paulo: 34, 2003.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

LANGER, A. O trabalho como essência do homem. **Revista Vinculando**, Mazatlán, 2004. Disponível em: <http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/trabalho_essencia_homen.html>. Acesso em: 5 de jun. 2012.

MARX, K. **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: 70, 1993.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOREIRA, R. **Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a feminização da polícia militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980)**. 2007. 328f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, Marília, v.3, n.2, p.59-62, 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. New York: Cambridge University Press, 1983.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de V. Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

ROMERO, S. M. T. Relações de gênero no contexto organizacional. **CAESURA, ULBRA**, Canoas, n.28, p.99-111, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/A_mulher-e-o-mercado_de_trabalho/017%20-%20Rela%E7%F5es%20de%20g%EAnero%20no%20contexto%20organizacional.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

O TRABALHO FEMININO NA POLÍCIA MILITAR: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A REALIDADE LABORAL DAS POLICIAIS MILITARES

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: _____. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000. p.241-274.

WOLFF, C. S. A ditadura militar e a face maternal da repressão. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v.10, n.21, p.56-65, 2009.

YOUNG, M. **An inside job**: policing and police culture in Britain. Oxford: Clarendon Press, 1991.

DOCÊNCIA, TAREFA TRANSFORMADORA

Elaine Barbosa DOS SANTOS*

RESUMO: O presente trabalho visa partilhar com os agentes da educação a importância do ato de ensinar, que vai muito além de uma elementar transmissão de conteúdo. Por meio de uma refinada revisão de literatura e observação participante, procura-se emergir a ação educadora como forma de desalienação, conduzindo o discente à construção de um debate sobre educação, entendida como um campo em desenvolvimento de interpretações e perspectivas sobre o homem, sobre o que seria bom acontecer com ele em seus variados ciclos de vida. Não existe outra forma de emancipação do ensino que não seja através do afeto, do respeito e da condução à autonomia do educando. A realização do presente estudo objetiva, compreender a educação como forma de transformação do mundo, sucumbindo às diferenças e promovendo a harmonia social bem como a reflexão sobre o processo educacional, enquanto chave capaz de abrir muitas portas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Humana. Docência. Vida. Mundo.

Introdução

Na atualidade, onde muito se fala sobre educação e suas variadas nuances, colocamos nossas ideias e impressões, à apreciação de todos os educadores que se sentem incomodados com as perspectivas futuras e se propõem a repensar as suas práticas e atuações, utilizando-se da criatividade para reinventar outras maneiras de trabalhar o ensino, a partir da motivação do interesse dos discentes, incentivando-os para uma relação harmoniosa e dialógica com o conhecimento. Considerando que educação é permanentemente uma atividade intencional.

* Mestranda em Desenvolvimento Social. UNIUMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-089 – elabsan@yahoo.com.br

É necessário que o discurso da educação se ramifique, crie vida, se movimente... só assim aquela educação tão almejada e necessária se projetará para fora do papel. Preconiza-se uma educação em que o aluno, como sujeito do processo, possa dar o seu grito de liberdade, disseminando a sua capacidade outrora subestimada, reprimida e segregada. Para Freire (1987) assim a educação reproduzirá, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico da produção do homem, configurada nas práticas sociais movimentadas por interesses que vão além da cultura, felicidade dos indivíduos e sobrevivência da espécie humana.

A docência, por muito tempo carregou consigo a auto-suficiência de um processo que insistia em manter-se isolado, intocável. Reproduzindo, uma absurda fórmula ideal educacional, seguidora do ponto de vista feudal, que considera favorável uma cultura educacional tecida no emaranhado da dominação. Segundo Wulf (2005) o debate da educação pode configurar um diálogo total do homem com ele mesmo, que no limite, percorre o fio do tempo histórico, onde os paradigmas da educação passaram por muitas e grandes mudanças.

Nos dias atuais, percebemos por parte de uns poucos, uma sutil quebra de paradigmas, na qual alguns docentes estão propondo uma prática contemporânea, em que o educando vem conquistando sua 'voz' e 'vez' nos espaços educativos e o educador adotando o papel relevante de mediador do processo. Ao final todos participam, aprendem e ensinam, o binômio ensino-aprendizagem se define como mútuo e colaborativo. Apoiamo-nos em Freire (2007) que reconhece o processo educativo como social e o concebe como um processo significativo, compartilhado por sujeitos iguais entre si numa relação também de desigualdade.

Há ainda muito que fazer, para que a educação brasileira atinja patamares mais significativos, que possam se transformar num processo de crescimento não apenas intelectual, mas também humano, solidário, digno e que seja permeado pela busca constante de justiça e fraternidade.

Em razão de análises executadas, e através de uma pluralidade de pesquisas bibliográficas, objetivou-se, construir um paralelo teórico da educação dos tempos remotos – em que a educação bancária tinha como base a prepotência e a dominação – versus o papel do docente contemporâneo, o qual, através de uma postura democrática e construtiva, passa a exercer o papel de mediador da aprendizagem, construindo, no espaço 'sala de aula', uma rede de aprendizagem coletiva e colaborativa, onde todos se reconhecem como aprendentes e ensinantes, não apenas conteúdos isolados, mas valores, contextualizados na justiça, fraternidade, respeito às diferenças e uma efetiva união entre os sujeitos do processo.

As informações aqui apresentadas são resultados dos estudos realizados e análises de documentos de diferentes autores, pesquisadores e materiais produzidos para a educação contemporânea, os quais colaboram significativamente, para a transformação histórica da educação brasileira.

Ser professor em um mundo mutável

Educar é uma arte, que está intrinsicamente ligada às culturas humanas, podendo ser identificada como condutora do conhecimento absorvido sobre a natureza e as significações criadas para se explicar e entender fenômenos observados. Assim, a capacidade de aprender, e de gerar conhecimento e representações, é passível de ser transmitida para outras gerações, diferindo o ser humano de outros animais. A educação é parte fundamental na constituição do ser social humano.

Porém, tornou-se um dos grandes desafios da contemporaneidade, converter a educação em referência mediadora por meio da qual são construídas as relações sociais e culturais. A partir, do despontamento das sociedades hierárquicas, com prevalência do poder político e divisão social do trabalho, a educação adapta-se às camadas sociais já existentes, proporcionando uma diversidade e especialidade que corrobora de forma veemente para a reprodução da hierarquia social. O problema da educação para Wulf (2005) é o problema do homem, sua realização e crescimento, sua vida pedindo mais vida. Portanto de suas esperanças e promessas.

A separação entre trabalho manual e intelectual teve como precursor a hierarquização social, que é apenas um aspecto existente na contradição do processo que coloca como opositores dominantes e dominados. Para Neto (2013) é assim que a educação como forma de reprodução de determinada sociabilidade hierárquica se apropria das camadas sociais existentes, colaborando, para a diversificação e especializações que reproduzem a hierarquia.

Os históricos desencontros existentes entre educação, ensino e suas variâncias prejudicam a visão social educativa e escolar e conseqüentemente a auto-imagem de seus profissionais. Freire (2007) ressalta que a história do conhecimento, sua natureza de processo em permanente devir, significa reconhecer o conhecimento como uma produção social resultante da ação e da reflexão, da curiosidade em uma incessante busca epistemológica.

Essas mudanças educacionais, sociais e políticas fizeram com que as instituições passassem por metamorfoses, a escola não é mais o que era há alguns

anos, nem os professores tem o mesmo papel. A docência se transformou. Diante disso, é preciso mudar a forma de se trabalhar o ensino e a aprendizagem. Para Gadotti (2006), as dúvidas dos educadores vão além da metodologia ou da didática a serem aplicadas: suas inquietações dizem respeito, sobretudo, à própria essência da educação, ou seja, à adequada tarefa do dever ser do indivíduo relacionado ao seu presente ou futuro... a preparação para a vida, através de uma educação contínua e permanente.

Diante desta perspectiva, o mestre Paulo Freire (1996, p.24) afirma:

Não temo dizer que inexistem validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática e ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

A escola atravessa a uma crise, devido aos acontecimentos sociais do final do último século. Se o sistema de ensino está em crise, certamente, os profissionais que nela prestam serviços a compartilham. Está claro que suas atribuições mudaram, que precisam investir em questionamentos sociais e políticos, que pensem o homem na sua totalidade. Segundo Imbernón (2009), tudo isso e muito mais suscita a busca de alternativas à escolarização democrática de toda população. A escola, como conhecemos, criada na modernidade do século XVIII, consolidada em suas funções de educação da cidadania no século XIX e renovada pelos movimentos da escola nova durante o século XX, tenta educar crianças, jovens e adultos do século XXI com professores formados em procedimentos educativos do século XX, não tem mais espaço nas discussões educacionais da liquidez moderna.

Muitas alternativas de mudanças foram buscadas e testadas. A conversão da escola em uma comunidade de aprendizagem é uma das possibilidades que surgiu. Parcerias com as famílias, empresas, voluntários, associações, etc. com pleno direito de intervenções na socialização do aprendizado, tornou-se uma alternativa para que todos adquiram as aprendizagens que lhes permitam desenvolver-se na sociedade do futuro, evitar o fracasso escolar, contrapor sob a desigualdade de aprendizagens e a exclusão social dos educandos. Diante desse modelo, Freire (1987) destaca que as principais questões e problemas da educa-

ção não são somente questões pedagógicas, ao contrário, são questões sociais e políticas. A educação e o sistema de ensino modificam a sociedade, assim como a sociedade pode mudar o sistema instrucional. Ele chama de revolução a consciente participação do povo.

Charlot (2005, p.72) afirma que:

Aprender é sempre entrar em relação com o outro, o outro fisicamente presente em meu mundo, mas também esse outro virtual que cada um leva dentro de si como interlocutor. Toda relação com o saber comporta, pois, uma dimensão relacional, que é a parte integrante da dimensão identitária [...]. Poder-se-ia, aliás, dizer o inverso: a dimensão identitária é parte integrante da dimensão relacional. Não há consigo próprio senão uma relação com o outro; e não há relação com o outro senão como relação consigo próprio.

Acreditamos que todas essas experiências têm como objetivo a conversão da escola em um agente de transformação social. Sabedores de que a escola é uma das principais instituições culturais existentes, afirmamos que elas precisam preparar os seus discentes, para a inserção no mundo contemporâneo, que exige do docente uma postura alicerçada num processo permanente de reflexão que leve a resultados inovadores no trato da educação. As contribuições de Freire (2007) conduzem o educador à consciência de si enquanto ser histórico que continuamente se educa num movimento dialético no mundo que o cerca. Não é, pois, por um acaso que as ideias freireanas se articulam com os interesses da formação do educador, pois, não se perde de vista o caráter histórico do homem associado sempre à prática social.

A instituição escolar, nesse novo contexto de impregnação do conhecimento, precisa ser um espaço organizador de formação, exercendo, portanto, uma função mais formativa e menos informativa, mais gestora do conhecimento do que lecionadora. Os espaços educacionais são lugares de troca de saberes, onde o educando deve se envolver com o processo de aprendizagem de forma questionadora e crítica. Essa postura possibilita a formação de indivíduos mais humildes, aniquilados do saber absoluto, aceitando que todos podem e devem indagar e têm o direito de se posicionar e que o correto pode ter mais de uma opção. De acordo com Freire (1996), dentro de uma instituição precisa existir a epistemologia da crítica, ou seja, trabalhar com o enfoque na formação do ser humano social que seja capaz de criticar, pensar e refletir, conduzindo-o para o

processo de motivação em busca de uma mudança da sociedade, da política, da ética, do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais.

O papel do docente, na atualidade vai muito além de oferecer conhecimentos. A educação necessita da praticidade, relacionada à reflexão, sobre as demandas e compromissos mobilizadores de educadores e instituições, em direção ao planejamento, decisão e execução das políticas públicas. Educar para desenvolver um trabalho que vai além da informação, que caminhe para a construção de uma cidadania crítica e democrática, que oriente os indivíduos para a vida. Rios (1997) propõe uma formação sólida para os professores, com novas proposições nas formas de atuação na direção da ampliação da qualidade. A formação do professor deve ser continuada, portanto, um diploma não deve significar o término de uma formação.

A educação é para o futuro, para a vida, para a formação humana. Somos todos aprendizes. Ao incorporarmos isso, teremos mais oportunidades nas realizações da vida. Gadotti e Romão (2007) reforçam que não existe mestre, sabedor de tudo; e que também não há discípulo, totalmente ignorante. Sob esta perspectiva a relação professor-aluno-família-comunidade é positiva porque gera comprometimento profissional e responsabilidade social, colocando a instituição escolar na rota de qualidade do ensino e, assim todos ganham.

Segundo Charlot (2005) as parcerias ocorrem de forma ordenada, reconstituindo as tramas do tecido social que representa a rede colaborativa. Nessa condição, a instituição escolar deixa de ser barco para se tornar porto de onde se estabelece relações com a estrutura da vida. Lançamo-nos para a vida a partir do porto escola. A palavra educação vem do latim “educere” (ex= fora + ducer =conduzir), que significa “conduzir para fora”, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo.

No mundo contemporâneo, tudo muda a cada momento. Diante de tantos desafios o nosso papel enquanto educador é auxiliar os nossos educandos a compreenderem melhor esse mundo repleto de variáveis. Educar, portanto, é um ato mágico e singular. É uma relação direta e imediata com o outro e necessariamente permeada por afeto. O educador transforma o outro através do outro mesmo, sem mediações. O seu produto é o aluno preparado, educado, é a mudança social na sua expressão mais imediata.

Portanto, a educação é um processo permanente, ela não se esgota nos minutos de cada aula, não se prende aos muros institucionais. O professor é o elemento chave no processo ensino-aprendizagem, contudo é essencial que seja responsável, compromissado, que saiba aceitar a diversidade; que seja ético para

lidar com os problemas do ensino. Neto (2013) argumenta que educação denota educar e ser educado ao mesmo tempo. Que a relação entre educador e educando é dialética, o que significa ser contraditória e recíproca, mas não hierárquica.

Sustentamos a ideia que, as instituições superiores, responsáveis pela formação do docente, devem embasar as suas ações, não somente na praticadas metodologias treinadas, na repetição das teorias vistas, mas, sobretudo, na constituição de um profissional íntegro que entenda a educação como um processo significativo, que precisa ser compartilhado com responsabilidade. Colocando nele toda a sua vocação humana. Que promova o avanço do conhecimento e incentive a pesquisa. Formando assim, um ser capaz de assumir um trabalho pleno, para um encontro harmonioso com os seus educandos, com a sociedade e consigo mesmo.

De acordo com Gadotti e Romão (2007), a formação do futuro profissional deve priorizar a consciência social a partir da compreensão da situação do aluno e daqueles que estão fora da escola. O profissional do ensino não é um técnico, é um profissional do humano, do social, do político. Deve criar possibilidades para que seja um agente cultural, um motivador social.

Formar-se como professor é, ao mesmo tempo, apropriar-se dos discursos (saberes teóricos) e tornar-se capaz de realizar práticas. Conforme Freire (1987) a verdadeira educação não consiste só em ensinar a pensar, mas também em aprender a pensar sobre o que se pensa. Finalmente, vale lembrar, o docente pobremente ensinado, ensinará aqueles que serão ainda mais pobres de ensino.

A função social da escola

Desde o princípio da civilização, o processo educacional sempre existiu no seu sentido mais amplo, participando de forma colaborativa para a continuidade de toda sociedade. Charlot (2005) aponta que a educação é uma parcela imprescindível da sociedade e efetivamente uma questão social. É parte essencial do processo de socialização que se inicia no nascimento e prepara para a vida adulta. E segue afirmando que o que permite uma pessoa tornar-se humana é a sua vivência em sociedade.

A educação tem como sua função primordial, dar o que a vida coletiva requer e converter o indivíduo em ser verdadeiramente humano, que entendendo a socialização como processo sem fim. Para Freire (2007) a educação tem como tarefa mudar a sociedade e todos que nela estão envolvidos, devem ser orientados para desempenhar essa missão. Assim, acreditamos que cada pessoa que chega

a escola, precisa ser considerada uma individualidade que, precisa atingir sua autonomia social.

A escola da atualidade tem como função a garantia de aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do educando. Aprendizagens essas que precisam transformar-se em recursos que auxiliem a melhor compreender a realidade que os cerca, contribuindo para que suas participações sociais se tornem mais amplas, possibilitando assim a leitura e a interpretação das informações e mensagens que veiculam amplamente, deixando-o pronto para a inclusão no mundo contemporâneo, intervenção consciente e crítica na vida. Freire (2007) destaca que o ato de educar, precisa servir, para conscientizar, para desalienar a própria educação. Portanto, dar visibilidade ao que foi escondido, dar voz e vez a todos que procuram essa instituição, proporcionando uma relação dialógica com o novo mundo que invade a escola e que dela exige posicionamentos, decisões e atitudes, diante dos grandes desafios e transformações diárias.

Entendemos a função da escola como ampla, complexa e diversificada. Para dar sustentação às mudanças e evoluções contínuas, essa instituição precisa assumir um ensino que crie conexão entre o que o educando aprende e o que ele faz fora dela. Estabelecendo assim, uma relação entre a vida prática e o aprendizado escolar. Conforme Freire (1987) a politização do ato pedagógico tem relação íntima com a questão da recuperação da funcionalidade (mentalização) do que é trabalhado na sala de aula para o projeto de vida.

Contudo, a escola precisa necessariamente propiciar o domínio da leitura e escrita, dos conteúdos culturais básicos, das artes, das ciências, preparando assim o estudante para exercer sua cidadania. Precisamos dar condições de uma permanente aprendizagem com continuidade aos discentes, mesmo após o término de sua vida escolar. Na prática educativa é fundamental fazer o aluno pensar, refletir, criticar, sintetizar, classificar, argumentar, experimentar vivências em situações de aprendizagens partilhadas, que prestigiam o conhecimento, que valorizam o saber individual, que estimulam e ensinam o convívio entre grupos, que favoreçam a conexão entre o ensino formal e o mundo social.

No tocante à relação com o saber, Charlot (2005, p.10) ressalta:

Essa é uma condição que se estabelece desde o nascimento, uma vez que “nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender.” A condição humana exige que seja feito um movimento, “longo, complexo e nunca acabado”,

no sentido de se apropriar (parcialmente) de um mundo preexistente. Essa apropriação obrigatória desencadeia três processos: de homização (tornar-se homem), singularização (tornar-se exemplar único) e socialização (tornar-se membro de uma comunidade).

O envolvimento das instituições escolares com o seu entorno sociocultural, significa uma ação que liga a instituição, à sua transformação, ação esta que assume a educação como um ato social aberto às mudanças e aos avanços. De acordo com Freire (1996) a educação é uma forma de intervenção no mundo. É o encontro do indivíduo com o social. Dessa forma, podemos afirmar que a ligação entre o que se aprende e o que se exercita na prática diária, devem ser ensejados pela metodologia aplicada.

A construção do mundo real perpassa a educação. Por isso esta instituição não pode ser alheia aos problemas que seus sujeitos vivem. Assim, é preciso entender que a educação nunca é neutra, que possui um caráter formador e formativo. Conforme Freire (1996), se a educação não pode tudo, muita coisas essenciais à formação e a vida do homem, ela pode. Um dos poderes relevantes que possui, é a condição de provocar o questionamento, a crítica, a reflexão dos educandos e, a condição primordial de fomentar a curiosidade.

A escola precisa ter um olhar constantemente voltado à sociedade, conectando a ela o seu saber, exercitando a vida. Desta forma, o grande desafio, é fazer do ambiente educacional um meio que favoreça o aprendizado, no qual a escola deixa de ser apenas um ponto de pessoas e passe a ser um encontro com o saber, com as descobertas epistemológicas de forma prazerosa e funcional.

Rios (1997) destaca que se a educação não servir para despertar os seres humanos para a descoberta do sentido da vida, de nada adiantará todo conteúdo programático adquirido ao longo dos anos de frequência aos bancos escolas. Desta forma, a educação que qualifica simplesmente para a aprendizagem de conteúdo, não prepara para a realização social, política e humana e a educação é para a vida.

Desta maneira, somos levados para uma compreensão dinâmica da vida, partindo do pressuposto de que aquilo que já foi não é o mesmo de agora e nem será o mesmo de amanhã. Os fatos históricos que movem a vida dos indivíduos não são estáticos, modificam-se constantemente, conforme contextos sociais e políticos que envolvem a vida humana. Assim também deve ser o processo educacional. Contudo, educar para a vida é educarmos para o futuro, não para o passado.

A dimensão humana da docência

Todo trabalho envolve algum investimento afetivo por parte do trabalhador, tanto na relação estabelecida com o produto do trabalho quanto na relação com os outros envolvidos no processo. No caso do professor a relação afetiva é parte essencial do exercício da função, pois é por intermédio do estabelecimento de laços de sentimentos que acontece o processo de ensino-aprendizagem. É sabido que, na ausência dessa afetividade, pode ocorrer um fracasso pedagógico.

O papel do educador, segundo Freire (1996), não é superior nem inferior a qualquer outra prática profissional. A prática docente exige um alto nível de responsabilidade ética, porque lida com gente e não com coisas. A relação de afeto deve existir, a ternura tem que circular entre educador e educando, porque os vínculos transformam o desejo de aprender em conhecimentos.

A formação do educador deve ser contemplada com uma profunda reflexão sobre a sua prática, entremeada de momentos em que o futuro profissional se utilize da prática docente e depois da prática reflexiva crítica de seu próprio desempenho. Teorizando sobre sua própria ação pedagógica, adquirirá maiores condições de corrigir erros e reinventar a própria prática, assumindo-se. Assumir para Freire (1996) aplica-se a uma mudança comportamental que tem como argumento a conscientização de uma situação. “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar.” (FREIRE, 1996, p.41).

Para Charlot (2005) o principal objetivo do professor deve ser o prazer de estudar e não a vaidade de ensinar. Do educador humanista espera-se a admissão da presença e a força dos bons sentimentos na determinação de sua identidade e na sua atuação profissional. A educação comporta uma forte dimensão afetiva, que aliada às dimensões filosófica, ideológica, socioeconômica, dentre outras, tem condição de definir, tanto quanto as demais, a realização de seus objetivos, por mais descontraídos e variados que sejam ao longo da história do homem. Tendo como comum a transformação da condição humana.

É fato que nas sociedades capitalistas, para a grande maioria da população, o trabalho tem um lugar primordial nos projetos de vida, mesmo que não seja pela sobrevivência demonstra-se como um projeto de vida. A própria realização profissional está alicerçada na quantidade de afeto investido no projeto de vida, que o trabalho supõe. Sendo assim, sem ignorar os demais fatores que incidem sobre o processo educacional, porém, contrariamente, combinando com eles, a

compreensão da dinâmica da carga sentimental do docente e sua influência na trajetória profissional devem ajudar na garantia da eficácia profissional.

De acordo com Wulf (2005) o fato marcante na educação é a sua condição de envolver permanentemente produção de imagens sobre o que é a vida humana, imagens sobre o poder do homem de auto-recriar-se continuamente, imagens sobre a liberdade humana de auto-transformar-se em alguma direção valorizada como mais digna. O ser humano necessita ser ou estar motivado para a vida. A educação tem o poder de desencadear o processo criativo e transformar as realidades amorosamente.

O papel do professor como mediador, se fundamenta na sensibilidade para o reconhecimento da importância das escolhas feitas por cada um dos seus educandos na vida, auxiliando-lhes no garimpo do essencial, orientando-lhes sobre as consequências diante dos caminhos tomados. Freire (1996) de forma muito coerente e peculiar nos aponta a educação como forma de ampliação e diversificação das fontes legítimas de saberes e a necessária coerência entre o “saber-fazer é o saber-ser-pedagógico”.

Ser professor numa sociedade de classes como a nossa significa incorporar humanidade na prática educativa. Manter acesa a chama do olhar ensinar-aprendendo, exercitando o bem querer pelos seres humanos, sustentado nas melhores emoções e sentimentos. Ser parte atuante da educação significa acima de tudo, assumir ações conscientes para a superação das situações cristalizadas existentes, para ocultações da verdade. Cabendo-nos, assim, a coerência, a clareza, a decisão política, terna sabedoria para fazermos hoje o que nos é possível, garantindo assim o amanhã, o talvez do impossível.

Considerações finais

Estamos assumindo a história com suas possibilidades. A transformação da educação em mercadoria é um dos desafios mais marcantes da atualidade, porque valoriza o econômico em detrimento do humano. Entendemos que somente uma educação emancipadora poderá inverter essa lógica através de uma formação direcionada para o combate da alienação e para a consciência crítica. Educando, portanto, para a possibilidade de concepção de um mundo melhor, para a qualidade de vida humana.

A humanização da docência significa educar para a ruptura, para a rebelião, para os sonhos, para saber dizer ‘não’, para soltar a voz denunciando e/ou anunciando o sentido pedagógico da vida. O educador ao encontrar o sentido da

vida, pode paralelamente encontrar o sentido de seu trabalho, colocando assim os seus afetos, subtraindo daí à força de viver e trabalhar. Nenhum professor pode omitir-se em mostrar as possibilidades de mudança a partir da intervenção crítica, de um trabalho ético e consciente na realidade de seus educandos.

No entanto, quando apontamos para a importância e beleza do papel do professor formador, somos sabedores, de que passamos por um momento de falência e desvalorização do trabalho do educador em todos os níveis, mas cremos nos elementos que constituem a docência ética, responsável e humana, com vocação para a superação, dando visibilidade para a nossa razão de ser e de nossa presença no mundo.

É importante que o professor se comprometa com sua docência, assumindo-se como elemento de processo e aprendiz junto a seus educandos, buscando sua qualificação e superação das deficiências. Este envolvimento carrega a marca da humildade e da solidariedade dentro da relação pedagógica. Comprometendo-se com uma educação para o sonho de um futuro melhor, uma educação para transformar o mundo.

Finalizando reafirmamos, a necessidade urgente de aprendermos a lidar com esta nova realidade, lançando luz sobre os elementos constitutivos da docência, focados na dimensão social da formação humana autônoma. E assumirmos essa luta que é nossa luta, enquanto profissionais da educação e seres humanos, que lidam diariamente e proximamente com a formação de outros seres humanos.

TEACHING, TASK PROCESSING

ABSTRACT: *The present work aims to share with education agents the importance of the act of the teaching which goes far beyond an elementary transmission of content. Through a careful literature review and participant observation, there is an attempt to bring out the educational action as a way of desalienation, leading students to the construction of a debate about education, which is understood as a developing field of interpretations and perspectives on humans and what it would be ideal to happen to them in their distinct life cycles. An emancipator form of teaching must work towards affection, respect and the promotion of learner autonomy of this paper is to understand education as a way to change the world, overcoming the differences and promoting social harmony as well as a reflection on the education process as a key to open new doors.*

KEYWORDS: *Education. Human. Teaching. Life. World.*

REFERÊNCIAS

- CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para educação hoje. Porto Alegre: Penso, 2005.
- FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Villa das Letras, 2007.
- _____. **Pedagogia da autonomia:** saber necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2006.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2007.
- IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- NETO, A. J. (Org.). **Socialismo e educação.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- RIOS, T. **Compreender e ensinar:** por uma docência de melhor qualidade. São Paulo: Palas Athenas, 1997.
- WULF, C. **Antropologia da educação.** Tradução de S.R. Silva. Campinas: Alínea, 2005.

O MARXISMO MADURO DE LUKÁCS ENCONTRA BOURDIEU: NOTAS PARA UM DIÁLOGO PROFÍCUO¹

Leandro Módolo PASCHOALOTTE*

RESUMO: Este trabalho tenciona em deslindar possíveis aproximações entre a compreensão lukacsiana da alienação em sua obra tardia *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* e noção de habitus nas obras bourdieusianas: *Razões Práticas* e *A dominação masculina*. Pretendemos apresentar ao menos dois pontos que acreditamos que a teoria da alienação de Lukács contribui e é contribuída do habitus bourdieusiano. O que está em jogo é demonstrar que alguns delineamentos da obra tardia de György Lukács, no sentido de fundamentos últimos da reprodução específica do ser social, podem dar às ferramentas sociológicas de Pierre Bourdieu – *provavelmente ao seu contragosto* – um solo ontológico crítico e, no caminho inverso, que a ferramenta sociológica do habitus pode operacionalizar a captura de determinados fenômenos ontológicos do ser social.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia marxista. Alienação. Habitus.

Introdução

Este trabalho tenciona em deslindar possíveis aproximações, complementares ou não, entre a compreensão lukacsiana em sua obra tardia *Para uma ontologia do Ser social* (LUKÁCS, 2012c) e as obras bourdieusianas *Razões Práticas* (BOURDIEU, 2005) e *A dominação masculina* (BOURDIEU, 2002)

* Mestrando em Ciências Sociais UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – modolole@hotmail.com

¹ Esse artigo é um resultado parcial da pesquisa de mestrado, *O predomínio da ontologia biocientífica: em busca dos novos significados histórico-sociais*, desenvolvido com o apoio da FAPESP.

de alguns conceitos que nos parece centrais, cada qual ao seu modo, para os dois autores: alienação e habitus. Procuraremos demonstrar que embora haja uma distância teórico-filosófica importante entre os dois autores, de modo que *não* pode-se levemente fundir suas teorias sem o devido compromisso intelectual no que diz aos princípios científicos e programáticos com que cada autor empreendeu a sua obra. Podemos sinalizar que postulados ontológicos lukacsianos dialogam analiticamente com a praxiologia bourdieusiana, ou melhor, que, guardadas as devidas restrições, as ferramentas de análise sociológica constituída por Bourdieu operacionalizam a captura de alguns princípios ontológicos de Lukács.

A relação de Bourdieu com o marxismo *já foi razoavelmente retratada por* Burawoy (2010) em *O Marxismo encontra Bourdieu*. Para o sociólogo inglês haveria, por exemplo, uma relação “misteriosa” entre Marx e Bourdieu. Primeiramente no que diz respeito à crítica a distinção entre teoria e prática, ou melhor, entre a lógica da teoria e a lógica da prática, o que em Marx estaria expresso na distinção “coisas da lógica” e “lógica das coisas” (BURAWOY, 2010, p.31). As relações seriam tantas que para Burawoy os escritos teóricos de Bourdieu, sobretudo os das Meditações pascalianas, teriam uma “semelhança misteriosa” com a Ideologia Alemã de Marx e Engels: tanto na crítica marxiana ao idealismo alemão quanto na bourdieusiana às “ilusões escolásticas”, a dimensão teórica estaria repartidas do mundo real, estariam “despreocupada e livre das necessidades materiais imediatas” devido à divisão social do trabalho (BURAWOY, 2010, p.33).

Mas se nesse ponto Marx e Bourdieu possuem uma “semelhança misteriosa”, é também a partir desse ponto que incorre uma importante distinção, diz Burawoy. Ao trazer a atividade humana, diria Bourdieu, como fonte objetiva na construção da realidade social e em busca de superar a cisão escolástica entre idealistas e materialistas, “[...] enquanto Marx reduz a atividade prática à atividade econômica e sobre essa base constrói a história como sucessões de modos de produção, Bourdieu, segundo Burawoy, estende a ideia da atividade prática às esferas da produção intelectual.” (BURAWOY, 2010, p.34) Nesta feita, segundo Burawoy (2010, p.34): “Enquanto Marx está interessado em uma sucessão histórica dos campos econômicos (os sistemas de produção), Bourdieu está interessado na coexistência simultânea de diversos campos – o econômico, o cultural, o político etc.”

Tendo em vista a abertura de diálogo entre Bourdieu e o marxismo empreendida por Burawoy, e caminhando atrás do sociólogo britânico, tentaremos

“[...] restaurar (inventar? Imaginar?) essas conversações reprimidas entre Bourdieu e o marxismo.” (BURAWOY, 2010, p.11), a partir do marxismo tardio do filósofo húngaro György Lukács.

Aproximações ao *habitus* de Bourdieu

Adentrar ao universo bourdieusiano necessitaria compreender inúmeras de suas facetas problematizadoras, que perpassa desde o campo escolar até o mundo da moda, além disso, seria necessário reagrupar sinteticamente todo o arcabouço teórico-epistemológico riquíssimo em conceitos e ferramentas analíticas sob os quais Bourdieu foi criando e recriando suas análises ao longo de toda sua trajetória intelectual. No entanto nosso objetivo neste trabalho passa ao largo de todo este universo, tem como intento algo bem mais simples: capturar o significado da mediação criada pelo autor para reequacionar a relação entre indivíduo e sociedade, a saber, o significado do *habitus* de Bourdieu. Sendo que mesmo no interior deste tendemos apenas a focar gnosiologicamente apenas alguns aspectos que acreditamos serem pertinentes para num segundo momento relacioná-los criticamente à alguns princípios ontológicos legados por Lukács em sua obra tardia.

O que é *habitus* para Bourdieu? Para o sociólogo francês os espaços sociais são espaços de tomadas de posições, de disputas e de diferenciações nas/das práticas e bens que os agentes possuem, são **campos** sociais. Dessa forma, a noção de *habitus* cumpre de início a função “[...] de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...]” (BOURDIEU, 2005, p.21) em um determinado **campo** social.

Pensemos o exemplo do caso da **sexualidade** como *habitus*. Para Bourdieu a permanência da diferenciação sexual sustentada na dominação masculina sobre a mulher, ultrapassa “em seus aspectos essenciais” os séculos e as diferenças econômicas e sociais, como “[...] uma construção histórica com feições de uma essência natural.” (BOURDIEU, 2002, p.100). Suas práticas e bens, mesmo com “as mudanças visíveis de **condições**”, permanecem nas “**posições** relativas”: “[...] as próprias mudanças de condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino.” (BOURDIEU, 2002, p.112), conserva-se assim uma mesma forma de postura e conduta nos dois espaços, como uma “unidade de estilo”. Mas o *habitus* é simplesmente um **estilo unívoco**, um modo específico de se portar em determinado(s) campo(s) social(s)?

Para respondermos a essa questão, continuemos com o caso da sexualidade como *habitus*. Para Bourdieu a dominação masculina é um caso exemplar da dominação simbólica, ou seja, daquela dominação que se perfaz pela alquimia dos símbolos da comunicação, do conhecimento e reconhecimento prático, tendo como efeito a transfiguração das relações de dominação/submissão em relações afetivas².

As mulheres, ou melhor, o **feminino** é resultado de um trabalho histórico de dominação masculina, o resultado de leis sociais em leis incorporadas. Assim, se as sociedades em suas estruturas objetivas – campos sociais – como o Estado, escola, Igreja, divisão sexual do trabalho e do trabalho sexual, soerguem relações de dominação entre homens e mulheres, não menos verdadeiro é o fato de que para essas estruturas objetivas se reproduzirem e se reafirmarem deve haver uma cumplicidade ontológica destas com as estruturas cognitivas, as estruturas subjetivas dos agentes. Os agentes, no caso os homens e as mulheres, devem carregar consigo, inscritos em seus corpos e mentes, “senso práticos”, “esquemas de preferências e apreciações”, “princípios de visão e divisão”, “esquemas de ação” que orientem a percepção de determinadas situações e a repostas adequadas a estas situações. Em suma, devem apresentar:

[...] estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediências de regras, **objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim** [...]. (BOURDIEU, 1994, p.61, grifo nosso).

De modo que, se retomarmos a “questão de gênero” como *habitus* também nos esclarecemos que as estruturas objetivas, mediante os mecanismos de reprodução social – Estado, escola, Igreja etc.–, também inculcam nos indivíduos, sobretudo em seus corpos, esquemas de percepções, de disposições e de diferenciações sexuais aquém/além de suas vontades e consciências que tendem

² “Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.” (BOURDIEU, 2002, p.49-50).

sempre a funcionar como estruturas estruturantes da vida social, isto é, a manter e vivificar as estruturas objetivas de diferenciação sexual baseada na dominação masculina³.

Com isso, aprendemos o que de fato é o *habitus*: “sistema de disposições duráveis” adquiridos pela aprendizagem implícita e explícita, inculcados nos corpos e nas mentes, que funcionam como esquemas geradores, ou seja, como uma matriz de percepções, apreciações, classificações e ações estruturando práticas e representações sociais.

Podemos dizer para concluir, que da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais, Bourdieu buscou um *tertium datur* entre uma concepção psicologista que tende a ver as relações sociais focadas nos indivíduos, nos significados subjetivos que eles dedicam às suas relações, para a qual, portanto, a sociedade apareceria como uma rede de intersubjetividades; e uma concepção objetivista que tende a ver os indivíduos apenas como um subproduto das estruturas sociais, relegando a eles apenas uma função passiva, sem caráter prático e ativo na manutenção e reprodução dessas mesmas estruturas. Nesse sentido, como nos ensina Loïc Wacquant, *habitus* aparece como

[...] uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente. (WACQUANT, 2007, p.63).

O velho Lukács e alguns legados ontológicos

Em *Para uma Ontologia do ser social* (2012c) Lukács defende um retorno rigoroso às ideias marxianas de Marx, que ao seu modo de ver “[...] qualquer

³ “O trabalho de transformação dos corpos, ao mesmo tempo sexualmente diferenciado e sexualmente diferenciador, que se realiza em parte através dos efeitos de sugestão mimética, em parte através de injunções explícitas, e em parte, enfim, através de toda a construção simbólica da visão do corpo biológico, produz *habitus* automaticamente diferenciados e diferenciadores. A masculinização do corpo masculino e a feminilização do corpo feminino, [...] determinam uma somatização da relação de dominação, assim naturalizada.” (BOURDIEU, 2002, p.70-71).

leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente [...], são entendidos – em última instância – como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas.” (LUKÁCS, 1979, p.11) E é com esse prisma de compreensão que iremos tratar o pensamento marxista de Lukács.

Para o filósofo, o **ser social** se constitui mediante **saltos para fora** da natureza por predomínio crescente das suas novas categorias – trabalho, linguagem, sociabilidade etc. – e leis socioculturais – leis econômicas, políticas etc. –, num processo de constante superação das legalidades estritamente naturais – sem jamais romper com as mesmas – através de novas forças e faculdades sócio-produtivas (LUKÁCS, 1979). E esta ruptura com o mundo natural, segundo nosso autor, se perfaz através de uma atividade peculiar dos humanos e da sua reprodução: o trabalho, intercâmbio orgânico do homem com a natureza. É a partir dele, segundo Lukács, que se constitui uma forma de objetividade assentada em ações conscientemente orientadas, forma essa radicalmente distinta do mundo natural. Se na esfera da natureza a objetividade se desdobra por uma rede de **causalidade dada** espontaneamente; nas leis de reprodução do ser social o trabalho operaria a síntese entre prévia ideação – teleologia – e a realidade natural – causalidade dada –, dando origem a uma rede de **causalidades postas** pelas consciências – pelos **sujeitos**.

Sejamos mais claros. O trabalho é a atividade primária em que a consciência assume um significado **ativo** – e com isso engendra a **ruptura** do “ser natural” para o “ser social”. Porque ativo? Basicamente por dois motivos: pela sua potência de **alternativa** frente às opções concretas da realidade objetiva e pela sua função de *continuum*, mediante generalizações dos processos e objetivações efetuadas. Vejamos isso mais de perto.

Em primeiro lugar, diferentemente da reprodução dos animais não-humanos que inviolavelmente recompõem suas necessidades de forma imediata e espontânea, dando apenas continuidade reprodutiva a sua base biológica. Os animais humanos ao retirar da natureza seu meios de produção e reprodução da vida, ao trabalharem, têm como *médium* a cada atividade, no mínimo, a **alternativa** concreta de efetuá-la ou não.

A cada atividade de trabalho, perpassa previamente na cabeça dos Homens determinadas acepções – prévias ideações – da realidade objetiva a qual irá trabalhar, e ainda que estas acepções sejam extremamente primárias elas já permitem aos homens objetivar teologicamente na realidade natural um objeto antes inexistente – impossível de ser constituído pela simples reprodução espontânea

das coisas naturais. Esta conversão do idealizado em objeto Lukács denominou **objetivação**. Que, por sinal, possui pelo menos duas consequências: (a) através da objetivação surge uma causalidade posta pela consciência; e (b) entre a consciência que operou a teleologia e o objeto se realiza uma distinção ontológica: a história objetiva do objeto se autonomiza frente ao criador.

Está última consequência, por sua vez, é a base ontológica para o que Lukács denominou de **exteriorização**, momento que ocorre simultaneamente a objetivação, mas que a ela não se identifica. Trata-se da exteriorização do sujeito que objetiva. A cada objetivação os homens não apenas criam objetos, mas imprimem em seus objetos as suas “personalidades”. A exteriorização é o momento dialético em que o trabalhador se confronta com a objetividade do objeto e imprime-lhe um determinado ‘estilo’ ao mesmo tempo em que esse mesmo objeto lhe exige determinados conhecimentos e habilidades para sua transformação.

O segundo motivo, que dá à consciência o estatuto *ativo* na reprodução social, é que a cada novo ato de trabalho essas novidades objetivadas e exteriorizadas se acumulam sendo transmitidas de geração em geração. Para o nosso autor há um processo espontâneo que tende a **generalizar** os resultados e processos cometidos pelas práxis humanas, e a consciência funciona como o *medium* de continuidade desse processo, como órgão de acumulação daquilo que ele denominou o **dever-humano dos Homens**.

Assim, representando algo radicalmente novo em relação aos processos naturais, a reprodução do mundo dos Homens se perfaz continuamente produzindo o novo. De um lado, a objetividade das formas naturais jamais permanece a mesma. A cada objetivação humana surge algo novo teleologicamente posto – uma ferramenta, um objeto qualquer, ou uma sílaba, verbo, um símbolo qualquer – e que, espontaneamente, tende a se generalizar à totalidade social como uma **coisa nova**, para, então, enriquecer a sociabilidade – tornar o ser social mais social. Basta pensarmos que não há roda na natureza, e que uma vez inventada ela se generaliza a toda sociedade: não é necessário reinventá-la toda vez que se faz um automóvel. E, do outro, nem mesmo os homens em suas subjetividades permanecem os mesmos, pois adquirem novas capacidades e habilidades a cada nova práxis. E essas por sua vez também se generalizam – pensemos nas histórias orais, nos ensinamentos familiares, na educação formal etc. que transmitem os conhecimentos e habilidades adquiridas às gerações subsequentes. A (re)produção do novo e sua generalização é condição do humano, pois a consciência atua ativamente dando aos homens as suas alternativas de

escolhas e, também, continuidade, mediante generalizações, às suas capacidades conquistadas. Portanto, sempre o novo produzido pelo singular humano parte subjetivamente do passado legado por todo acúmulo da história humana e se objetiva no fluxo dessa mesma história. Isto é, sempre cada ato singular, *mutatis mutandis*, se articula subjetiva e objetivamente com a processualidade global do desenvolvimento da humanidade.

E tudo isso, como bem demarca Lessa, tem para Lukács consequências ontologicamente novas:

[...]como a consciência é sempre, na sua imediaticidade, a consciência concreta de um indivíduo concreto, a crescente complexificação das formações sociais requer individualidades cada vez mais ricas e articuladas, capazes de atos cada vez mais socialmente mediados. [...] Em outras palavras, por ter como órgão e médium de sua continuidade a consciência dos indivíduos concretos, o desenvolvimento do ser social também requer e favorece o desenvolvimento, a complexificação, das individualidades. (LESSA, 1994, p.7).

Em Lukács, portanto, a reprodução social se constitui sobre dois polos: o da sociabilidade, **processo reprodutivo em sua totalidade extensiva e intensiva**, e o da individualidade, dos indivíduos cuja reprodução enquanto singularidades constitui o solo ontológico da reprodução total. Sendo ambos contraditoriamente unidos num mesmo processo de reprodução global. Assim, se a totalidade extensiva e intensiva do ser social se configura na síntese das ações conscientemente orientadas frente às alternativas concretas de um determinado campo de possibilidades, o outro polo da reprodução, a individualidade, se constitui: “Do mesmo modo pelo qual o ser social se constrói com essas cadeias de decisões alternativas, entrecruzadas de várias maneiras, assim também a vida singular do indivíduo é composta pela sua sucessão e derivação uma da outra.” (LUKÁCS, 2012a, p.106) Ao responder pelos desafios postos concretamente pela realidade com atos teologicamente orientados, os indivíduos transformam-se de puras singularidades, exemplares de seu gênero, em individualidades⁴. Sendo assim, a cada passo no devir-humano dos Homens, a cada avanço das forças produtivas, é possível à individualidade tornar-se mais enriquecida das conquistas humanas legadas por todo seu desenvolvimento passado. Robinson Crusóé não retorna

⁴ “Aquilo que denominamos personalidade de um indivíduo é este ser-precisamente- assim das suas decisões alternativas. [...] A substância de um indivíduo é, portanto, aquilo que no curso da sua vida se compõe como continuidade, direção, qualidade da ininterrupta cadeia destas decisões.” (LUKÁCS, 2012b, p.106-107).

ao estado de natureza quando solitário em sua ilha, carrega consigo **todo** gênero humano incorporado em sua consciência.

Voltando, portanto, à estrutura da “protoforma de toda atividade humana”, do trabalho, podemos apresentar elementos decisivos para os nossos objetivos. Se vimos que a objetivação é a ação orientada na produção de um novo objeto, isto é, uma ação que “atua como uma mudança do mundo dos objetos no sentido da sua sociabilização”, criando novas forças produtivas e conseqüentemente recuando mais as barreiras naturais; e vimos que a exteriorização é o momento de impressão da personalidade no objeto, isto é, o meio que promove o desenvolvimento do sujeito na mesma direção: de recuo das barreiras naturais e, por conseguinte, de elevação do caráter social da individualidade. Podemos, portanto, deduzir que a objetivação é o momento decisivo do polo da sociabilidade e seu desenvolvimento, enquanto a exteriorização é o momento decisivo do polo da individualidade e de seu desenvolvimento.

Pois bem, Lukács pontua que embora esses dois momentos, objetivação e exteriorização, bem como os dois polos, da individualidade e da sociabilidade, se processem unitariamente, tal processo é contraditório e desigual. O polo da sociabilidade, como sínteses das objetivações singulares, avançam espontaneamente no sentido de desenvolver as forças produtivas e, conseqüentemente, as capacidades humanas. Todavia, diz ele, ainda que

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também desenvolvimento das capacidades humanas [...] o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade [da individualidade] humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares pode desfigurar, aviltar etc. a personalidade do homem. (LUKÁCS, 1976, p.520, tradução nossa).

A contradição estabelecida por essa relação dialética é, segundo Lukács, o fundamento, o solo ontológico, da alienação. As objetivações, ou melhor, a síntese de determinadas objetivações, que num determinado momento da história serviram aos homens como mecanismos de desenvolvimento – não sem contradições – de suas capacidades e forças produtivas – podemos pensar na propriedade privada, na divisão social do trabalho, no Estado etc. – passam concretamente em outro momento a significar poderes estranhos e contrários aos mesmos homens, independentes de suas vontades, consciências e aspirações. Surge uma relação

de desigualdade entre o desenvolvimento das forças e capacidades produtivas e o desenvolvimento da individualidade⁵.

Por isso conseguimos identificar a alienação no trabalho manufatureiro e, certamente, visualizá-las nas suas mais drásticas – e sutis – consequências quando nas formas mais desenvolvidas do trabalho assalariado. Se num determinado momento os avanços das forças produtivas, como tudo aquilo que proporcionou a Revolução industrial, permitiu aos homens conquistas **sócio-genéricas** incomensuráveis. Contraditoriamente, podemos dizer que diferentemente do artesão que ao se objetivar imprimia consequentemente seu “estilo” no produto e aprendia a cada passo do processo uma nova habilidade e capacidade, em outras palavras, se exteriorizava conscientemente; com a intensificação capitalista da divisão do trabalho o momento de exteriorização vai se perdendo... o controle sobre aquilo que se produz, o tempo em que se produz, o modo no qual se produz etc. vai tornando-se alheios as suas vontades e a sua consciência.

Para finalizar, podemos pensar então que a complexificação da sociabilidade, sobretudo no marco da difusão e aperfeiçoamento da divisão do trabalho, permite, contraditoriamente, aos homens desenvolver novas e mais refinadas qualidades individuais, elaborarem mais genericamente – enriquecê-la de todo substrato sociocultural produzido pela humanidade – suas individualidades. Mas o processo de alienação, que opera basicamente no aviltamento da exteriorização da individualidade, tende a tornar algumas dessas manifestações em características constitutivas dessas individualidades.

Conclusão: o marxismo maduro de Lukács encontra Bourdieu

Mais do que apresentar “relações misteriosas” como Burawoy o fez em seu livro, pretendemos apresentar ao menos dois pontos que acreditamos que alguns dos delineamentos ontológicos teorizados por Lukács contribui e se permite contribuir operacionalmente do *habitus* bourdieusiano. Antes de qualquer coisa é preciso também pontuar que este encontro de fato nunca aconteceu, Bourdieu chegou a citar criticamente os textos clássicos de Lukács contido em *História e Consciência Classe*, mas Lukács que se tenha notícias nunca mencionou algo

⁵ “[...] onde a multiplicação das atitudes e das capacidades humanas induzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas não é acompanhada de uma autoafirmação da personalidade: a multiplicação das qualidades dos sujeitos funcionam, neste caso, para a reprodução de um sistema cuja lógica escapa a de uma verdadeira exteriorização do sujeito cujas energias estão *confiscadas* por objetivações estranhas as suas necessidades profundas.” (TERTULIAN, 2004, p.11).

referente a Bourdieu. Assim, o que trazemos aqui são – de formas aproximativas e breves, **levando em conta que se trata de um recorte bem preciso, uma vez que não consideramos toda obra bourdieusiana e, tão pouco, nos aprofundamos nos delineamentos ontológicos legados por Lukács** – pontos críticos que determinadas construções teóricas desses autores podem se enriquecer reciprocamente. O que está em jogo, portanto, é demonstrar que alguns delineamentos da obra tardia de Lukács, no sentido de fundamentos últimos da reprodução específica do ser social, podem dar às ferramentas sociológicas de Bourdieu – **provavelmente ao seu contragosto** – um solo ontológico crítico e, no caminho inverso, que a ferramenta sociológica do *habitus* pode operacionalizar a captura de determinados fenômenos ontológicos do ser social. Vamos direto ao assunto.

Compreendemos que a partir dos delineamentos ontológicos que Lukács diz ter apreendido em Marx, que possivelmente o *habitus* de Bourdieu pode ser visto como uma manifestação concreta da individualidade alienada pela divisão social do trabalho numa sociedade cindida em classes sociais. De forma aproximativa é possível pensar dessa maneira: para Bourdieu o *habitus*, como vimos, é a inculcação de determinados sistemas de disposições, esquemas de apreciações, percepções e avaliações, mediante estruturas de dominação nos corpos e mentes dos agentes, e mais,

Eles não são como *sujeitos* diante de um objeto (ou menos ainda, diante de um problema) que será constituído como tal por um ato intelectual de conhecimento; eles estão, como se diz, envolvido em *seus afazeres* [...]: eles estão presentes no *por vir*, no a fazer, no fazer (*pragma*, em grego), correlato imediato da prática (*práxis*) que não é posto como objeto de pensar, como possível visado em um projeto, mas inscrito no presente jogo. (BOURDIEU, 2005, p.143, grifo do autor).

Ou como ele gostava de dizer, esquemas de disposições que estão aquém da consciência e da vontade dos agentes, e que evidenciam “[...] a opacidade e a inércia que resultam da inscrição das estruturas sociais no corpo.” (BOURDIEU, 2002, p.53).

Isso se evidencia ainda mais na questão da dominação masculina, da sexualidade como *habitus*. Bourdieu num certo momento diz: “As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes [...]” (BOURDIEU, 2002, p.41),

que fazem os agentes diferenciar todas as coisas através da oposição masculina dominante e feminina dominada, mantendo a estrutura de dominação. E como os *habitus* são inseparáveis das estruturas que as produzem e as reproduzem, “[...] a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e da produção [...]” (BOURDIEU, 2002, p.45).

A isto Bourdieu chamava de cumplicidade ontológica entre as estruturas objetivas – campos – e as estruturas subjetivas – *habitus* – que funcionam na manutenção da estrutura de dominação. Os agentes dominados – no caso as mulheres – reproduzem, espontânea e/ou extorquidamente, a ordem de dominação e submissão ao masculino. São agentes de suas próprias dominações. Não é à toa que essa dominação

[...] assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões* e de *sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego, a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade e estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais. (BOURDIEU, 2002, p.51, grifo do autor).

Ou seja, assume a forma de desagrado com próprio uso do corpo, das emoções e dos sentimentos. Pois bem, não seria isso um das características que Lukács discorre sobre processo de alienação?

O filósofo húngaro dizia que a alienação é “[...] um fenômeno que afeta primeiramente o homem singular enquanto homem singular.” (LUKÁCS, 2013, p.35) Se em toda práxis singular, segundo Lukács, há objetivação e exteriorização, podemos pensar, então, que por um lado as objetivações – a conduta, a postura, o comportamento etc. – dos agentes em determinados campos são acertadamente também os veículos de manutenção das estruturas dominantes. As mulheres ao agirem sob/sobre os esquemas de disposições dominantes da visão androcêntrica mantêm e reproduzem a estruturas objetivas de dominação.

Mas estas ações, por outro lado, também são **exteriorizações** de suas personalidades, sendo neste caso exteriorizadas pelos agentes de forma subtraída das diretivas da consciência e da vontade deles mesmos. Os agentes, impelidos pelas estruturas objetivas que seus antepassados criaram – divisão sexual do trabalho, a divisão em classes sociais, a burocracia etc. – e num determinado momento histórico serviram mesmo para a realização de suas capacidades mais necessárias, passam a se exteriorizarem de forma “[...] a vivenciar com desagrado o próprio corpo.” (BOURDIEU, 2002, p.81). A forma com a qual a mulher que se utiliza **praticamente** do seu corpo torna-se algo em revelia as suas próprias vontades; suas emoções, seus sentimentos, seus gostos e desejos são vivenciados com mal-estar.

Ao ponto que é possível deduzir, a partir de Lukács, que o *habitus* de Bourdieu pode ser visto como o modo historicamente particular da personalidade em sociedades cindidas pela divisão social do trabalho – e suas determinações reflexivas: propriedade privada e classes sociais. Em outras palavras, sob uma ótica lukacsiana, tais esquemas de percepção, de avaliação e de ação que orientam os agentes sem serem mediados ativamente pela consciência, pois não são postos como objetos do pensar, podem ser vistos como formas alienadas das individualidades em suas relações sociais. Sob o crivo ontológico de Lukács, o *habitus* seria, portanto, uma forma típica sob a qual a individualidade se apresenta alienada das forças e faculdades conscientes legadas pelo devir humano dos Homens.

Desse modo, uma forma possível de apreendermos o *habitus* é que ao capturarmos as formas com que ele se desenvolvem em determinados campos sociais, estamos também identificando formas particulares de alienação desses agentes. A cumplicidade ontológica vital que Bourdieu visualiza entre *habitus* e estruturas objetivas, não é outra senão a que Lukács constata em individualidades alienadas, para:

[...] os quais não apenas aprovam estas suas características [seus esquemas de disposições alienados] com partes constitutivas da própria personalidade, mas são também apreciados pelo ambiente em que vivem como personalidade, em virtude e não a despeito dessas suas características. (LUKÁCS, 1976, p.589 apud COSTA, 2012, p.110).

Portanto, se o *habitus* permanece como uma ferramenta sociológica importante, seu significado segundo os delineamentos ontológicos de Lukács, é passível

de ganhar outra dimensão: ele se torna um meio operacional possível de captar o fenômeno da alienação.

**THIS MARXISM MATURE OF LUKÁCS FIND BOURDIEU:
NOTES FOR A FRUITFUL DIALOGUE**

ABSTRACT: *This work intends to unravel possible links between the lukacsian understanding of alienation in his later work to *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* and notion of habitus in the works bourdieusianas. We intend to present at least two points that we believe that the theory of alienation of Lukács is contributed and contributes habitus bourdieusian. What is at stake is to demonstrate that some designs of György Lukács's later work, in the sense of ultimate foundations of reproduction-specific social being, can give Pierre Bourdieu's sociological tools – probably to their chagrin – a solo ontological critic and, the reverse path, that the tool sociological habitus can operationalize the capture of certain ontological phenomena of social being.*

KEYWORDS: *Marxist ontology. Alienation. Habitus.*

REFERÊNCIA

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2005.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu:** sociologia. Tradução de P. Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. p.46-81.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

COSTA, G. M. **Indivíduo e sociedade:** sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. Reprodução e ontologia em Lukács. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.17, p.63-79, 1994.

LUKÁCS, G. **A alienação.** Disponível em: <www.sergiolessa.com>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. **O trabalho.** Disponível em: <www.sergiolessa.com>. Acesso em: 2 fev. 2012a.

_____. **A reprodução.** Disponível em: <www.sergiolessa.com>. Acesso em: 2 fev. 2012b.

_____. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2012c.

_____. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

TERTULIAN, N. Marx: uma filosofia da subjetividade. **Outubro**, São Paulo, n.10, p.7-16, 2004.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. **Revista Educação & Linguagem**, São Paulo, v.10, n.16, p.63-71, jul.-dez., 2007.

FAMÍLIA OPERÁRIA, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE EM UMA NARRATIVA DE RONIWALTER JATOBÁ

Ettore Dias MEDINA*

RESUMO: Este artigo investiga a narrativa “O pano vermelho”, publicada no ano de 1978 por Roniwalter Jatobá. A ênfase da investigação está no processo de rememoração do narrador, que revê 25 anos de sua vida, período de tempo que se inicia em 1952 e termina em 1976. Através do processo de rememoração, que é apresentado na forma de notas referentes a cada um dos anos, o leitor toma contato com a experiência do narrador, um migrante que tornou-se operário na cidade de São Paulo. As relações sociais da família do narrador, que é o grande grupo de referência no processo de rememoração, e também os valores, anseios e subjetividade de alguns de seus membros foram analisadas. Defendo que essa narrativa pode ser entendida como literatura de testemunho. Utilizei conceitos das ciências sociais, psicologia, história e teoria literária para interpretar a diversidade de temas que a narrativa levanta.

PALAVRAS-CHAVE: Roniwalter Jatobá. Família operária. Memória. Subjetividade. Testemunho.

Luta escrevendo! Ensina que luta! Deixa que a vida fale! Não a violento! Essas são algumas expressões com as quais o dramaturgo Bertold Brecht se dirige ao escritor proletário em suas “Teses para a literatura proletária”, escritas entre 1937 e 1941. Embora seja impossível que Bertolt Brecht tenha lido ou conhecido Roniwalter Jatobá, em alguns momentos de suas teses o dramaturgo parece se dirigir a ele. Brecht pensa que os burgueses não deixam a vida falar. No entanto, o escritor proletário pode fazê-lo (BRECHT, 1984). De certa forma, é isso que faz Roniwalter Jatobá, deixar a vida falar. Mais que isso, sua literatura dá visibilidade para o modo de vida e para a subjetividade dos operários. A investigação

* Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 ettoremedina@yahoo.com.br

que apresento se volta para a narrativa “O pano vermelho”, que faz parte do livro “Crônicas da vida operária”, publicado em 1978. Como em outras investigações que realizei sobre o escritor, interpreto a narrativa em questão como um exemplo de literatura de testemunho¹.

A narrativa “O Pano vermelho” é organizada em torno do esforço de um migrante nascido no estado da Bahia, e que se tornou operário na cidade de São Paulo, em rememorar sua vida e experiência. O processo de rememoração é apresentado na forma de notas sobre fatos ocorridos durante os anos de 1952 a 1976. Minha interpretação toma como momento chave a penúltima nota: “1975 – Fiz acordo na fábrica. Saí de lá. Abri esse bar que aqui se vê. Pequeno, freguesia pouca por enquanto, mas vai melhorar. Sei.” (JATOBÁ, 1980, p.34, grifo do autor). Trata-se de uma nota que mostra o narrador no tempo presente. O bar é o espaço onde ele se encontra enquanto lembra.

O ato de abrir um bar indica uma mudança significativa no modo de vida do narrador, que deixou de ser operário para ser dono de algo seu. Tenho por hipótese que essa mudança social não só motivou, mas também criou condições propícias para a rememoração. A mobilidade social, ou, nas palavras de Peter Berger, o movimento de um nível da sociedade para outro (BERGER, 1978) tem grande impacto na reinterpretação da própria vida. Além disso, a situação presente é um dos fatores que levam uma pessoa a rememorar, influenciando o desenrolar do processo de investigação do passado (HALBWACHS, 2006). Às condições propiciadas por sua nova posição social pode ser aproximada uma motivação pessoal. Diz o narrador na nota de 1976: “Fico nesse bar de noite a dia, de dia a noite, como se procurasse um arremediamento do ficar só.” (JATOBÁ, 1980, p.34). Rever os acontecimentos passados é uma forma de lidar com a própria solidão.

¹ O livro “Crônicas da vida operária” foi finalista do prêmio da editora cubana Casa das Américas na categoria Testemunho no ano de 1978. A premiação demonstra que Roniwalter Jatobá percebia afinidades entre a literatura de testemunho e sua própria produção literária, e demonstra também que o livro foi reconhecido como literatura de testemunho. O escritor que produz esse tipo de literatura transita entre o literário e o não literário (TOBÓN, 2010), ele tem um compromisso com os acontecimentos narrados. As produções literárias que têm afinidades com o universo do testemunho criam novas feições para as relações entre literatura e política e entre literatura e história, funcionando como um suporte onde a voz, a visão de mundo e a subjetividade de sujeitos que ocupam uma posição subalterna na sociedade podem ter visibilidade. Além disso, a literatura de testemunho visa dar uma forma narrativa para acontecimentos violentos. Tenho defendido em minhas investigações que Roniwalter Jatobá mobilizou sua produção literária para narrar experiências pessoais, experiências presenciadas e também experiências a ele contadas. Como migrante, morador do bairro de São Miguel Paulista e operário desqualificado da indústria Karmann-Ghia no ABC Paulista durante os anos 1970, ele tinha um grande conhecimento das situações vivenciadas por migrantes que se tornaram operários na cidade de São Paulo.

Como a memória é constituída de lembrança e esquecimento, tem significado não só o que é lembrado, mas também aquilo que é esquecido, ou que, no caso dessa narrativa, é apenas mencionado. Nas palavras de Peter Berger: “À medida que nos lembramos do passado, o reconstruímos de acordo com nossas ideias atuais sobre o que é e o que não é importante.” (BERGER, 1978, p.68). Já Maurice Halbwachs (2006) afirma que a formação da memória depende do relacionamento do indivíduo com seus grupos de convívio e grupos de referência. Exemplos são a classe social, o emprego, a família, entre outros possíveis. As ideias do sociólogo francês corroboram a importância do ato de abrir o bar como ação impulsionadora da rememoração, e contribuem para a compreensão de um aspecto importante da narrativa: a relação do narrador com a vida na fábrica. Ele conta que após chegar ao bairro de São Miguel Paulista, situado na zona leste da cidade de São Paulo, em 1953, foi trabalhar na grande fábrica de química². No entanto, em nenhum momento a vida na fábrica motiva lembranças³. As imagens do narrador como operário fabril não são mostradas ao leitor, foram suprimidas. Tal supressão leva a pensar que, para o narrador, nada há a dizer sobre a vida na fábrica, ou não se quer dizer nada.

A fábrica é um espaço onde prevalece a situação nomeada por Walter Benjamin como experiência de choque ou vivência. Na vida moderna, a experiência⁴ deixa de se submeter a uma ordem contínua e passa a se estruturar a

² A presença da fábrica Nitro Química em outras narrativas de Roniwalter Jatobá permite pensar que o narrador a ela se refere quando menciona a grande fábrica de química. A Nitro Química foi instalada no bairro de São Miguel Paulista nos 1930. Os empresários José Ermirio de Moraes e Celso Lafer, com ajuda generosa do governo Vargas, importaram mais de 18 mil toneladas de equipamentos e maquinarias dos Estados Unidos da América para São Miguel Paulista (FONTES, 2004). A fábrica era famosa pelo mau cheiro que causava no bairro de São Miguel Paulista e imediações, além do grande número de acidentes de trabalho e mortes decorrentes das condições de trabalho insalubres e perigosas. Investiguei esses temas no artigo “A presença da fábrica Nitro Química na literatura de Roniwalter Jatobá: memória, história e testemunho” (MEDINA, 2013).

³ Há duas passagens na narrativa que podem ser lidas como metáforas para a percepção do narrador sobre a vida na fábrica. A primeira faz parte da lembrança do ano de 1973: “Me ofertaram uma medalha pelos vinte anos de trabalho. Reinaldo brincou: “o que vale isso, pai?” Respondi: “num brinca com as coisas do governo!” Guardei a medalha num malote, outra dia, vi: enferrujara.” (JATOBÁ, 1980, p.34). No ano de 1974: “A profissional se esfiapava no passar do tempo, suada, seca, no bolso traseiro da calça.” (JATOBÁ, 1980, p.34) A medalha e a carteira profissional, dois símbolos que representam a continuidade da vida no trabalho, se desgastam e se desvalorizam com o passar do tempo.

⁴ Walter Benjamin (1994) entende que na modernidade a experiência passada de uma pessoa à outra – que foi a fonte a que recorreram os contadores de histórias, os narradores – está em declínio. A capacidade de intercambiar experiências comunicáveis é historicamente condicionada, e vem sofrendo um grande impacto com o desenvolvimento das forças produtivas. Benjamin menciona um dos efeitos que a Primeira Guerra Mundial teve nos combatentes: eles retornaram mudos do campo de batalhas, pobres em experiência comunicável. A pobreza de experiência também caracteriza o morador da grande cidade e o operário da fábrica. A fragmentação presente na estrutura de

partir das inúmeras interrupções que constituem o cotidiano (BENJAMIN, 1989; SELIGMANN-SILVA, 2006). Tais interrupções ocorrem por conta dos choques que afetam os sujeitos na grande cidade. A noção de vivência ou experiência de choque contribui para entendermos a inexistência de lembranças da vida na fábrica por parte do narrador. A dificuldade em lembrar, que é uma das consequências da noção benjaminiana em questão, é marcante na relação do narrador com seu passado. No entanto, o escritor vai além. A categoria vivência também influencia a estrutura da narrativa, cuja matéria é fragmentariamente organizada por meio de notas.

A sociedade industrial multiplica as horas mortas que apenas suportamos (BOSI, 2004), como é o caso das filas, burocracia, preenchimentos de formulários, dentre outras situações. São tempos vazios, não apresentam significação biográfica. “Desse tempo vazio a atenção foge como ave assustada.” (BOSI, 2004, p.24). O filósofo Walter Benjamin parte das ideias de Karl Marx e Sigmund Freud para demonstrar como as etapas do trabalho na fábrica acontecem de forma autônoma ao controle do trabalhador (BENJAMIN, 1989), o obrigando a seguir um ritmo que violenta seu corpo, seu sistema perceptivo e sua subjetividade. O rigor da norma e o ritmo acelerado do trabalho na fábrica podem acionar graves efeitos como o ofuscamento perceptivo e o embotamento da cognição e da simples observação do mundo (BOSI, 2004), fatores que interferem no conhecimento de si mesmo e do outro. São efeitos da alienação que levam ao esgarçamento da “substância memorativa” (BOSI, 2004, p.24) e trazem grandes prejuízos para a formação da identidade. A pessoa pode ter dificuldades em se reconhecer como um trabalhador que experimenta condições impostas e que são partilhadas por outros trabalhadores.

A presença da fábrica de química em outras narrativas de Roniwalter Jatobá nos ajuda a entender supressão das imagens da vida na fábrica na lembrança do narrador em “O pano vermelho”. Em minha investigação sobre aquelas obras percebi que o sofrimento dos trabalhadores e também os danos decorrentes do trabalho perigoso e insalubre em seus corpos e subjetividades foram de grande gravidade (MEDINA, 2013). A exposição aos gases tóxicos resultantes do processo produtivo era um tormento inevitável, fazendo do trabalho na fábrica de química uma atividade dolorosa, com a qual não era possível haver identificação. Os trabalhadores não queriam estar ali.

“O pano vermelho” denuncia a dificuldade do narrador em transformar os acontecimentos passados em experiência comunicável.

Na narrativa “O pano vermelho” as lembranças estão centradas na convivência com a família, que é o principal grupo de referência para a organização da rememoração do narrador. A disposição das situações e acontecimentos lembrados obedece uma ordem cronológica. No entanto, a evocação das situações e acontecimentos que constituem as lembranças acontece graças a um trabalho ao mesmo tempo subjetivo e afetivo. Assim forma literária, memória e motivação pessoal se entrelaçam.

A mudança geográfica é um fenômeno tão importante quanto a mudança social no que diz respeito à reinterpretação da vida pessoal (BERGER, 1978), uma vez que à mobilidade espacial está associada uma mobilidade afetiva (BOSI, 2004). Essas relações entre mudança geográfica e vida interior dão sustentação para a investigação de outro tema fundamental na narrativa, a migração. Ela é mencionada já na primeira nota, ano de 1952:

1952 – Na minha pele refletia a mocidade, quem via dizia: tão novo, burgo ainda. Tinha: um sonho de pai tão antigo como ele, que passou por toda aquela vida de sustento, vendo os filhos que nasciam no todo sempre em todo ano. E: mãe enrodilhada na cama no resguardo de filho novo, na mesma pequenez quanto as palavras dela, relutando, pra que ir tão longe? Eu: ali, sempre vendo aquela velhice que vinha no correr dos anos trazida quem sabe por quem, que ia entrando nas pessoas. Como ser tão parado no viver? Esperando pai morrer, mãe morrer, aqui, tudo miúdo, até a vida. (JATOBÁ, 1980, p.31-32, grifo do autor).

Na recordação do ano de 1952, inicialmente o narrador fala de si e de sua aparência na época, quando ainda era jovem. Em seguida, o grande tema dessa lembrança, o desejo de migrar, é mencionado. Migrar era um sonho de seu pai, tão antigo quanto ele, e com o qual o narrador se identifica, o incorporando como projeto. Dizer que o desejo de seu pai é tão antigo quanto o próprio pai é aproximar o sujeito de seu desejo. Lembrar-se do pai é lembrar sua vontade de viajar. Homem e desejo estão unidos na lembrança, de forma que um não existe sem o outro. Esse arranjo subjetivo organiza a lembrança do narrador e reforça a importância da viagem enquanto tema fundamental na constituição e compreensão de sua identidade. A ideia de uma possível viagem tem influência importante no relacionamento da família, sendo um motivo de desavença, como aparece na fala da mãe. A discordância da mãe em relação ao desejo de migrar partilhado por pai e filho indica uma fratura no modo de vida familiar.

A nota do ano de 1953 pode ser relacionada com a nota do ano anterior. Nela é contada a partida e a viagem do narrador e de outros migrantes em um caminhão coberto com uma lona. Há também a confirmação do desejo do pai em se mudar, sonho realizado pelo filho: “São Paulo: como nos velhos sonhos de pai.” (JATOBÁ, 1980, p.32). Os dois primeiros lugares de São Paulo mencionados pelo narrador são o bairro de São Miguel Paulista e a grande fábrica de química. Na folga próxima ao fim de seu primeiro ano como trabalhador o narrador volta até a Bahia e traz Adelina, que, em suas palavras, preenche “o vazio de uma mulher” (JATOBÁ, 1980, p.32).

Essas notas iniciais, às quais se soma a nota sobre o ano de 1954, apresentam os primeiros movimentos da construção da casa, além de mostrarem a formação da família do narrador. A casa foi feita nas folgas de fim de semana, em um terreno comprado no Jardim Helena, bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo: “No passar do ano fiz em oito domingos seguidos um quarto e uma cozinha, fiz moradia desse começo de casa.” (JATOBÁ, 1980, p.32). A casa autoconstruída é o espaço que simboliza o trabalho como atividade permeada de sentido, ocupando uma posição oposta ao espaço da fábrica. É um “espaço expressivo” (BOSI, 2004, p.25). A valorização da casa e de seu interior acontece como contraponto à face estranha e adversa exibida pela cidade, como se suas paredes criassem um mundo acolhedor que isola as pessoas “do mundo alienado e hostil de fora” (BOSI, 2004, p.25). Para o historiador Murilo Leal, a aquisição da casa própria tinha múltiplos significados para os migrantes que se tornaram moradores dos bairros de periferia nas décadas de 1950 e 1960:

[...] forma de obter segurança econômica, permitindo escapar do aluguel e morar a baixo custo, e forma de encaminhar um projeto de ascensão social, compondo um patrimônio e mesmo obtendo renda, alugando cômodos nos fundos das casas. Ao mesmo tempo, forma de reduzir o sentimento de insegurança existencial e conquistar referência duradoura para a construção de identidade individual e coletiva. (LEAL, 2011, p.98).

A casa e a possibilidade de morar estruturam nos planos material e simbólico a elaboração de um “projeto familiar de mobilidade social” (DURHAM, 2004, p.383) e formam uma referência necessária para enfrentar o confinamento no bairro, fenômeno enfrentado por muitas famílias que vivem na periferia. O investimento material e psíquico do narrador no imóvel autoconstruído, além de ser uma tática de enfrentamento à pobreza, faz da casa e do bairro os grandes

pontos de referência espacial para seu processo de rememoração. A interação das personagens com esses espaços e as mudanças neles vivenciadas são marcos para a compreensão do modo de vida e da subjetividade dessa família operária.

Exemplares nesse sentido são as outras lembranças que fazem parte da nota do ano de 1954: “Nas noites como uma roça, sapos cantavam longe na vargem do Tietê, Adelina, sempre dizendo, sinto saudade. Nasceu Reinaldo.” (JATOBÁ, 1980, p.32). Além de mostrarem o caráter pouco urbanizado do bairro Jardim Helena naquele momento, as lembranças inserem duas questões centrais para minha interpretação do conto. Uma delas é a não adaptação da personagem Adelina à vida na grande cidade, perceptível logo no primeiro registro de uma fala sua. A outra questão diz respeito às primeiras menções aos fenômenos de nascimento e morte, que serão constantes nas lembranças dos outros anos. Por sua recorrência, o nascimento e a morte dos filhos e parentes podem ser tomados como acontecimentos densos de “substância memorativa”, “[...] marcos em que os signos sociais se concentram apoiando a memória individual.” (BOSI, 2004, p.62-63). Esses importantes marcos da memória auxiliam o narrador em seu esforço de relembrar a própria existência em uma ordem cronológica.

As mortes⁵ mencionadas podem ser lidas como sinais do trabalho de luto realizado pelo narrador. Trabalho de luto no sentido proposto por Sigmund Freud: “O luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal, etc.” (FREUD, 2011, p.47). Uma a uma, as lembranças e expectativas que relacionavam o sujeito com a pessoa perdida serão psiquicamente trabalhadas, de forma que os vínculos sejam ressignificados e a vida possa seguir. Trata-se de um trabalho difícil, cuja duração varia de pessoa para pessoa. O processo de rememoração ajuda o narrador a lidar com acontecimentos que são excessivamente dolorosos. Através da rememoração, esses acontecimentos são organizados em uma forma narrativa, ação que permite compreendê-los em uma chave que envolve causa e efeito. A disposição das mortes vivenciadas em uma narrativa cria um limite simbólico

⁵ Situações de morte e nascimento na narrativa: Em 1954, nasce Reinaldo, o primeiro filho. Em 1955, o não nascimento de João Batista quase leva Adelina ao falecimento. O pai do narrador morre afogado ao tentar retirar um bezerro do rio Bananeiras. O bezerro era de Gercílio Batista, personagem que representa o coronel com seu poder de mando e está presente em outras narrativas de Ronivalter Jatobá. Esta morte violenta e sem sentido reforça o caráter precário da vida na Bahia, e contribui para o entendimento do desejo de migrar do pai, que foi incorporado pelo filho. Em 1956, nasce o filho Getúlio Vargas, em 1957, Maria Aparecida. No começo de 1960, nasceu Roberto. A mãe do narrador morre no ano de 1964 e Adelina, em 1969. Outras mortes serão discutidas na interpretação da narrativa.

para a dor sentida e possibilita sua elaboração. Trata-se de um ato que proporciona o autoconhecimento e a saúde mental.

A maior parte das mortes lembradas pelo narrador tem relação com a pobreza⁶ vivenciada por sua família, situação que se faz perceber nas más condições de vida oferecidas pela urbanização precária do bairro de periferia onde vivem. A pobreza expõe as pessoas ao perigo de morte e também interfere no projeto familiar, como pode ser notado no acidente que Adelina sofreu no ano de 1960. Ela escorregou enquanto carregava um balde cheio de água que pegara no poço. Grávida, perde o menino e quase morre.

A pobreza também é visível no papel que as mercadorias cumprem na narrativa, funcionando como elementos organizadores da rememoração. A única lembrança do ano de 1961 é a aquisição de uma bicicleta. Em 1962, com menos de nove anos de idade, Reinaldo começa a trabalhar engraxando sapatos em um ponto da estação de trem. O narrador diz que no fim desse ano, com sacrifício, compraram uma televisão. As aquisições da bicicleta e da televisão são lembradas como momentos importantes, pois remetem à luta pela melhoria das condições de existência e à luta contra a pobreza. As mercadorias em questão estão enlaçadas a “uma experiência vivida” (BOSI, 2004, p.26) e significativa, o que faz delas exemplos daquilo que Ecléa Bosi conceitua como objetos biográficos.

A meu ver, a presença da televisão na narrativa é uma metáfora no sentido pensado por Tânia Pellegrini, ou seja, símbolo de um período de profundas transformações na vida cultural brasileira, um dado visível de nossa modernização (PELLEGRINI, 1999). Remeto aqui ao caráter anômalo e descontraído da modernidade na América Latina e no Brasil. A noção de modernidade está associada à racionalização da vida trazida pelo capitalismo, ou que deveria ser por ele trazida. Para José de Souza Martins, a modernidade “[...] é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar.” (MARTINS, 2000a, p.20). Ainda segundo o sociólogo:

O que se propõe à vida de todos os dias do homem contemporâneo não é essa racionalidade ilimitada, mas seus problemas, sua inconclusividade, suas dificuldades. O homem comum tem de descobrir e inventar caminhos para superá-las. A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e

⁶ Walter Benjamin (1994) entende a experiência econômica da inflação como uma das mais radicalmente desmoralizadas experiências já vistas. Através das reflexões do filósofo é possível traçar uma aproximação entre a pobreza econômica do narrador e sua dificuldade em narrar.

se dissemina, sobretudo sobre a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional de outro. (MARTINS, 2000a, p.21-22).

A aquisição da televisão sinaliza a presença da modernidade na vida do narrador, condição social que traz a catástrofe e a desagregação familiar. A relação entre modernização da vida e catástrofe aparece na lembrança da morte do filho Getúlio, atropelado na primeira rua asfaltada do bairro no ano de 1965, vítima de um carro que desaparece sem prestar satisfação nem auxílio.

A modernidade e o capitalismo criam novas necessidades de consumo ao inserirem as pessoas em um universo de desejos que tem a mercadoria como centralidade. Na lembrança do ano de 1970, esse efeito perverso se mostra como motivo de desacordo na família. “Maria Aparecida chorava sempre no negar das coisas que nunca, ninguém aqui, podia nem ter. Pedia que ela esperasse, se botasse mais moça, até poder trabalhar. Num dia não amanheceu em casa. Sumiu em sua sina.” (JATOBÁ, 1980, p.34). A postura de Maria Aparecida vai à contramão da postura de Reinaldo, o filho mais velho. Ele, ao ir trabalhar como engraxate, aceitou o projeto familiar de mobilidade social. Como dito, a televisão é comprada justamente no ano em que o menino começa a trabalhar. A postura de Maria Aparecida indica uma negação do projeto familiar, havendo um conflito de valores sociais aqui. Discordando das palavras do pai que a convidam a ter paciência, esperando a idade na qual poderia trabalhar e ter dinheiro para consumir, ela decide ir embora. A família é rejeitada por ser percebida como local da pobreza e da estagnação. Agindo assim, a filha rompe os “laços e lealdades familiares” (VELHO, 1994a, p.47), instaurando para si outro projeto de vida.

O descontentamento com a situação experimentada pela família também é partilhado por Adelina, cuja forte sensação de estranheza em relação à própria existência se manifesta em seu sonho no ano de 1963: “Adelina acorda numa noite, soltando gritos pela escuridão, sonhando num presságio triste, como se mil homens lhe estivessem estrangulando, amedronta a casa inteira e ela pare, morto e minguado, um ente, nem homem nem mulher, de três meses.” (JATOBÁ, 1980, p.33) Em sua investigação sobre os sonhos de moradores da cidade de São Paulo, José de Souza Martins parte da suposição de que eles “[...] são documentos sobre o estado do relacionamento social entre nós e nós mesmos.” (MARTINS, 2000b, p.66). Para o sociólogo, os sonhos não seriam repetições

deformadas do que ocorre na vigília, mas sim “[...] resíduos insubmissos da racionalidade e do poder dela que, ao invadirem a vida cotidiana, reduzem a imaginação ao imaginário, a criação à submissão, a coragem ao medo.” (MARTINS, 2000b, p.66). Haveria, assim, uma relação de tensão entre o material noturno e a vida diurna, onde o primeiro põe diante dos olhos e consciência do sonhador a falta de sentido, a opressão e a arbitrariedade daquela.

Através das poucas informações dadas pelo narrador, lemos que em certa noite Adelina acorda gritando e assusta os moradores da casa. O despertar brusco de Adelina e o pavor sentido por ela levaram o narrador a pensar na imagem de mil homens que a estrangulavam, como se algo estranho e muito hostil afetasse a mulher. A situação tem proximidade com características dos sonhos de moradores da cidade de São Paulo investigados por José de Souza Martins, pois, como ele diz, muitos sonhos são marcados pela presença do estranho. “*Quase todos os sonhos têm implícito um conceito de estranho e de um estranho* que representa perigo e ameaça para o sonhador.” (MARTINS, 2000b, p.74, grifo do autor). O estranho – que se manifesta com tamanha força a ponto de fazer a mulher acordar gritando – é o outro imaginado. No caso de Adelina, penso que esse outro é constituído pelo modo de vida da grande cidade e pelas relações sociais que ele impõe à sua família.

O sonho de Adelina remete ao tema de sua não adaptação à vida na grande cidade, um problema que se aprofunda com o passar dos anos, como pode ser notado em duas falas da personagem que são lembradas pelo narrador. No ano de 1966, entristecida, Adelina andava pelas tardes de domingo, comparando: “[...] miséria aqui, miséria lá, aqui é cativoiro.” (JATOBÁ, 1980, p.33). Em 1967, ao receber a notícia da morte de sua mãe, Adelina se põe em luto, sempre dizendo “[...] que sua sina era viver nesse cativoiro.” (JATOBÁ, 1980, p.33). São momentos em que Adelina percebe a si mesma, interpreta sua vida. A comparação entre a miséria da vida anterior à viagem para São Paulo e a miséria da vida atual demonstra a insatisfação com o presente, explicitada pela palavra cativoiro. Esta conota um sentimento de falta de liberdade, de prisão, encarceramento. A palavra cativoiro também está presente na fala de 1967, sendo associada à ideia de sina, palavra que tem proximidades com a noção de destino. Sina e destino são palavras que remetem à falta de controle sobre a própria existência, como se essa sofresse a ação de forças e fatores externos (VELHO, 1994b) mais poderosos que a capacidade de entendimento da pessoa. Ao não conseguir entender que as condições sociais e históricas são os fatores que criam dificuldades, impõem

limitações e fazem de sua vida algo sem sentido, estranho e alienado, Adelina se vale da ideia de sina para caracterizar sua infelicidade.

Mesmo a imagem persecutória com que o narrador traduz a reação de Adelina ao sonho dialoga com o campo de significados da palavra cativo. Se a impressão do narrador sobre o pavor de Adelina estiver correta, o sonho pavoroso deve ser entendido como uma elaboração onírica do sentimento de estar presa, sentimento decorrente de uma vida desenraizada e estranha. Em outras palavras, é como se Adelina percebesse que as relações sociais que acontecem no espaço da rua e da cidade – sentidas pela mulher como algo perigoso, despersonalizado e sem sentido – a cercassem de todos os lados, podendo alcançá-la a qualquer instante. Como nos diz o narrador em sua lembrança do ano de 1963, o sonho de Adelina era também um “presságio triste”, expressão que pode ser lida como uma referência à violência policial sofrida pelo casal no ano de 1968: “Vieram uns soldados. Bateram na porta, abri. iam me levar. Adelina me segurou, um soldado bateu nela com o fuzil. Ela me soltou. Voltei, solto, era engano, mas por meses não olhei frente à frente nos olhos baixos de Adelina.” (JATOBÁ, 1980, p.33).

O narrador fala do ponto de vista daquele que foi vítima da ação autoritária e do poder dos soldados, e também do ponto de vista de quem presenciou a violência contra sua esposa. Após sofrer a violência do soldado, Adelina tem uma confirmação da sensação de desenraizamento que a perseguiu durante anos. O golpe faz a falta de “fidedignidade do mundo social” se mostrar como um dado irreduzível, havendo um colapso em sua já frágil sensação de “autosegurança” (HONNETH, 2009, p.216). Com a violência sofrida, Adelina perde a confiança em si mesma e em seu mundo social. Seus olhos baixos são o sintoma do mal estar e do trauma que a afetam. O golpe de fuzil sofrido por Adelina também rebaixa o valor próprio do casal. A sensação de impotência diante de sujeitos mais fortes abala a dignidade e a honra do narrador, colocando à prova os aspectos de sua identidade constituídos pelo papel de responsável pela casa e pelo papel de marido. Humilhado, por meses não conseguirá olhar nos olhos de Adelina.

Essa passagem da narrativa exemplifica o impacto da ditadura civil-militar na vida cotidiana de trabalhadores e moradores da periferia. Trata-se de um momento no qual a obra literária realiza um diálogo crítico com a história do país, dando visibilidade ao sofrimento de pessoas que vivenciaram a violência de Estado. Não por acaso a agressão aconteceu em 1968, um ano emblemático quanto ao endurecimento do regime militar, que “[...] seguia cada vez mais o

curso de uma ditadura brutal.” (FAUSTO, 1999, p.480). Infelizmente, a situação vivida pelo narrador e por Adelina se repete no Brasil contemporâneo, com matizes mais brutais⁷.

A última nota da narrativa situa o narrador em seu momento presente. Ele reafirma o vínculo com a família e demonstra ser alguém que vê possibilidades na continuidade da vida: “Rita, mulher de Reinaldo, quem imaginava aquele corpo fraco, se tornou mãe, esperança deste corpo, sonho novamente começado em fim de vida. Vem pena de Reinaldo: esperançoso ele. Dou fé.” (JATOBÁ, 1980, p.34). Vê na gravidez de Rita um prolongamento de sua própria existência, como se um sonho seu fosse recomeçado pelo casal. Tem fé na situação do filho, partilha de sua esperança. Fé, na maneira pensada por Erich Fromm. Não como uma forma fraca de crença ou conhecimento, e nem aquela fé nisto ou naquilo. A fé sentida pelo narrador é confiança, é expressão da convicção de uma possibilidade real. “A fé, como a esperança, não é a previsão do futuro, é a visão do presente num estado de gravidez.” (FROMM, 1981, p.30). A percepção da mudança experimentada em sua própria vida faz com que o narrador tenha fé na possível mudança trazida pela chegada de uma criança. Ele anseia, está aberto para um futuro melhor.

O narrador tornou-se alguém experiente, que conseguiu superar à sua maneira a pobreza, as mortes e a violência policial vivenciadas. A rememoração foi o modo encontrado para compreender sua própria formação, no sentido de *Bildung*: “[...] o processo pelo qual uma pessoa torna-se gradualmente aquilo que é, em conflito com o mundo exterior.” (PORTELLI, 2010b, p.169). Essa formação, que foi recuperada através do processo de rememoração, testemunha uma perspectiva da luta de classes que não se faz nas greves ou nos sindicatos,

⁷ Os policiais militares responsáveis pelo desaparecimento, tortura e morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza atualizaram a violência de Estado que foi recorrente na ditadura civil-militar brasileira. O trabalhador foi levado por policiais para a sede da Unidade de Polícia Pacificadora situada na favela da Rocinha, cidade do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 2013. Lá, foi brutalmente interrogado e torturado por policiais militares. Faleceu durante a tortura. O caso Amarildo ganhou repercussão nacional e internacional, tornando-se símbolo dos inúmeros casos da violência policial e de Estado sofridas por populações pobres nos últimos anos. Trata-se de um mecanismo de repetição da violência acontecida durante a ditadura civil-militar, e remete à temática clássica que afirma que as sociedades estão destinadas a “[...] repetir o que são incapazes de elaborar.” (TELES; SAFATLE, 2010, p.9). Pensando a partir de uma perspectiva que aproxima psicanálise e história, podemos dizer que aquilo que é expulso do simbólico retorna no real. A violência policial contemporânea está fortemente relacionada à necessidade de julgamento das ações violentas cometidas pelas forças armadas no período da ditadura civil-militar. A recusa do Estado em investigar e punir aquelas ações violentas contribui para sua repetição no presente. Ao inserir a violência de Estado realizada pelas forças armadas em sua narrativa, Roniwalter Jatobá colabora com a elaboração de nosso passado violento, dando visibilidade e voz para as vítimas.

“[...] mas na luta diária contra a morte.” (PORTELLI, 2010a, p.104). Nessa situação, sobreviver é, em si, resistir.

WORKING FAMILY, MEMORY AND SUBJECTIVITY IN A NARRATIVE OF RONIWALTER JATOBÁ

ABSTRACT: *This article investigates the narrative “The red cloth”, published in 1978 by Roniwalter Jatobá. The research emphasis is on the narrator’s process of remembering. He review 25 years of his life, a period of time that begins in 1952 and ends in 1976. Through the process of remembering, which is presented in the form of notes for each of the years, the reader comes in contact with the experience of the narrator, a migrant who became worker in the city of São Paulo. The social relations of the narrator’s family, that it is the great reference group in the process of remembering, and the values, desires and subjectivity of some of its members were analyzed. I argue that this narrative can be understood as a literature of testimony. I used concepts from the social sciences, psychology, history and literary theory to interpret the diversity of themes that the narrative raises.*

KEYWORDS: *Roniwalter Jatobá. Working family. Memory. Subjectivity. Testimony.*

REFERÊNCIAS

BERGER, P. Excurso: alternância e biografia (Ou: como adquirir um passado pré-fabricado). In: _____. **Perspectivas sociológicas:** uma visão humanística. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1978. p.65-77.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política.** 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197-221.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.103-150.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. 2.ed. Cotia: Ateliê, 2004.

BRECHT, B. Tesis para la literatura operaria. In: _____. **El compromiso en literatura y arte.** 2.ed. Barcelona: Península, 1984. p.276-277

- DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: _____. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.377-407.
- FAUSTO, B. **A história do Brasil**. 7.ed. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FONTES, P. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Org.). **Culturas de classe**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. p.363-402.
- FREUD, S. **Luto e melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- FROMM, E. **A revolução da esperança**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HONNETH, A. **A luta por reconhecimento**. 2.ed. São Paulo: 34, 2009.
- JATOBÁ, R. O pano vermelho. In: _____. **Crônicas da vida operária**. 3.ed. São Paulo: Global, 1980. p.31-34.
- LEAL, M. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.
- MARTINS, J. S. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000a. p.17-54.
- _____. A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In: _____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000b. p.65-92.
- MEDINA, E. D. A presença da fábrica Nitro Química na literatura de Roniwalter Jatobá: memória, história e testemunho. **História & luta de classes**, Marechal Cândido Rondon, v.15, p.42-47, 2013.
- PELLEGRINI, T. **A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- PORTELLI, A. Éramos pobres, mas... narrar a pobreza na cultura apalachiana. In: _____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010a. p.91-109.
- _____. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador. In: _____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010b. p.159-183.

SELIGMANN-SILVA, M. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____. **História, memória, literatura:** o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. p.45-58.

TELES, E.; SAFATLE, V. Apresentação. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010. p.9-12.

TOBÓN, N. La realidad y la ficción del testimonio. In: FRANCO, N.; NIETO, P.; RINCÓN, O. (Org.). **Tácticas y estrategias para contar.** Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2010. p.43-65.

VELHO, G. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. **Projeto e metamorfose.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994a. p.31-48.

_____. Destino e violência. In: _____. **Projeto e metamorfose.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994b. p.114-131.

OS ALICERCES DA CIDADANIA EM KANT E RAWLS¹

Eduardo SEINO*

RESUMO: Este trabalho analisa as concepções de cidadania presentes em Kant e em John Rawls. O objetivo é compreender como a ideia de cidadania integra seus respectivos diagnósticos sociais e se associa a outros elementos em seus arranjos teóricos. Para isso, procurou-se entender a cidadania no plano da ação prática, isto é, o que se pressupõe ao cidadão como direitos e atitudes desejáveis no âmbito da comunidade política. Como conclusão, discutimos o pensamento dos autores sobre as bases da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Kant. Rawls.

Introdução

Em nenhum dos dois autores selecionados parece possível discutir a figura do cidadão e a potencialidade da cidadania sem antes reconstruir, em alguma medida, alguns conceitos centrais para a teoria de cada um². Tampouco seria possível este intento sem uma pequena observação dos contextos aos quais estão inseridos, sobretudo porque são distanciados por dois séculos e isto evidentemente tem reflexos sobre as perguntas feitas e as respostas alcançadas. Desse modo,

* Bolsista CAPES. Mestrando em Ciência Política. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciência Política. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – eduardo-seino@yahoo.com.br

¹ Uma versão preliminar desse trabalho foi entregue à disciplina “Modalidades do Pensamento Político Clássico e Moderno: Hermenêuticas contemporâneas” ministradas pelos professores Patricio Tierno (USP) e Miguel Rossi (UBA) no DCP – USP.

² Todos sabemos que Kant e Rawls são dois gigantes da filosofia política, fato evidenciado pela influência e amplitude de suas obras. Desse modo, tentamos resgatar os elementos que nos pareceram de fato essenciais às questões levantadas nesse pequeno trabalho.

a aproximação de Kant e Rawls precisa ser precedida de um lembrete tão óbvio quanto indispensável. A sociedade do século XVIII em que Kant está situado e, por consequência, com a qual ele dialoga é diferente da sociedade do século XX de que Rawls faz parte.

O embate de Kant está no cerne do espírito da modernidade onde a ética se separa da religião, bem como a política da ética (ROSSI, 2000). Não se tratam apenas de fatos e consequências, caminhos e descontinuidades, mas de transformações no espírito humano que vão redirecionar a moral e a política. A reverberação do pensamento renascentista-humanista (antropocentrismo), que assume tom maior no Iluminismo, equaciona a valorização do homem como ser eminentemente racional. O apogeu da convicção nas potencialidades humanas – defendidas no processo histórico pela burguesia – aponta que aquilo que compete a esse mundo deve ser explicado pela ordem mundana e não há força divina que sobreponha a razão do homem, assim dar sentido ao mundo é tarefa não mais de entidades divinas, pois o sacro se enfraquece diante do “ousar saber”. O aspecto mais importante da queda de um referencial único é entender que compreender o mundo passa a ser uma responsabilidade do homem e, assim sendo, cada indivíduo ou grupo pode atribuir um significado e uma concepção ao mundo segundo seus juízos de valor.

Este é o processo que Kant vivencia e até mesmo propõe para uma época de esclarecimento, quer dizer, um busca de autonomia do homem em favor de sua **maioridade** pensada enquanto forma de vida livre de imposições absolutas, de prerrogativas hereditárias e de privilégios inatos. Enfim, uma vida que contrapusesse a estática sociedade medieval e garantisse dinamismo na hierarquia social e um modo de viver conduzido pela ação moral intrínseca a cada um (ROSSI, 2006). Para Kant, o elemento mais forte dessa proposta se intitula **liberdade** e é inerente a ela fazer **uso público** da razão. “Mas por uso público da sua própria razão entendo aquele que qualquer homem pode fazer dela, enquanto sábio, diante de todo público letrado³.” (KANT, 1970, p.55, tradução nossa).

O século em que Rawls está inserido provou o gosto amargo de toda a expectativa em torno do progresso onde a crença da vida plena se esfacelou. O espírito da verdade científica que trazia consigo promessas de perfeição teve que encarar a dura realidade das debilidades humanas. O processo de individualização enfraquece a sociedade e verifica-se um crescente sintoma de aversão entre os indivíduos; os grandes progressos materiais que proporcionariam por ora

³ Todas as referências a esta obra serão traduzidas.

uma vida prazerosa promovem a destruição em massa; a racionalidade que havia dominado o violento reino natural passa a ser a irracionalidade que promove a violência; por fim, a liberdade entra em crise dando lugar aos totalitarismos. O interessante do último fenômeno é como o poder da palavra proferida por figuras de lideranças heroicas e salvadoras foi incorporado pelos indivíduos, melhor dizendo, como essas palavras arraigadas de concepções valorativas puderam ordenar o mundo de grupos que se depararam com o caos e com a desilusão.

Tempos distintos, mas que parecem erguer questões semelhantes: como é possível manter uma sociedade justa e estável num mundo dividido pelas pluralidades? E como é possível estabelecer critérios de justiça onde as paixões são diversas?

Da cidadania em Kant

Num quadro em que as leis divinas não mais governam o mundo terreno, os homens se encontram em estado de natureza permeados das mais variadas vontades. Como não poderia ser diferente, estas vontades interagem devido à relação de uns com os outros e distantes de qualquer limitação estariam sujeitas a um estado de guerra sem fim ou a uma dominação arbitrária de algum grupo. Para Kant, é a partir daí que a sociabilidade tem sentido moral e a justificação do mundo deve ser proveniente da razão, pois o seu objetivo fundamental é equacionar esta situação a partir do ingresso a um estado civil, o qual não é senão um dever oriundo da necessidade de limitação das vontades por uma lei pública externa. Nesse sentido, as pessoas são motivadas moralmente à preferência pelo estado civil ao de natureza⁴. Assim, a liberdade política é reconhecida pelo direito constitucional, que diz o que pode ou não ser feito. Mais do que isso, a constituição civil não só regula como une as vontades em uma vontade geral, se mostra como um fim em si mesmo e institui o **contrato originário**. O contrato é independente de um legado histórico, pois não precisa ser visto como registro de um fato que ocorreu em algum momento da história e, portanto, apreendido da experiência. Antes disso, enquanto essência do Estado de direito, o contrato tem a razão como o elemento que o produz efetivamente.

O Estado civil ou o Estado de Direito kantiano, protetor dos bens e da autonomia de cada homem, se baseia em três princípios *a priori*: 1) A **liberdade** de cada membro da sociedade, como homem; 2) A **igualdade** de cada membro

⁴ Ver Rouanet (2013).

como qualquer outro, como súdito; 3) A **independência** de cada membro de uma comunidade, como cidadão (KANT, 1970).

Embora os princípios de liberdade e de igualdade sejam direcionados, respectivamente, às categorias de homem e súdito, podemos dizer que todos são princípios constitutivos da cidadania, uma vez que o princípio da liberdade é a manifestação da capacidade de escolha do cidadão acerca da sua própria noção de felicidade e, sobretudo, do impedimento para qualquer um impor a sua concepção de bem estar aos outros. Por sua vez, a igualdade se fundamenta na ideia de que a lei do Estado é a mesma para todos e todos os cidadãos têm o direito a se regularem reciprocamente.

De fato, o terceiro princípio é o que nos chama mais a atenção. Quem é o cidadão de Kant e o que é indispensável a ele? O cidadão é aquele que na legislação tem o seu direito ao voto garantido. Este é o cidadão do Estado. Porém, a cidadania política não se constitui como um direito categórico concedido ao membro da comunidade por ser justamente membro desta comunidade, senão como dependente de um critério de avaliação de competência e qualificação que habilita o cidadão a exercer determinadas funções. São dois os critérios eleitos por Kant: o primeiro está ligado a uma ordem “natural”, mulheres e crianças não podem votar; o segundo assim se define:

[...] que o homem seja o seu próprio senhor (*sui iuris*), portanto que tenha alguma *propriedade* (que pode incluir qualquer habilidade, ofício, talento artístico ou ciência) que o mantenha. Nos casos em que é outro que lhe permite ganhar a vida, deve ganhá-la somente por alienação do que é seu*, e não consentindo que façam uso de suas forças e, portanto, é necessário que não esteja a serviço (no sentido próprio da palavra) de nenhum outro que não seja a comunidade. (KANT, 1970, p.78, grifo do autor).

Diante deste critério é preciso analisar a sua ideia **ampla** de propriedade. Antes disso cabe uma ressalva feita numa nota de rodapé marcada pelo asterisco. Nesta Kant pretende esclarecer a diferença entre o mero prestador de serviços e aqueles que possuem uma habilidade suficiente para alçá-los ao *status* de cidadão. No entanto, temos uma imprecisão ao final da nota: “Confesso que é difícil determinar os requisitos para poder requerer a condição de homem que é seu próprio senhor.” (KANT, 1970, p.78).

Ora, esta é uma dúvida que coloca um problema na definição de Kant. O critério em si, pela margem de subjetividade que abre, já lança muitas compli-

cações. Está claro que a propriedade não se refere às posses ou bens materiais, mas para avançar sobre essa pendência é preciso relacionar a definição ampla de **propriedade** kantiana com o seu ideal de **maioridade**. Existe uma inclinação de Kant a entender que aquilo que faz o homem ter propriedades é a sua própria capacidade inventiva de elaboração, composição, fabricação e afloramento das suas potencialidades sem direção de outro indivíduo. Ou seja, retoma-se exatamente a sua preocupação com a retirada do homem de seu estado de **menoridade**, do qual, vale lembrar, só ele mesmo é culpado. Desse modo, Kant aponta para um critério qualitativo⁵ visando um rompimento com a condição servil e as relações de obediência vigentes na sociedade estamental.

Se quisermos esquematizar a ligação entre essas ideias, poderíamos inferir que a cidadania política carrega em si o valor da **maioridade**, princípio máximo do esclarecimento que só os corajosos, aqueles que ousam saber e, portanto, dignos do voto, conseguiriam atingir.

CIDADANIA → PROPRIEDADE → MAIORIDADE → ESCLARECIMENTO

Embora os teóricos modernos atentem para um fator importante, qual seja a sempre necessária educação como meio de qualificação das escolhas – mesmo que este assunto da qualificação possa ser alvo de críticas e de longas discussões – o problema ainda reside no difícil estabelecimento de critério para dizer que uma escolha é qualificada, consciente ou manipulável e equivocada. No caso de Kant, além de este argumento ser questionável do ponto de vista da aversão a uma cidadania inclusiva, ainda persiste o desabafo final sobre a dificuldade de estabelecer objetivamente a definição do homem enquanto “senhor de si mesmo”.

Para além disso, precisamos investigar se a cidadania kantiana está restrita ao voto, isto é, se não seria possível nenhum outro tipo de manifestação das vontades que, de alguma forma, influencie na constituição da lei pública. Como já

⁵ Esta visão da cidadania dependente de competência não é uma exclusividade em Kant. Podemos encontrar critério semelhante entre vários outros teóricos políticos modernos. Em Rousseau (2006) (1712-1778), no *Contrato Social*, apesar de afirmar que a formação inicial da politeia deve contar com o consentimento de todos, não via problema que as leis fossem executadas por uma minoria (de nobres), assim como os cargos administrativos e a participação restrita na criação das leis. Em Locke (1963) (1632-1704), no *Segundo Tratado sobre o Governo*, tal como Rousseau, a cidadania não estava estabelecida pela simples afiliação ao *demos*, mas dependente de uma série de juízos quanto às qualificações relativas e necessárias para a participação. Como último exemplo, em Stuart Mill (1964) (1806-1873), nas *Considerações sobre o governo representativo*, a chamada educação da inteligência e dos interesses bem reconhecidos revela nitidamente uma cidadania dependente da competência, de modo que este princípio sobrepõe-se ao princípio categórico e somente os qualificados devem ter direitos políticos.

explicitado, Kant parte da existência imprescindível do Direito público enquanto meio de ingresso na condição civil. Através dele são reguladas as interações inerentes às pessoas que convivem e, por conseguinte, as suas vontades particulares que estão constantemente em contato e potencialmente em atrito. Porém, a constituição não se restringe a **regular**, senão também a **unir**, porque congrega as vontades em uma vontade geral e obriga o legislador a formular as leis de acordo com tal vontade. É desta união que se faz possível uma comunidade legitimada pelo que Kant nomeia contrato originário e também é esta “[...] a pedra de toque da legitimidade de toda lei pública.” (KANT, 1970, p.79).

Todavia, nos perguntávamos sobre alguma outra ação política possível e permitida sob a constituição civil. Ao se contrapor a Hobbes acerca dos direitos imprescindíveis do povo, Kant pondera:

O súdito que não está em rebelião tem que poder assumir que seu soberano não quer ser injusto com ele. Por conseguinte, cada membro tem seus direitos inalienáveis, aos quais não pode renunciar ainda que quisesse, e acerca dos quais ele mesmo está habilitado a julgar, e como por outro lado a injustiça da qual, segundo sua opinião, é vítima não pode, nessa hipótese, se produzir senão por erro ou por ignorância por parte do poder soberano de certos efeitos das leis, é necessário conceder ao cidadão, e isto com permissão do soberano mesmo, a habilidade de tornar pública sua opinião acerca do que nas disposições desse soberano lhe parece ser uma injustiça para com a comunidade. Pois admitir que o soberano não pode se equivocar ou ignorar alguma coisa seria apresentá-lo como um ser agraciado com inspirações divinas e superior à humanidade. Assim, a *liberdade de escrever* é a única proteção dos direitos do povo, mantida nos limites do respeito e do amor pela constituição em que se vive, a qual deve por si criar um modo de pensar liberal entre os súditos. (KANT, 1970, p.84-85, grifo do autor).

Esta possibilidade concedida também à ação cidadã garante que o soberano não entre em contradição consigo mesmo. O espírito de liberdade, manifestado pela “liberdade de escrever”, significa um recurso da própria justiça para reparação de um equívoco e possui um caráter consultivo colocado à aprovação do soberano para que o governo adquira os conhecimentos que favoreçam sua própria intenção. Não deixa de ser, de qualquer modo, uma iniciativa da cidadania. Uma brecha que se abre diante da relação entre obediência e o espírito de liberdade.

Em toda comunidade tem que existir uma obediência abaixo do mecanismo da constituição política, mas ao mesmo tempo um *espírito de liberdade*, posto que cada homem aspire a ser convencido pela razão de que essa coação é conforme ao direito, caso contrário cairia em contradição consigo mesmo. (KANT, 1970, p.85, grifo do autor).

Da cidadania em Rawls

Rawls assume um diagnóstico similar ao de Kant acerca da multiplicidade de vontades e visões de mundo presentes na sociedade através da pressuposição de uma grande variedade de, nos termos do autor, “doutrinas abrangentes, razoáveis e incompatíveis”. Isso significa que, num contexto de imensa pluralidade, é complexo estabelecer condições de convivência pacífica entre os homens de modo a gerar laços sociais. Ou seja, os desafios modernos da ordem e da estabilidade permanecem e se estendem à contemporaneidade.

Em Kant, a resposta principal está na elaboração de um sistema jurídico fundante e garantidor dos princípios de um Estado civil, o qual, por sua vez, age de forma transformadora na moralidade porque introjeta valores que acostumam o homem ao caminho da razão. Já para os propósitos do liberalismo político rawlsiano, só existiriam problemas com estas doutrinas abrangentes se elas colidissem com os princípios fundamentais de um regime democrático. Isto evitado, a sua preocupação mais complexa está direcionada à formulação de “[...] uma concepção de justiça política para um regime democrático constitucional [...]” que o **pluralismo razoável** endossaria (RAWLS, 2000, p.26).

Em outras palavras, o objetivo do liberalismo político gira em torno desta busca de condições para atingir uma **justificação pública razoável** em tudo aquilo que se refere às questões políticas⁶. Para tanto, deve haver uma separação clara entre a razão pública e as diversas outras não-públicas⁷ a fim de garantir a imparcialidade em relação às doutrinas abrangentes e razoáveis. Nesse sentido, Rawls destaca a especificidade do liberalismo político – diferentemente do liberalismo abrangente ao qual vincula Kant – ao se distanciar de imperativos morais

⁶ Como nota Araujo (2002), a ênfase do novo contratualismo de Rawls são as questões de justiça e não as de legitimidade, uma vez que a segunda, para a efetividade de um processo democrático, é dependente da primeira.

⁷ As razões não-públicas são fundamentos de grupos específicos (igrejas, universidades, grupos profissionais) e não podem ser generalizadas para toda a sociedade. Ver Rawls (2000), Conferência VI, §3.

que possam interferir nas condições de vida da sociedade ditando o modo pelo qual se deve agir.

Na base da justificação pública estão questões de consentimento sobre a justiça como, por exemplo, a tolerância religiosa que não mais admite perseguições e o repúdio à escravidão.

Tais concepções são pontos de referência provisórios, que, ao que parece, toda concepção razoável deve levar em conta. Nosso ponto de partida é, então, a noção da própria cultura pública como fundo comum de ideias e princípios básicos implicitamente reconhecidos. (RAWLS, 2000, p.50).

Quando esta razão pública e compartilhada se expressa, então está alcançado o objetivo prático da **justiça como equidade** advinda de “[...] um acordo político racional, bem-informado e voluntário.” (RAWLS, 2000, p.52). Mais do que isso, a concepção de justiça, arraigada de princípios e valores, é estritamente política e independente de visões metafísicas. Dessa forma, os cidadãos conseguem se projetar ao debate público sem recorrer às suas visões abrangentes. Com isso, podemos dizer que o ponto mais delicado e determinante está na conquista do **consenso sobreposto**. Como para Rawls é evidente que os cidadãos não serão adeptos das mesmas doutrinas abrangentes e morais, por conseguinte, em maior ou menor medida, sempre irão existir divisões, porém estas não devem ser necessariamente traduzidas em conflito. Para que isto não ocorra e a sociedade possa se manter justa e estável é essencial a conquista de apoio de um consenso político sobre questões fundamentais da vida pública que abarquem as doutrinas abrangentes e razoáveis⁸. No fundo, este consenso carrega os valores e ideais inerentes à própria cultura política pública de qualquer sociedade democrática. Portanto, o liberalismo político numa sociedade plural depende do consenso sobreposto, o qual, por sua vez, só pode vigorar com o exercício da razão pública. Por este caminho, a concepção política de justiça consegue se formatar de modo autossustentável, uma de suas características principais.

Isto exposto fica mais clara a compreensão de justiça como equidade que pressupõe a sociedade como um **sistema equitativo de cooperação** ao longo das gerações. Neste processo os cidadãos cooperam porque todos reconhecem a

⁸ Abarcar as doutrinas morais abrangentes não significa ser determinado por elas. O consenso sobreposto necessita da autonomia que busca na razão pública. No entanto, Rawls destaca a importância de conquista dos adeptos das doutrinas abrangentes atraindo-os exclusivamente por seus valores políticos, pois esse é um fator importante para que não exista um conflito tal que impossibilite o consenso.

adequação das regras e procedimentos compartilhados, se sentem beneficiados equitativamente por cooperarem e, por fim, visualizam uma vantagem racional vinculada a cada concepção de bem dos cooperadores, no limite eles são motivados racionalmente a cooperarem. Ao elucidar estes três elementos da cooperação social o autor traz à tona um conceito de pessoa⁹ compatível a sua definição de sociedade. Note-se que para Rawls, então, “[...] uma pessoa é alguém que pode ser um cidadão, isto é, um membro normal e plenamente cooperativo da sociedade por toda a vida.” (RAWLS, 2000, p.61).

Para além desta descrição, a tradição democrática demanda outros atributos mínimos da cidadania, os quais Rawls não tarda a enunciar: os cidadãos também são livres e iguais. São livres porque detêm faculdades morais e da razão¹⁰; e iguais porque as detêm em grau mínimo suficiente. Porém, ser um cidadão livre remete a mais dois fatores. Juntamente ao modo como os cidadãos pensam a si mesmos, também concebem as suas noções de bem e, além disso, buscam promovê-las. Nesse sentido, extrapolam o campo das convicções interiorizadas para transformá-las em ação reivindicatória direcionada às instituições. Segundo Rawls, isso ocorre quando os cidadãos livres “[...] se consideram fontes auto-autenticadoras de reivindicações válidas.” (RAWLS, 2000, p.76). Desde que não trave um embate com a concepção pública de justiça o direito à reivindicação é razoável; na sequência decorre o terceiro elemento assinalado pelo autor, qual seja a ideia de que cidadãos livres são capazes de assumir as responsabilidades por aquilo que almejam, isto é, conseguem efetuar um cálculo entre o que esperam obter de acordo com seus objetivos e aquilo que irão contribuir, dado que estão inseridos num regime de cooperação.

Em suma, para não perdermos o horizonte desta reflexão, a cidadania democrática em Rawls faz parte de um ideal político amplo que inclui a concepção de razão pública, bem como o conceito de **razoável** de modo que:

O conteúdo desse ideal compreende aquilo que os cidadãos livres e iguais podem razoavelmente exigir uns dos outros com respeito às suas visões abran-

⁹ Ver também Oliveira (2007).

¹⁰ As faculdades da razão são as capacidades de julgamento, pensamento e inferência vinculadas às faculdades morais. As faculdades morais são duas: a capacidade de ter senso de justiça (razoabilidade) e a capacidade de ter uma concepção de bem. “Senso de justiça é a capacidade de entender a concepção pública de justiça que caracteriza os termos equitativos da cooperação social, de aplicá-la e de agir de acordo com ela. [...] A capacidade de ter uma concepção de bem é a capacidade de formar, revisar e procurar concretizar racionalmente uma concepção de vantagem racional pessoal, ou bem.” (RAWLS, 2000, p.62).

gentes e razoáveis. [...] Assim sendo, não podem, por exemplo, aceitar que todos tenham de professar uma determinada visão abrangente. Como observei mais adiante, isso significa que as diretrizes e procedimentos da razão pública são vistos como diretrizes e procedimentos selecionados na posição original e como parte de uma concepção política de justiça. Como disse antes, o razoável, em contraste com o racional, leva em conta o mundo público dos outros. (RAWLS, 2000, p.106).

Aqui vale destacar como está construída essa estrutura de motivação em Rawls. De um lado, como já vimos, a racionalidade e, de outro, a razoabilidade enquanto capacidade dos cidadãos de terem um senso de justiça. Este último é um pressuposto para mais dois requisitos fundamentais: a **posição original** e o **equilíbrio reflexivo**¹¹. O primeiro é descrito por Rawls como um “artifício de representação”, uma “situação puramente hipotética” que possibilita aos contratantes se desvincular das suas condições de vida momentâneas no momento do contrato através do “véu da ignorância”¹², o qual retira das pessoas a possibilidade de saberem sua real posição na sociedade de tal forma a eliminar qualquer chance de negociações em benefício próprio ou de suas associações. A operação que se sucede daí é aquela voltada a estabelecer os princípios de justiça livres da influência de qualquer concepção de bem, ou seja, têm-se as condições de chegar aos princípios da justiça equitativa. Sendo assim, a simulação da posição original atua “como um meio de reflexão e auto-esclarecimento públicos” e como uma “[...] ideia mediadora graças à qual todas as nossas convicções refletidas podem vir a se relacionar umas com as outras, seja qual for seu grau de generalidade.” (RAWLS, 2000, p.69). Colocada essa situação de igualdade, ainda assim podem persistir juízos ponderados “sujeitos a certas irregularidades e distorções”. É, então, fundamental a existência do **equilíbrio reflexivo**¹³, pelo qual as pessoas,

¹¹ Para avançar na discussão específica desses dois conceitos: Reis (2009); Silveira (2009); Weber (2011); Gondim e Rodrigues (2011); Reis (2012).

¹² A preocupação de Rawls é que as partes se vejam única e exclusivamente como pessoas morais em condições de equidade, de modo que o resultado da “justiça procedimental pura” não seja condicionado por nenhuma influência externa (posição social, religião, preconceitos, interesses de grupos etc). Como Rawls (2008) mesmo observa (cap. III, nota 11), esse critério procedimental está presente no imperativo categórico kantiano. E pondera em *O Liberalismo Político*: “A posição original expressa uma característica básica tanto do construtivismo moral de Kant quanto do construtivismo político, qual seja, a distinção entre o razoável e o racional, tendo o razoável primazia sobre o racional.” (RAWLS, 2000, p.68).

¹³ Rawls sobre o equilíbrio reflexivo: “É equilíbrio porque finalmente nossos princípios e juízos coincidem; e é reflexivo porque sabemos a quais princípios nossos juízos se adaptam e conhecemos as premissas que lhes deram origem.” (RAWLS, 2008, p.25).

conjuntamente interessadas em estabelecer acordos voluntários, são capazes de fazer uma avaliação moral dos princípios expostos, examinando-os e revisando-os sempre que necessário para que sejam aceitáveis. Noutros termos, trata-se de (re)formulações dos juízos das pessoas dentro de um fórum deliberativo que refina os princípios de justiça resultantes de modo a torná-los reconhecidamente razoáveis¹⁴.

Note-se que existe uma virtude nos cidadãos relacionada a uma ideia de reciprocidade, a qual Rawls define como um “fato psicológico profundo”, condição *sine qua non* para a sociabilidade humana e para a cooperação social¹⁵. Essas situações hipotéticas e ideais evidenciam a preocupação de Rawls em ajustar condições de equidade, a partir de uma argumentação dedutiva, sem as quais seu construtivismo político tornar-se-ia difícil de ser realizado. É por isso que ele precisa mobilizar “[...] duas premissas cruciais: uma noção forte de igualdade moral e uma suposição motivacional, isto é, a de que as pessoas são capazes de agir a partir de um “senso de justiça”.” (VITA, 2000, p.188).

Usufruindo deste procedimento, as faculdades da razão – as capacidades de formular, revisar e procurar as concepções de bem – podem deliberar acordos razoáveis entre os cidadãos que inclusive, garantidas as condições políticas e sociais, conseguem perseguir as suas respectivas concepções de bem.

Numa cultura democrática, esperamos e, mais do que isso, desejamos que os cidadãos se preocupem com suas liberdades e oportunidade básicas, a fim de desenvolver e exercer suas capacidades morais, e de procurar realizar suas concepções do bem. Julgamos que mostram falta de auto-respeito e fraqueza de caráter quando não o fazem. (RAWLS, 2000, p.121-22).

Este momento de afirmação da autonomia racional é crucial para Rawls. Crucial, mas insuficiente se não complementado pela autonomia plena. Esta última assenta a cidadania nos valores políticos que se projetam na vida pública para proteger os direitos, as liberdades básicas, a participação sobre os assun-

¹⁴ Rawls sobre a tendência de aceitação do equilíbrio reflexivo: “É bem provável que essa pessoa o faça se conseguir encontrar uma explicação para os desvios que solapam sua confiança nos seus juízos anteriores e se a concepção apresentada produzir um juízo que ela acredite que pode então aceitar. Do ponto de vista da teoria moral, a melhor análise do senso de justiça de alguém não é aquela que se encaixe em seus juízos antes que examine qualquer concepção de justiça, mas, pelo contrário, aquela compatível com seus juízos em equilíbrio reflexivo.” (RAWLS, 2008, p.58).

¹⁵ Esse ponto está desenvolvido em Rawls (2008), §75.

tos públicos e a autodeterminação coletiva. Neste fundo de autogoverno Rawls acrescenta mais um elemento para o ideal de cidadania democrática: **o dever de civilidade**¹⁶. Este se realiza com a disposição do cidadão estar aberto ao debate público, o que implica escutar com seriedade variados pontos de vista que, dada a diversidade, vão incluir ideias que inevitavelmente podem soar estranhas, absurdas ou até odiosas a quem as escute. A virtude do discurso político, por sua vez, inclui apresentar as próprias ideias com clareza e sinceridade como suporte a uma política de persuasão e não de manipulação ou de coerção. “Entender como se comportar enquanto cidadão democrático inclui entender um ideal de razão pública.” (RAWLS, 2000, p.267)

Conclusão

Procuramos discorrer a respeito de um recorte da obra de dois autores bastante sofisticados e defensores assíduos do princípio de liberdade. Tal recorte foi dado pelo objetivo de compreender como Kant e Rawls pensaram a cidadania, cada um em seu tempo e ao seu modo. Nesta linha, podemos depreender que para Rawls não existe uma moralidade anterior aos princípios de justiça, pois seu liberalismo é uma construção política e não moral, assim, não decorre de uma doutrina abrangente, mas está alicerçado na razão pública política, diferentemente de Kant, no qual a razão pura prática impõe os princípios morais e estes norteiam as ações dos cidadãos, segundo a **boa vontade**.

Kant escreve num contexto em que o voto universal não seria nada mais do que uma utopia ou insanidade. A cidadania tem uma característica mais regulada em dois sentidos: o primeiro é o do voto, por sua vinculação a uma ideia de capacidade do cidadão ser dono de si mesmo e, portanto, se autogovernar, como critério de inclusão; o segundo diz respeito à substância da cidadania, isto é, ao espírito de liberdade que o cidadão pode reivindicar – a partir de uma fenda estreita entre obediência e liberdade de escrever – diante de seu soberano numa situação em que a injustiça ocorre por engano deste. Na esteira do pensamento kantiano, a teoria da justiça como equidade de Rawls tem foco no político e se desenvolve já em terreno democrático, no qual a complexidade não circunscreve a extensão do sufrágio, mas a infinidade de doutrinas abrangentes e as complicações que daí podem decorrer. Quando Rawls concebe os cidadãos como livres

¹⁶ O dever de civilidade é utilizado por Rawls como equivalente ao de razoável com a especificidade de que o autor está se referindo a fóruns políticos de deliberação.

e iguais traz nesta concepção uma série de direitos, liberdades e oportunidades atreladas à cidadania. Em conjunto com eles está a razão pública, a razoabilidade (senso de justiça) e a ideia de reciprocidade enquanto virtudes essenciais dos cidadãos para construir e estruturar os princípios de justiça. Além dela, e em complemento, o dever de civilidade prescreve uma participação guiada pela tolerância, qualidades fundamentais para um sistema em que os cidadãos estão integrados por pertencerem a uma mesma comunidade política e, em termos ideais, em constante cooperação.

Cabe dizer, por fim, que existe uma dinâmica semelhante em Kant e Rawls no que se refere a uma relação entre instituições e cultura política. Por um lado, é apresentada a capacidade de dispositivos institucionais internalizarem determinadas normas, valores ou costumes nos cidadãos; por outro, a importância das instituições políticas, sociais e econômicas de captarem e se erigirem a partir dos ideais da cultura política compartilhada. Neste entremeio, ergue-se uma vez mais a relevância de um traço educativo e formativo da cidadania que adensa e dá corpo – ou talvez alma – aos seus respectivos arranjos teóricos.

THE FOUNDATIONS OF CITIZENSHIP IN KANT AND RAWLS

ABSTRACT: *This work analyzes the conceptions of citizenship in Kant and in John Rawls. The goal is comprehend how the idea of citizenship be part of their social diagnosis and associate itself to other elements in their theoretical schemes. For this, we tried to understand citizenship in terms of practice action, this is, what it is prescribed to the citizen as rights and desirable attitudes in the political community. As conclusion, we discuss the authors' thoughts about the basis of citizenship.*

KEYWORDS: *Citizenship. Kant. Rawls.*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Legitimidade, justiça e democracia: o novo contratualismo de Rawls. **Lua Nova**, São Paulo, n.57, p.73-85, 2002.

GONDIM, E.; RODRIGUES, O. M. John Rawls: educação, cidadania e equilíbrio reflexivo. **Saberes**, Natal, v.1, n.6, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/saberes/issue/view/89>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

- KANT, I. **Kant political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o Governo**. São Paulo: Ibrasa, 1963.
- MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Ibrasa, 1964.
- OLIVEIRA, N. Rawls's normative conception of the person: a Kantian reinterpretation. **Veritas**, Porto Alegre, v.52, n.1, p.171-183, 2007.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O liberalismo político**. Brasília: Ática, 2000.
- REIS, F. A. **Da teoria moral à filosofia política**: uma investigação do pensamento de John Rawls. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-11042013-122316/pt-br.php>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- _____. Posição original em Rawls. **Primeiros Escritos**: Nova Fase: Boletim de Pesquisa na Graduação em Filosofia, São Paulo, v.1, p.109-118, 2009.
- ROSSI, M. Aproximações ao pensamento político de Immanuel Kant. In: BORON, A. (Org.). **Filosofia política moderna**: de Hobbes a Marx. São Paulo: CLACSO: DCP-FFLCH/USP, 2006. p.189-211.
- _____. Moral y derecho en la filosofía jurídico-política kantiana. **Studia Kantiana**, Santa Maria, v.2, n.1, p.139-152, 2000.
- ROUANET, L. P. A questão do contratualismo moral em Kant. **Argumentos**, Fortaleza, v.5, n.9, 260-269, 2013.
- ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**: princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SILVEIRA, D. C. Posição original e equilíbrio reflexivo em John Rawls: o problema da justificação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.32, n.1, p.130-157, 2009.
- VITA, Á. **A justiça igualitária e seus críticos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- WEBER, T. Autonomia e consenso sobreposto em Rawls. **ethic@**, Florianópolis, v.10, n.3, p.131-153, 2011.

RESENHA

SKOCPOL, THEDA. ESTADOS E REVOLUÇÕES SOCIAIS: ANÁLISE COMPARATIVA DA FRANÇA, RÚSSIA E CHINA. LISBOA: EDITORIAL PRESENÇA, 1985.

Mauricio GONÇALVES*

Por que fazer a resenha de um livro originalmente publicado na língua inglesa em 1979, com tradução para o português de Portugal em 1985, sobre revoluções sociais? Por duas razões básicas: primeira, pelo fato do livro em questão poder ser considerado um clássico das ciências sociais em sentido mais amplo, dada a abrangência e a inerente interdisciplinaridade do trabalho, e não apenas da escola do **neoinstitucionalismo histórico** ligada à ciência política ou da **sociologia histórica comparativa** e, segunda, por que acreditamos que esse clássico ainda não foi devidamente avaliado nas ciências sociais brasileiras.

“Alguns livros apresentam uma argumentação inteiramente nova; outros encerram argumentações que levam o leitor a encarar velhos problemas a uma luz nova. Este trabalho pertence decididamente ao segundo caso [...]” (SKOCPOL, 1985, p.9). Assim tem início o livro de Skocpol que, em concorrência com outros modelos teóricos, busca explicar cientificamente os motivos pelos quais algumas sociedades, em detrimento de outras, experimentaram – entre fins do século 18 até meados do século 20 – mudanças sociais revolucionárias. A partir do estudo da autora estadunidense, questões metodológicas de ordem fundamental para as ciências sociais são suscitadas: é possível identificar padrões para determinadas mudanças sociais – no caso em tela, para revoluções sociais – e, a partir deles, generalizar e/ou prever casos futuros semelhantes? Se sim, de que maneira e com quais ferramentas teórico-metodológicas?

* Bolsista CNPq. Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – gonalvesagosto@yahoo.com.br

Skocpol vai propor a **análise histórica comparativa** a partir de uma **perspectiva estrutural** baseada no método indutivo que John Stuart Mill desenvolve no livro *A System of Logic* (1843). Curiosamente, ele mesmo adverte para os limites de seu uso nas ciências sociais (MILL, 1888 apud BURAWOY, 1989, p.799). Ainda assim, ela vai em frente:

Existem duas vias principais de procedimento. A primeira consiste em tentar estabelecer que um certo número de casos que tem em comum o fenômeno que se pretende explicar partilham também um conjunto de factores causais, embora variem de outros modos que possam ter parecido causalmente relevantes. Esta abordagem é aquela a que Mill chamou o “Método da Concorância”. O segundo consiste na contrastação que se pode fazer entre os casos nos quais estão presentes os fenômenos a ser explicados e as suas causas hipotéticas e outros casos que, embora tanto os fenômenos como as causas neles se não verifiquem, sejam, noutros aspectos, tão semelhantes quanto possível aos casos positivos. A este processo interpretativo chamou Mill “Método da Diferença”. [...] Na prática, contudo, é frequentemente possível – e certamente desejável –, harmonizar estas duas lógicas comparativas (SKOCPOL, 1985, p.49).

É exatamente esse o caminho que ela trilhará para tentar explicar as causas existentes para as mudanças sociais revolucionárias na França [a partir de 1789], Rússia [a partir de 1917] e China [a partir de 1911] e porque no Japão, Inglaterra e Prússia/Alemanha, apesar de muitas semelhanças com os casos positivos dos três primeiros países, tais mudanças não ocorreram.

A “luz nova” com que ela se refere à sua própria abordagem alguns parágrafos acima busca mostrar que as revoluções sociais não podem ser entendidas a partir das principais teorias existentes – principalmente a marxista – nem das que proliferaram nos EUA especialmente nas décadas de 1960-1970: (a) teorias de **psicologias de massas**; (b) teorias da **homogeneidade dos sistemas**, e; (c) teorias do **conflito político**.

Os princípios fundamentais de análise que ela advoga, alternativos a **todas** as teorias das revoluções existentes, são: “(1) uma perspectiva estrutural não voluntarista das suas causas e processos; (2) referência sistemática às estruturas *internacionais* e à evolução histórica mundial, e; (3) conceber os Estados como organizações administrativas e coercivas [...] potencialmente autônomas em relação aos interesses e às estruturas socioeconômicas” (SKOCPOL, 1985,

p.27). Skocpol concluirá que as **causas específicas suficientes** para as revoluções sociais na França, Rússia e China foram: (a) colapso administrativo e militar do Estado autocrático devido a pressões internacionais, e; (b) revoltas camponesas generalizadas contra os senhores de terra. Mas as revoluções sociais, para serem qualificadas como tal, tem que criar novos sistemas sociopolíticos. Então, a autora prossegue sua argumentação explicando o que se alterou e as “[...] razões que fizeram com que essas transformações [no sistema sociopolítico] emergissem *logicamente* a partir das situações sociais revolucionárias já apresentadas” (SKOCPOL, 1985, p.168, grifo nosso). A análise de como e o que mudou nas sociedades francesa, russa e chinesa tem na edificação dos Estados pós-revolucionários desses países o seu ponto **nuclear**.

A grande maioria das avaliações críticas em relação à análise histórica comparativa de Skocpol se concentra em suas premissas teórico-metodológicas. Para Mulhall e Morais (1998, p.37), uma vez que o próprio Mill afirma que “[...] os fenômenos sociais são aqueles nos quais a pluralidade [de causas] prevalece em sua máxima extensão”, Skocpol acaba produzindo uma explicação causal limitada – a dois fatores – para as revoluções sociais estudadas, “[...] o que torna sua teoria muito aberta à falsificação” (MULHALL; MORAIS, 1998, p.37-38) Os autores criticam sua elaboração de um modelo de análise triangular – restrito à oposição **generalização-singularidade** – para a subdisciplina da **sociologia histórica**. O debate sobre a subdivisão no interior da sociologia histórica, objeto do artigo dos dois, apenas nos interessa aqui porque eles cobram a inclusão de mais uma dimensão ao modelo dela: a oposição **estrutura-agência**, o que acaba tendo impactos para a própria teoria macroestrutural de Skocpol, pois o que fica patente é a ausência das “vontades dos sujeitos” em seu próprio horizonte teórico. E, de fato, esse parece um ponto problemático em sua estrutura conceitual. Skocpol afirma que “[...] as revoluções não se fazem; surgem” (SKOCPOL, 1985, p.30), o que sugere uma falta de equilíbrio entre os elementos objetivos e os subjetivos em seu esquema explicativo.

Todavia, uma crítica mais forte e densa advém de Burawoy (1989). Ele mostra os problemas **inerentes** nas raízes metodológicas indutivas sobre as quais se estruturam os argumentos científicos de Skocpol. Seguindo a proposta de Imre Lakatos em *The Methodology of Scientific Research Programmes* (1978), Burawoy mostra que a ciência não se desenvolve quando os “fatos refutam teorias” (BURAWOY, 1989, p.760) – até porque os fatos não podem ser tomados como “dados pré-existentes” (BURAWOY, 1989, p.760), uma vez que “fatos são selecionados” (BURAWOY, 1989, p.763) e “fatos são já interpretações” (BURAWOY, 1989,

p.773) –, mas quando os cientistas acabam “[...] introduzindo teorias auxiliares que expandem o poder explanatório dos núcleos duros¹” (BURAWOY, 1989, p.761).

Aqui, os cientistas seguem o princípio metodológico que Lakatos chamou de *heurístico positivo*, que é uma política de pesquisa, composta de modelos e exemplos, destinada a digerir anomalias com a construção de teorias consistentes com os núcleos duros. Em outras palavras, uma defesa progressiva dos postulados duros toma a forma de um cinto expansivo de teorias que reforça o conteúdo empírico corroborado e soluciona sucessivos enigmas (BURAWOY, 1989, p.761, grifo do autor).

Para tanto, Burawoy faz uma comparação entre a teoria exposta pela estadunidense em *Estados e revoluções sociais* e o texto *Balanço e perspectivas* (1905) do marxista Leon Trotski. O trabalho deste pode “[...] ser visto como parte de um programa de pesquisa progressivo marxista” (BURAWOY, 1989, p.761). A comparação entre Skocpol e Trotski se dá porque “[...] ambos enfatizam a importância das lutas de classes, da autonomia do Estado, e das relações internacionais entre as causas e consequências das revoluções” (BURAWOY, 1989, p.760). Usando os três critérios de Karl Popper para avaliar o “avanço científico” de uma nova teoria – (a) possuir uma “simples, inédita e poderosa ideia unificadora”; (b) ser “independentemente testável e proporcionar previsões de novos e inesperados fenômenos”, e; (c) “passar por novos e severos testes com a corroboração das previsões” (BURAWOY, 1989, p.762) – Skocpol apenas cumpre com o primeiro. Trotski, ao contrário, prevê já no trabalho citado, entendido como uma “política de pesquisa positiva”, alguns dos principais acontecimentos da revolução russa de 1917 a partir da elaboração das teorias da **revolução permanente** e do **desenvolvimento desigual e combinado**, que “expandem o poder explanatório dos postulados duros” marxistas.

Para Burawoy, é apenas quando Skocpol temporariamente escapa dos “*canons of induction*” de Mill, **ontologicamente** inadequados para as ciências sociais, que consegue *insights* importantes. São esses “*canons*” que ferem o cerne da tentativa de explicação generalizante de Skocpol. Com eles, a autora congela a história, por exemplo, e se torna incapaz de contemplar em seu esquema a importância central do proletariado, e não apenas do campesinato, para a eclosão

¹ As traduções das expressões do artigo de Burawoy são de minha responsabilidade.

da revolução russa. Os “*canons of induction*” saturam de positivismo todo o trajecto argumentativo dela. E, ironicamente, torna menos “científico” seu trabalho.

Todavia, apesar dessas observações críticas, “[...] seu trabalho pioneiro sobre revoluções sociais foi um divisor de águas” (MULHALL; MORAIS, 1998, p.25). Mas não no sentido de que já faz parte do passado como obra de macro-teoria social. Ao contrário. *Estados e revoluções sociais* é ainda hoje fonte de ensinamentos justamente por que nele podemos perceber – além do trânsito pelas disciplinas da historiografia, ciência política, sociologia, filosofia e economia social – a **condensação** das principais problemáticas metodológicas com que se defrontam as ciências sociais desde seu aparecimento: a combinação adequada e **dialética** entre os elementos da estrutura e da ação humana e entre os da singularidade e a universalidade dos **processos** sociais. Combinação e dialética que, para serem adequadas, tem que contemplar a **história** como parâmetro vital.

REFERÊNCIAS

BURAWOY, M. Two methods in search of science: Skocpol versus Trotsky. **Theory and Society**, Dordrecht, v.18, n.6, p.759-805, 1989.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. New York: Cambridge University Press, 1978.

MULHALL, T.; MORAIS, J. V. “Mapeando o reino” da sociologia histórica: reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n.45, p.25-50, 1998.

SKOCPOL, T. **Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China**. Lisboa: Presença, 1985.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:

